

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

NEUSA T. MACHADO SALABERRY

**A APAE EDUCADORA: NA PRÁTICA DE UMA UNIDADE DA APAE DE PORTO
ALEGRE**

Porto Alegre

2007

NEUSA T. MACHADO SALABERRY

**A APAE EDUCADORA: NA PRÁTICA DE UMA UNIDADE DA APAE DE PORTO
ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de
Pós-graduação da Faculdade de Educação da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Orientador. Dr. Claus Dieter Stobäus

Porto Alegre, 2007

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S159a

Salaberry, Neuza T. Machado

A APAE educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre. Porto Alegre, 2007.

XXX f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - PUCRS, Fac. de Educação.

Professor orientador: Dr. Claus Dieter Stobäus.

1. Educação Especial 2. Educação Inclusiva. 3. APAE Educadora. 4. APAE Porto Alegre – Pesquisa. 5. Inclusão Escolar. I. Título.

CDD: 371.9

Alessandra Pinto Fagundes
Bibliotecária
CRB10/1244

NEUSA T. MACHADO SALABERRY

**A APAE EDUCADORA: NA PRÁTICA DE UMA UNIDADE DA APAE DE PORTO
ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de
Pós-graduação da Faculdade de Educação da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Aprovada em 19 de janeiro 2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juan José Mouriño Mosquera

Prof. Dra. Alvina Themis Silveira Lara

Prof. Dr. Claus Dieter Stobäus

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, por ter me iluminado o caminho até o fim da Jornada sem nunca perder a
esperança e a fé.

Agradeço aos meus familiares, marido e filhos que compreenderam o meu isolamento nos
últimos três meses.

Agradeço aos amigos, que, pelo fato de perguntarem quando iria acabar o curso, estavam
pressionando para que isso acontecesse.

Agradeço aos colegas da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul, pelo
carinho e compreensão.

Agradeço à APAE de Porto Alegre e aos participantes desta pesquisa, pela confiança.

Agradeço ao professor Juan Mosquera, pelo estímulo na conclusão da pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Claus Dieter Stobäus, por ter me ajudado a buscar um caminho
com lógica.

Agradeço à minha amiga Jussara de Assis, que disponibilizou do seu acervo particular, todo o
material sobre o Movimento Apaeano.

Agradeço à minha filha Ana Paula, que me acompanhou no último mês e nas 36 horas finais
da entrega do trabalho

Por fim, agradeço aos alunos, da unidade escolar pesquisada, que foram o meu constante
desafio na realização dessa pesquisa.

*Eu quero
Uma escola-relicário, com jóias do imaginário.
Eu quero
Uma escola-alegoria, com sentido de harmonia.
Eu quero
Uma escola com enredo, cheia de sonho e aconchego.
Eu quero
Uma escola-expressão, da vida, sem restrição.
Eu quero
Uma escola mais real, menos una, mais plural.
Eu quero
Uma escola com mais ócio, onde viver é o negócio.
Eu quero
Uma escola pluriforme, sem fôrma que me deforme.
Eu quero
Uma escola onde o 'normal', é quem não busca ser igual.
Uma escola onde a mensagem, tem visão e busca a imagem.
Eu quero
Uma escola que não engana, ao tratar da vida humana.
Eu quero
Uma escola parecida, com meu jeito, minha vida.
Eu quero
Uma escola-criatura, humana, com mais ternura.
Eu quero
Uma escola que irradia, a busca da autonomia.
Eu quero
Uma escola-estandarte, da vida e de toda a arte.
E que seja, ao mesmo tempo, respeitável e bem menina.
Como Cora Coralina.*

Moaci Carneiro

RESUMO

O movimento Apaeano no Brasil começou em 1954. Desde o início prestava serviço à Pessoa com Deficiência em suas escolas. Nos últimos dez anos, tem-se discutido intensamente a Inclusão das Pessoas com Deficiências nas escolas comuns. A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), através da sua representante nacional (FENAPAEs), em 2000, propôs, para enfrentar esta situação, a APAE EDUCADORA. Este instrumento foi o resultado de muitas discussões sobre os rumos que o movimento Apaeano deveria tomar frente à inclusão. O documento consiste em uma série de ações orientadoras para a avaliação e transformação das entidades da APAE em cada município.

A escolha do estudo de caso, para a realização da pesquisa, se deve ao fato de que cada APAE se relaciona com as orientações de maneiras diferentes, não podendo ser generalizado. O estudo de caso permite, ainda, uma avaliação qualitativa e rica em dados descritivos, dando suporte para as análises. A coleta sistemática de informações foi realizada através de revisão bibliográfica, fundamentação teórica da pesquisa baseada nos princípios e concepções filosóficas do movimento apaeano a cerca da Pessoa com Deficiência Mental e através de entrevistas. O estudo se desenvolveu em uma unidade escolar da APAE de Porto Alegre.

O propósito é a verificação prática da proposta APAE EDUCADORA no desenvolvimento das ações educativas da unidade escolar. A Unidade foi escolhida porque presta serviços em todas as áreas de atuação: saúde, assistência social, trabalho, esporte, cultura, lazer e educação. Participaram do estudo, através de entrevistas, representantes do movimento apaeano e a comunidade escolar: pais, alunos, educadores e profissionais técnicos. Para análise selecionaram-se as seguintes categorias: concepção da Pessoa com Deficiência; concepção da entidade APAE; prática escolar, envolvendo subcategorias: a) papel da escola; b) gestão da APAE e Unidade Escolar; c) ensino e aprendizagem e d) avaliação.

O resultado da análise constatou que não há uma concepção única em relação à Pessoa com Deficiência Mental na comunidade escolar. Quanto à concepção da instituição APAE, predominou entre os participantes, a Concepção Inclusiva/Transformadora. Quanto às práticas na escola, a função da Unidade Escola e sua gestão encontram-se numa concepção Inclusiva/Transformadora, atuando nos princípios da proposta APAE EDUCADORA. Com relação ao ensino, aprendizagem e avaliação, se aproxima à concepção Inclusiva/Transformadora, mas em relação à proposta da APAE EDUCADORA, encontra-se fragilizada em suas ações.

ABSTRACT

The movement Apaeano in Brazil began in 1954. Since the start providing service to the person with disabilities in their schools. In the last ten years there has been intensively discussed the Inclusion of People with Disabilities in schools common. The APAE (Association of Parents and Friends of Exceptional), through its national representative (FENAPAEs), in 2000, proposed to address this situation, the APAE EDUCADORA. This instrument was the result of many discussions about the direction that the movement should take Apaeano front of inclusion. The document consists of a series of actions guidelines for the evaluation and processing of the bodies of APAE in each municipality.

The choice of case study, to the achievement of the research, is due to the fact that each APAE relates to the guidelines in different ways and cannot be generalized. The case study allows addition, a qualitative assessment, and rich in descriptive data, providing support for the analyses. A systematic collection of information was through literature review, theoretical foundation of search based on the principles and concepts of movement philosophical about the person with Deficient, and through interviews. The study was developed in a unit of the school APAE of Porto Alegre.

The purpose is to verify Practice of Proposal APAE EDUCADORA in the development of educational actions of the unit school. The unit was chosen because it provides services in all areas of expertise, such as health, welfare, work sport, culture, recreation and education. Participated in the study, through interviews, representatives of the movement apaeano school and the community: parents, students, educators and professional technicians. To review selected the following categories: Design of Person with Disabilities; design of the entity APAE; Practice involving school subcategories: a) Role of the school, b) Management of APAE and Unity Elementary c) teaching and learning d) Evaluation.

The result of the analysis found that there is no single design in relation to the person with mental disabilities in the school community. As for the design of the institution APAE, predominated among participants to design Inclusive / transformative. As for practices at the school, the function of the Unit School and its management are in a design Inclusive / transformation, acting on the principles of the proposal APAE EDUCADORA. With respect to teaching, learning and assessment approaches to the design Inclusive / transformation, but in relation to the proposal of the APAE EDUCADORA, are vulnerable in their actions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 UM OLHAR NA HISTÓRIA: PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	12
2.1 ANTIGUIDADE - IMAGEM DO CORPO	12
2.2 IDADE MEDIA - CORPO SAGRADO	14
2.3 MODERNIDADE - CORPO CIENTÍFICO	16
2.4 PÓS-MODERNIDADE - CORPO OBJETO	20
3 EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO APAEANO NO BRASIL.....	25
3.1 INFLUÊNCIAS CIENTÍFICAS.....	25
3.2 OS PIONEIROS NO BRASIL	26
4 ORIGEM MOVIMENTO APAEANO	32
4.1 A CRIAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs.....	36
5 CONCEPÇÃO FILOSÓFICA DO MOVIMENTO APAEANO.....	44
5.1 CONCEPÇÃO SEGREGACIONISTA-ASSISTENCIALISTA.....	47
5.2 CONCEPÇÃO INTEGRATIVA-ADAPTADORA.....	49
5.3 CONCEPÇÃO INCLUSIVA-TRANSFORMADORA	52
6 PROPOSTAS PEDAGÓGICAS OCORRIDAS NAS ESCOLAS ESPECIAIS DO MOVIMENTO APAEANO.....	56
6.1 CENTRADA NO MODELO MÉDICO: Visão Segregacionista – Assistencialista	56
6.2 MODELO PSICOPEDAGÓGICO: Visão Integradora – Adaptadora	58
6.3 MODELO SÓCIO CULTURAL: Visão Inclusiva – Transformadora	60
7 APAE EDUCADORA.....	63
7.1 MARCOS REFERENCIAIS DE MUDANÇAS	66
8 APAE PORTO ALEGRE - O LIMITE DA PESQUISA.....	72
8.1 CONTEXTO HISTÓRICO	72
8.1.1 Criação das Três Escolas- Unidades	73
8.2 APAE PORTO ALEGRE E MOVIMENTO APAEANO	75
8.3 APAE ATUALMENTE	76
9 UNIDADE 1 - ESCOLA DA PESQUISA.....	79
9.1 O INÍCIO.....	79
9.1.1 Prédio Próprio	80

9.1.2 Qualificação dos Serviços Prestados.....	81
9.2 ESCOLA E PARCERIAS	83
9.3 MOVIMENTO APAEANO E A UNIDADE ESCOLAR	85
9.4 IMPLANTAÇÃO APAE EDUCADORA	86
9.5 MUDANÇA DE DIRETORIA NA APAE PORTO ALEGRE.....	88
9.6 A INTERVENÇÃO PELA FENAPAE.....	89
10 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	90
10.1 OBJETO DA PESQUISA E SEUS ATORES.....	90
10.2 TIPO DE PESQUISA.....	91
10.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA	92
10.4 EXECUÇÃO DA PESQUISA.....	93
11 ANÁLISE DOS DADOS	95
11.1 CONCEPÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL.....	95
11.1.1 Inclusiva /Transformadora.....	96
11.1.2 Integrativa/Adaptadora.....	97
11.1.3 Concepção Segregacionista/Assistencialista	97
11.2 CONCEPÇÃO DA APAE.....	98
11.3 PRÁTICA EDUCATIVA	101
11.3.1 Papel da Escola	101
11.3.2 Gestão.....	103
11.3.3 Ensino e Aprendizagem	105
11.4 AVALIAÇÃO	107
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICE A – Ofício para Presidente as APAE/ Porto Alegre.....	120
APÊNDICE B – Questionário Institucional.....	121
APÊNDICE C – Entrevista diretoria e profissionais.....	128
APÊNDICE D – Entrevista pais e alunos.....	129
APÊNDICE E – Termo de Consentimento	130

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura investigar uma unidade da APAE - Porto Alegre em relação à proposta da APAE EDUCADORA, na Concepção Inclusiva Transformadora. Com a promulgação LDB nº 9.394/96, a Educação Especial é concebida como organização das práticas pedagógicas e como uma das 'Modalidades de Educação Escolar', a ser oferecida a qualquer cidadão brasileiro, que dela necessite para seu desenvolvimento humano e exercício de sua cidadania.

O motivo de aprofundar este tema, é ter trabalhado por seis anos na administração de uma Escola da APAE e ter estudado e implantado junto à comunidade escolar a proposta da APAE Educadora.

Ao iniciar o estudo, surgiram vários questionamentos: por que APAE EDUCADORA? Antes desta proposta, a escola da APAE não educava? As respostas a esses questionamentos se concretizaram quando do estudo histórico, político, sócio-cultural da concepção e evolução do Movimento Apaeano. Paralelo a esse estudo, se procurou aprofundar diversos conceitos da legislação educacional brasileira em relação à educação da Pessoa com Deficiência Mental.

Por que Inclusiva?

Neste momento histórico, de fim e início de século, há no inconsciente coletivo da sociedade reflexões a respeito do século vivido e futuras perspectivas pelo advento do novo século. A maioria dos pensadores, quase uma unanimidade, aponta a fragilidade dos princípios da racionalidade, como fundamento a ser descartado, nesse novo tempo. A dissolução da certeza científica, que parecia atuar como a única realidade inteligível, dá lugar à autonomia, diversidade, construindo uma sociedade em que cada indivíduo, comunidade ou grupo, assume a sua real condição, permeado pelo respeito mútuo.

Neste contexto da diversidade, posicionar-se a favor da inclusão de todos, numa escola para todos, parece indubitavelmente o politicamente correto, assim como criticá-la seria uma heresia. Entretanto, existem questões que não se calam: as escolas que aqui estão, apresentam condições para atender todas as demandas e suas especificidades? Ciente que a legislação Educacional Brasileira favorece a inserção de educandos com Deficiência, preferencialmente em Escolas Regulares, assim, entende-se assim, os serviços prestados pela rede comum de ensino são direitos básicos de toda população, seja ela especial ou não.

Eugênia Augusta Fávero (2002, p.15), Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Estado de São Paulo, diz

Para que a pessoa atinja a plenitude da cidadania, conforme a Constituição Federal, toda escola **está obrigada** a atender a diversidade de todos os alunos [...], não se espera mais que a pessoa com necessidades educativas especiais, sozinha procure se integrar. Espera-se que todos os ambientes, inclusive os educacionais, estejam devidamente preparados para receber todas as pessoas e ainda, o Ministério Público, tem a função de cumprir a norma constitucional de interesse social individual. **(negrito meu)**

Analisando os argumentos acima expressos, a procuradora salienta a norma do acesso do aluno com 'necessidades especiais' às escolas regulares. Considerando a extensão territorial do país, no qual, muitas crianças não têm acesso às escolas comuns e nem especiais, pela inexistência das duas, é louvável a atitude da procuradora. Porém, ao mesmo tempo, deve ser lembrado que a lei possibilita, a abertura de serviços especializados de ensino, para apoiar, suplementar ou mesmo substituir o serviço básico, caso as características do educando demandem. A lei garante, também, a possibilidade de atendimento em classes, escolas e em serviços especializados, sempre que não for possível a inserção dos alunos em classes do Ensino Comum.

Ao aprofundar sobre os princípios legais acima referidos, verifica-se o quanto é dialética a realidade, na qual o acesso é democrático, mas o que se vê é que a permanência na escola é de exclusão. A princípio, se percebe que o espírito da lei traz o desejo de que a escola deva atender a diversidade de sua clientela, que se baseia na 'educação para todos', a fim de chegar ao conceito de uma democracia plena.

Esta discussão deve fazer parte do cotidiano das Escolas, para que pelo menos as famílias possam ter o direito de ter uma escola de qualidade, onde os alunos sejam respeitados nas suas diferenças e também conquistem os espaços sociais, desenvolvendo suas habilidades e competências, e que lhes assegurem os direitos de cidadãos para o exercício da cidadania.

Por que propor uma escola transformadora?

Segundo Yves Bertrand (1994, p.13/14):

A organização educativa é determinada pelas orientações da sociedade em que se insere, assim como suas normas leis e regras. A finalidade última da organização educativa consiste em concretizar estas orientações na realidade cotidiana e traduzi-las em prática. [...]. Na verdade a organização educativa pode contribuir para modificação das orientações da sociedade. Ela possui então certa autonomia que pode intervir nas suas próprias orientações, fixadas pela sociedade, quer aceitando-as, adaptando-as ou contestando-a.

É neste contexto que a proposta de APAE/ Transformadora se afirma. Uma vez que o movimento Apaeano, no seu processo histórico, passou pela concepção segregacionista/assistencialista e integrativa/adaptadora, surge neste momento a concepção

inclusiva/transformadora. Essa oferece diferentes possibilidades técnicas e instrumentais para melhor preparar a Pessoa com Deficiência Mental para a vida em sociedade, sensibilizando a comunidade para a causa da pessoa com deficiência, reduzindo os preconceitos e ampliando sua consciência para assegurar seus direitos, como também conscientizá-los de seus deveres como cidadãos.

Nessa concepção privilegia o respeito à Pessoa com Deficiência Mental que é dotado de sentimentos, emoções e elaborações mentais; ressignifica a Escola Especial no Movimento Apaeano, numa perspectiva de construir uma escola de qualidade que favoreça uma melhor qualidade de vida para a Pessoa com Deficiência Mental na sociedade.

O desafio dessa pesquisa foi retornar à instituição na qual havia trabalhado, no momento em que estava sendo implantada a PROPOSTA DA APAE EDUCADORA NA UNIDADE ESCOLAR. Revisitar o passado atuando num trabalho de investigação, após cinco anos afastada da escola, surge um turbilhão de sentimentos: afetividade pelos alunos, curiosidade sobre o funcionamento da escola, avaliação das coisas em que se acreditava na época e que hoje não têm tanta validade, enfim verificar o processo de mudança que a instituição passou.

Outra motivação foi o desejo de realizar estudos mais aprofundados sobre uma instituição nacional que congrega hoje 2015 unidades em todo o país, com meio século de existência, do surgimento da primeira APAE no Brasil, congregando pais, amigos, estudiosos, que se organizam para reivindicar os direitos de cidadania da Pessoa com Deficiência Mental, ao oferecer vários serviços, principalmente educação demandada por esses alunos.

A curiosidade de investigar a educação especial em uma instituição especializada, tão polêmica, de caráter filantrópico, que a sociedade por um lado reconhece a eficiência e que, por outro, é muito criticada, pelas circunstâncias de se almejar neste momento uma escola inclusiva total, com diferentes orientações para as escolas da APAE, por parte do Ministério da Educação.

Neste contexto, pela extensão da instituição, a metodologia aplicada foi o estudo de caso. Os protagonistas dessa investigação foram representantes dos segmentos que compõem a comunidade escolar: familiares, diretoria da APAE Porto Alegre, direção da escola, especialistas da área de apoio técnico-pedagógico, educadores e alunos.

2 UM OLHAR NA HISTÓRIA: PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Compreender a concepção da Pessoa com Deficiência, no decorrer da história, depende da idéia de homem e de mundo vigente na sociedade, em uma determinada época, e do processo cultural experienciado por essa sociedade. Dessa forma, propõe-se entender os aspectos históricos vividos pelas Pessoas com Deficiência, na sociedade, a partir da raiz histórica. Assim, se esclarecem fatos, para compreender o processo de mudança dos conceitos com relação à Pessoa com Deficiência.

No decorrer da história das sociedades, geralmente são estabelecidas séries de categorias entre as pessoas. Os critérios para categorização são relacionados ao gênero, etnia, religião, classe social e cultural. Além disso, as sociedades definem a possibilidade de ficar frente a frente a cada uma destas categorias nos diversos ambientes sociais, em que o relacionamento entre ambas seja possível de acontecer.

Qualquer pessoa que não corresponda às qualificações previstas, ou que não esteja no lugar pré-determinado, torna-se um problema na sociedade, e pode vir a ser socialmente marcada. Isso ocorre em todas as sociedades. É importante destacar que não serão feitos julgamentos sobre a conduta destas sociedades com relação à Pessoa com Deficiência, procurando reconhecer os fatos, sem comparar com os valores atuais.

A decisão de iniciar, o presente trabalho, tratando do olhar histórico em relação à concepção das Pessoas com Deficiência, tem origem nos comentários escritos sobre as correntes históricas na área da educação, no livro Educação Inclusiva: com os pingos nos 'is', de Rosita Edler Carvalho (2004).

2.1 ANTIGUIDADE - IMAGEM DO CORPO

Através das informações disponíveis a respeito das condições de vida dos homens na antiguidade primitiva (CARVALHO, 2004, p.21), é possível observar como estas sociedades concebiam, se relacionavam e percebiam o mundo que os cercava.

Tudo passa pelo corpo. É através do corpo que o homem se reconhece e é reconhecido e de certa maneira, o corpo é a ferramenta para o relacionamento com o mundo externo, através da locomoção e dos sentidos.

Na antiguidade primitiva, a sobrevivência dos homens, dependia, quase que exclusivamente, daquilo que a natureza proporcionava: a caça, a pesca, a coleta de frutos para a alimentação, e as cavernas como abrigo. Viviam em diferentes lugares e nestas circunstâncias, o corpo é fundamental para a sobrevivência, em virtude da constante dependência do homem com o que a natureza oferecia. A força laboral não apresentava importância para a sobrevivência, o que obrigava esses homens a viverem no nomadismo. Neste período histórico, devido ao caráter cíclico da natureza, totalmente fora do controle dos homens, os deslocamentos dos grupos humanos eram constantes, sem que os mesmos pudessem auxiliar àqueles que não se encontrassem em condições de acompanhar o seu ritmo. Segundo Bianchetti (1998, p. 27) “em função desta prática, abandonavam aqueles que não pudessem mover-se com agilidade, ou que tivessem alguma diferença que impedisse sua mudança de um lugar para outro com rapidez”.

Dentre estes abandonados, encontravam-se as Pessoas com Deficiência. Este procedimento não resultava de um sentimento de ódio ou de desprezo, mas decorria de um processo natural. Nesta situação, percebe-se que o corpo adquire uma importância cultural, tornando, conseqüentemente, a Pessoa com Deficiência, diferente das demais.

O que se deseja mostrar aqui, é que o quadro completo da Pessoa com Deficiência, não se define, apenas, por um conjunto de possibilidades dadas pelo corpo. Evidentemente, o aspecto biológico influi e pode mesmo determinar certas situações na vida de uma Pessoa com Deficiência, mas a grande carga simbólica só pode ser dada pelo aspecto cultural.

O que se observa é que a questão da identidade da Pessoa com Deficiência mesmo sendo constantemente justificada pela dimensão biológica é, na verdade, fortemente influenciada pela dimensão cultural.

Na Antigüidade clássica, o ideal de homem era de uma pessoa que pudesse servir a polis, representando a cidade e os habitantes felizes. Para isso, a formação consistia no pensamento, cultura e arte. Aristóteles, numa perspectiva ontológica diz:

O ser vivo está constituído, em primeiro lugar de alma e corpo, dos quais um manda por natureza e o outro é mandado. [...] É conforme a natureza e conveniente para o corpo ser regido pela alma, e para a parte afetiva ser governada pela inteligência e a parte dotada pela razão (apud OLIVEIRA, 2004, p. 131 e 132).

Na sociedade romana e na cidade grega (Atenas), os ideais da sociedade são a formação do espírito (intelecto) e, em Esparta, a supervalorização do corpo perfeito, da beleza

e força física. Os atributos citados são de grande relevância para enfrentar as conquistas e manter a ordem vigente para os ideais da sociedade.

Nessas sociedades, amparados em leis e costumes, se uma criança apresentasse, ao nascer, algum ‘defeito’, que viesse a se contrapor, de alguma forma, ao ideal proposto para aquela sociedade, era eliminada ou abandonada sem que isso fosse considerado crime. Uma das práticas mais conhecidas do modo de produção escravista em relação às Pessoas com Deficiência, foi adotada em Esparta. Nesta cidade-estado, todo recém nascido, que fosse filho da nobreza, necessitava ser, em conformidade com a lei vigente, examinado por uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade, que se reuniam para tomar conhecimento do novo cidadão. Conforme estas leis, se a criança nascesse disforme, com alguma fragilidade, era doada aos responsáveis pela lei, para serem eliminados em nome dos costumes e da idealização de homem da época.

Pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida (SILVA, 1986, p.122).

Na Antigüidade, em alguns lugares onde ocorria grande concentração humana, Pessoas com Deficiência passaram a ser procuradas para mendigar ou se apresentar em espetáculos circenses. Quando estas, em razão de sua anormalidade, começaram a ser úteis economicamente como pedintes ou enquanto pessoas excêntricas em espetáculos passaram a ter algum valor mercantil. Este acontecimento pode ser observado nas palavras do historiador Durant (apud SILVA, 1986, p. 130), o qual afirma que “existia em Roma um mercado especial para compra e venda de homens sem pernas ou braços, de três olhos, gigantes, anões, hermafroditas”.

Os fatos citados não foram unanimidade na Antigüidade, pois há exemplos opostos, como dos povos (hindus) que sempre cuidaram das Pessoas com Deficiência.

2.2 IDADE MÉDIA - CORPO SAGRADO

A Idade Média, considerada por muitos autores como a idade das trevas (CARVALHO, 2004, p.22) inicia com a desorganização da vida política, cultural, econômica

e social do Ocidente, transformado em diferentes domínios estrangeiros daqueles que ali viviam. Depois vieram as guerras, a fome e as grandes epidemias.

A filosofia Clássica sobrevive nos mosteiros religiosos, o cristianismo propaga-se por diversos povos. A diminuição da atividade cultural transforma o homem comum num ser dominado por crenças e superstições. Assim, a influência da Igreja, as especulações se concentram em questões filosófico-teológicas, na tentativa de conciliar a fé e a razão.

É nesse contexto que Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino refletem aspectos fundamentais do cristianismo, marcando a história do pensamento cristão na sociedade, onde a Pessoa com Deficiência era vista sob o aspecto místico. Nesta visão religiosa, ela poderia ser considerada como o resultado da ação de forças demoníacas ou como um castigo para pagamento de pecados seus ou de ancestrais e, ainda, como um instrumento para que se manifestassem as obras de Deus, pelo fato do cristianismo ter sua origem no antigo testamento.

O antigo testamento propunha um conjunto de normas e leis com a finalidade de alcançar a paz celestial as quais deveriam ser seguidas para orientar e disciplinar a vida do povo hebreu. Seus seguidores acreditavam que “tanto a doença crônica quanto à deficiência física ou mental, e mesmo qualquer deformação por menor que fosse, indicava certo grau de impureza ou de pecado” (SILVA, 1986, p.74). Com o fortalecimento do Cristianismo, a situação da Pessoas com Deficiência se altera devido à concepção da pessoa humana que elevou-se à categoria de valor absoluto, e todos os homens, sem exceção, passaram a ser considerados filhos de Deus. Entretanto as concepções judaicas acima citadas, convivem com o cristianismo, mesmo considerando que nos milagres de Cristo, segundo os evangelistas, muitos deles tratavam da cura da Pessoa com Deficiência.

O Evangelho dignifica o cego e deste modo, a cegueira deixa de ser um estigma de culpa, de indignidade e transforma-se num meio de ganhar o céu, tanto para a pessoa cega quanto para o homem que tem piedade dessa pessoa (MECLOY, 1974; PESSOTI, 1984; AMIRALIAN, 1986; SILVA, 1986; ROCHA, 1987; AMARAL, 1995).

A situação vivida na sociedade da época em relação às Pessoas com Deficiência, como criaturas de Deus e também resultado do pecado humano, fez com que a mesma procurasse solução para o problema, criando instituições próprias para protegê-las na saúde e alimentando-as para sua sobrevivência. Dessa forma, realizavam-se obras divinas. As ações de ajuda dos senhores feudais, às Pessoas com Deficiência, eram uma forma de exercer a caridade e salvar a alma do pecado.

No decorrer do tempo, o domínio do cristianismo, o poder do clero e da igreja, começa a ser contestado e, conseqüentemente, a partir do Renascimento e, com as grandes navegações, as descobertas geográficas possibilitaram um aumento de mercado. Esses fatos impulsionaram a economia, fazendo com que os bens da igreja fossem comprados pelos novos burgueses. As mudanças econômicas vieram acompanhadas pelo desenvolvimento científico, e por novas tecnologias, que contribuíram para o surgimento de novas ideologias, passando do teocentrismo para o antropocentrismo. Neste momento, o modelo místico começa a ser contestado, dando fim à Idade Média.

A dissidência de Lutero com o catolicismo e as novas idéias da Reforma, vêm ao encontro do novo momento social, político e econômico vivenciado na época, contribuindo para transformações culturais e formação de uma nova sociedade. A sociedade feudal, baseada na agricultura, pecuária e artesanato, começa a dar lugar para o capitalismo mercantil, consolidando a classe burguesa no poder, onde os indivíduos são essencialmente iguais e é preciso respeitar as diferenças das pessoas, dando ênfase à capacidade individual do homem. Dessa forma, o homem é concebido como um indivíduo independente, livre e esta liberdade está no sentido da capacidade de produção do indivíduo e da concepção do lucro como um fenômeno econômico natural, que depende exclusivamente do indivíduo. Assim, o capitalismo se consolida e as diferenças sociais dos iguais vão se distanciando.

Com isso se legitima a diferença intelectual, social e econômica e as pessoas que não estão estruturadas para vivenciar a lógica da organização social vigente, perturbam o ambiente. Como a Pessoa com Deficiência faz parte desta categoria, passa a ser protegida pela sociedade, sendo internada em conventos e hospícios, locais idealizados e adequados, conforme a realidade social vigente.

2.3 MODERNIDADE - CORPO CIENTÍFICO

Na sociedade Moderna, a partir do século XVII, prospera a revolução religiosa de Lutero; a revolução científica de Copérnico e a revolução filosófica de Descartes (1596-1650). A sociedade vê-se envolvida com o racionalismo cartesiano, onde a razão é o caminho para a verdade e para se chegar a ela é preciso um método, o científico. Nessa visão, o homem é formado de corpo e mente, e a alma é o elo que une esses dois espaços, sendo o cérebro o principal ponto das funções mentais.

Nessa conjuntura, pensava-se o conhecimento como idéias inatas. Essa concepção do pensamento inatista do homem fragiliza a concepção da Pessoa com Deficiência, uma vez que privilegia fundamentalmente o corpo e a razão. Dessa forma, tanto as pessoas com dificuldades sensoriais, como intelectuais, estavam marcadas em relação ao padrão de normalidade. Entretanto, o modo científico de pensar a realidade da época, incentiva a compreensão da origem da deficiência, através de estudos e conhecimentos específicos. A representação social do médico conquista a posição do sacerdote, e ele passa a assumir a tutela dos valores sociais e dos processos de cura das doenças. Essa é a base do chamado modelo médico da deficiência. Como a razão e o conhecimento tornaram-se altamente valorizados e substituíram às superstições e os mistérios, o corpo humano precisava corresponder a um ideal de normalidade difundido pelo modelo médico e assimilado pela sociedade.

Nesse sentido, o avanço do capitalismo mercantil, e as idéias de Locke, discordante de Descartes em relação ao inatismo, orientam o conhecimento para outra compreensão do pensamento cognitivo e da Pessoa com Deficiência. A mudança do feudalismo, baseado em valores extremamente arraigados a uma percepção religiosa ou divina das coisas, onde tudo é sagrado, para o capitalismo, trouxe uma nova forma de conceber o corpo, sendo este um objeto de análise científica, pois o corpo humano é socialmente concebido e a análise da representação social desse corpo oferece umas das numerosas vias de acesso à estrutura de uma sociedade particular.

Compreende-se, assim, que o corpo é construído historicamente no social e, sendo construído historicamente, pode-se entender o significado ou a percepção do que vem a ser corpo para cada sociedade em determinada época ou ao longo da história. A ascensão do capitalismo e, conseqüentemente, da modernidade e todas as implicações culturais decorrentes dessa nova forma de se organizar social e culturalmente a sociedade, passa a ter agora uma nova forma de percepção do corpo, assentada em novos valores e ideologias. A dessacralização do corpo se inicia, intensifica as experiências médicas, há um movimento para estudo no interior do corpo e ele passa a ser objeto de estudo e, como tal, passível de investigação e intervenções. Reforçam-se as idéias de Locke que valida as experiências como situações ambientais possíveis de mudar o conhecimento.

O clima, as idéias e descobertas propiciam a crença de que é possível a educabilidade da Pessoa com Deficiência. Os primeiros estudos realizados foram em relação à ordem sensorial (sentidos), oportunizando um novo olhar às pessoas cegas e surdas, mesmo elas, estando institucionalizadas em entidades religiosas e do Estado.

A partir do século XVIII, a organização sócio-econômica reafirma o capitalismo, passando de mercantil para comercial, onde predomina o produtor independente (artesão). Generaliza-se o trabalho assalariado e a maior parte do lucro concentra-se na mão dos comerciantes e intermediários. No aspecto político consolida-se a classe burguesa, há um domínio dos privilégios em relação às classes sociais de menor poder aquisitivo. A educação passa a ser papel do Estado e não só da igreja, devido à necessidade de preparar o indivíduo para novas demandas de trabalho.

Na metade do século XVIII, surgem as primeiras instituições especializadas para pessoas cegas e surdas, em forma de internato, com proposta educativa desenvolvendo atividades para recuperar a fala ou a linguagem gestual para os surdos, e a escrita para os cegos, através de sensações táteis, importantes para a realização de algum trabalho, mesmo permanecendo na instituição. Segundo Bueno (1993), a Pessoa Deficiente de origem privilegiada economicamente, na época, freqüentava a instituição em forma de externato, não caracterizando totalmente um caráter segregacionista, pois tinha o acesso à cultura socialmente valorizada.

Nesse contexto da história, a conotação do orgânico, biológico colabora para criar outra categoria para a Pessoa com Deficiência, aqueles que poderiam ser úteis para a sociedade e os que atrapalhavam a ordem social vigente; os últimos permanecendo em caráter definitivo nos hospícios, numa concepção de doença irreversível da conduta da Pessoa com Deficiência.

Observa-se que, ao mesmo tempo em que se abrem perspectivas às pessoas cegas e surdas, se recrudescem as possibilidades das Pessoas com Deficiência Mental, pois se considera o 'retardo' como fruto de má elaboração da informação sensorial, um fatalismo hereditário, tipo insanidade mental, mesmo diante de um estudo pioneiro do médico John Itard, no início do século XIX para recuperação do Vítor, um menino com deficiência mental profunda. Após realizar uma reabilitação sistemática, Itard convenceu-se de que o problema de Vítor se consubstanciava na falta de uma estimulação sensorial em sua infância, desenvolvendo assim uma concepção envolvimentista da inteligência. Nesta abordagem, a hereditariedade e os fatores biológicos pré-estruturados do sistema nervoso são minimizados, e, nessa relação, os fatores do meio, supervalorizados.

Em nossos dias, enquanto profissionais da Educação Especial, podemos perceber que os estudos e pesquisas de Itard, estabeleceram a base para a Educação Especial, na medida em que suas descobertas, bem como seus posicionamentos, serviram de base para propostas que podem ser consideradas conquistas, disponibilizadas aos estudiosos e àqueles que trabalham com indivíduos considerados deficientes (STOBAUS; MOSQUERA, 2003, p.17).

A influência do meio é também a perspectiva descrita por Locke, que surge como defensor da filosofia da ‘tabula rasa’, cujo pensamento em relação ao cérebro humano, consistia em ignorar a embriogênese e a sistemogênese. O envolvimento, ou seja, a herança social e cultural passa a ser o fator predominante da inteligência. Sendo assim, segundo Locke, a inteligência não é mais do que o produto final do meio.

Depois de Itard, seu discípulo Edward Seguin (1812-1880), desenvolveu as idéias de seu mestre e de outro estudioso, Esquirol, o primeiro autor a distinguir as desordens emocionais das intelectuais. A partir desses pesquisadores, muitas instituições introduziram em suas intervenções junto às Pessoas com Deficiência o método fisiológico e o treino sensório motor como método clássico de tratamento. Neste contexto, a contribuição da medicina favoreceu para minimizar as concepções supersticiosas e sobrenaturais, até então construídas culturalmente, produzindo na época mudanças de atitudes da sociedade em relação à Pessoa com Deficiência.

Nessa perspectiva, o trabalho de Binet-Simon, indicava que a Pessoas com Deficiência deveria ser treinada nas atividades da vida diária ao criar a Escala Métrica da Inteligência, um avanço científico para a época. Os testes de inteligência previam elaborações mensuráveis, imutáveis e estáticas sobre a inteligência, possibilitando uma melhor adequação na reabilitação da pessoa com deficiência. Através deste teste sabia-se a idade mental do sujeito e, por outro lado, dizia-se que a mensuração da inteligência fragilizava o potencial cognitivo da Pessoa Deficiente Mental. Também a introdução da tecnologia dos testes mentais para o diagnóstico da Pessoa com Deficiência Mental, não imprimia alterações fundamentais no modelo médico.

Como se vê, mais uma vez, o processo de desenvolvimento da Pessoa com Deficiência Mental é marcado pelo corpo, não só como defeito visível, mas arrolando outra categoria: a capacidade ou incapacidade do sujeito em se adaptar no contexto social, justificado pela diferença da idade cronológica e a idade mental, resultado do teste psicométrico. A categorização da Pessoa com Deficiência pela idade mental persiste, até hoje, na sociedade.

No século XIX, o modo de produção capitalista continua a se fortalecer, mantendo o sistema de valores e de normas sociais. Torna-se necessária a estruturação de sistemas nacionais de ensino e de escolarização, com o objetivo de formar cidadãos produtivos e mão-de-obra necessária para a produção. A atitude de responsabilidade pública pelas necessidades da Pessoa com Deficiência começa a se desenvolver timidamente, embora exista ainda a

tendência de manter a instituição especializada, fora do setor público, sob a iniciativa e sustentação do setor privado.

O avanço dos serviços prestados nas instituições especializadas, principalmente na Europa, com vistas à cura, até então preconizada, não corresponde totalmente aos anseios e necessidades sociais da época. Causa frustração para a exigente sociedade, cuja confiança e a certeza na ciência eram irrestrita, acreditando que através de tratamento e intervenções motoras, a Pessoa com Deficiência, poderia progredir - avançando em direção à normalidade. Como tal fenômeno não aconteceu da forma com que a sociedade esperava, disseminou a concepção da Pessoa com Deficiência como desprovida de capacidade de autonomia por sua própria vida, isso porque o trabalho da Pessoa com Deficiência era, em sua maioria, efetivado na instituição. A história registra o caso de Louis Braille, que aprendeu música, tornando-se um pianista famoso, e notavelmente reconhecido pela criação da escrita para cegos, a qual residiu até o fim de sua vida na instituição.

Na época, surge também a Psicanálise de Freud cuja leitura sobre a deficiência mental relaciona-se com um 'ser' sem o saber intelectual, numa relação de evidência de nada compreender, mas sustentado por um saber denominado saber inconsciente. Freud delimitou esse saber ao propor uma clínica em que, mesmo com as dificuldades vinculadas ao corpo, ocorria uma possibilidade, via escuta desse sujeito. Ele não se situou diante da deficiência, mas frente a um ser de palavras, detentor de uma verdade que lhe era escondida, subtraída, ou que não lhe pertencia mais.

2.4 PÓS-MODERNIDADE - CORPO OBJETO

O avanço do pensamento científico, as novas concepções do Ser inconsciente, os aspectos políticos e econômicos influenciaram, também, na formação e pensamento do homem. Então no século XX, implanta-se o capitalismo financeiro, que se caracteriza pela existência dos grandes capitalistas, os quais definem a força de trabalho necessária para alcançar os objetivos de aumento do capital, o que geraria condições para garantir o volume necessário de trabalhadores.

Multiplicam-se as leituras sobre a Pessoa com Deficiência, representadas por diferentes modelos de categorização. Permanece em certa proporção o modelo metafísico, coexistindo com o modelo médico com o modelo educacional, o modelo da determinação

social. A origem do fenômeno categorização, portanto, permanece sendo de natureza sócio-político-econômica, embora sua leitura seja feita em diferentes dimensões, aparentemente desvinculadas desta realidade. Segundo Claudia Santos (2002, p.16)

O apogeu histórico do processo de discriminação das pessoas portadores de deficiência foi o século XX, quando foram aprovadas as leis eugênicas (impedimento da reprodução dos portadores de deficiências através da esterilização) em mais de vinte estados norte-americanos e diversos países europeus, como, a Alemanha, a Finlândia e a Suíça, determinando a obrigatoriedade da esterilização das pessoas portadoras de doenças hereditárias.

Na ocasião, a Organização das Nações Unidas (ONU, 1948) promulga a "Declaração Universal dos Direitos do Homem".

Artigo 1º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade direitos [...]

Artigo 3º: Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade [...]

Artigo 7º: Todos são iguais perante a lei [...].

Este contexto social exigia mudanças de atitudes. O avanço da Revolução Industrial ocasionou muitas doenças profissionais, devido à precariedade das condições de trabalho, oferecidas aos trabalhadores. As duas grandes guerras produziram os acidentes mutiladores, ao que as anomalias genéticas deixaram de ser a única causa da deficiência e as Pessoas com Deficiência passaram a ser vistas como pessoas de direitos e deveres, porém num paradigma assistencialista, que predominava na maioria das instituições prestadoras de serviços especializados.

Inicia-se uma perspectiva de direito às Pessoas com Deficiência. Assim, por volta da metade do século XX, o paradigma caritativo da institucionalização, principalmente na Europa, começou a ser criticamente examinado e denunciado como sendo uma prática que violava os direitos do homem. Criam-se, então, novos movimentos e novas concepções. Surgindo a nova forma de pensar a inteligência.

Segundo Galvão (1995), interpretando Wallon, a hereditariedade não se opõe ao meio; os fatores biológicos são condições vitais e influenciam mutuamente com os fatores sociais na construção do conhecimento. “A existência do homem, ser indissociavelmente biológico e social, se dá entre as exigências do organismo e as da sociedade, entre os mundos contraditórios da matéria viva e da consciência” (GALVÃO, 1995, p.30).

A partir, com daí o modelo médico, aliado ao psicológico e à Declaração dos Direitos Humanos surge a proposta de integração social da Pessoa com Deficiência. Esta proposta está alicerçada na oferta de serviços, com a finalidade de normalizar as pessoas com

deficiência. Em conformidade com este modelo, o principal problema para a inserção social da Pessoa com deficiência sensorial, física e mental é o defeito que ela possui e, dessa forma, há “necessidade de modificar a Pessoa com Deficiência de forma que esta pudesse vir a se assemelhar, o mais possível, aos demais cidadãos, para então poder ser inserida, integrada, ao convívio em sociedade” (BRASIL, 2000, p.16).

A uniformidade cultural e a normalidade ideal, verdadeiros dogmas seletivos e reprodutivos, só podem progredir em ambientes sociais, com conceitos rígidos e cristalizados. Com o passar do tempo, porém, tais conceitos passam a ser cada vez mais questionados. A sociedade procura sanar as suas próprias deficiências sociais, buscando tratamento e assistência à Pessoa com Deficiência. Estudos a respeito passaram do campo teológico, metafísico e do científico para ser objeto de estudo interdisciplinar de interesse das áreas médicas, sociais, psicológicas, pedagógicas, econômicas e política.

O progresso da medicina e o desenvolvimento da filosofia humanista contribuíram para uma nova visão de homem, que significa reconhecer a condição única de cada indivíduo no convívio social e começam a ganhar espaço: novos entendimentos a respeito da relação entre deficiência, aprendizado e desenvolvimento. Vygotski, Piaget, Feuerstein, Gardner e outros estudiosos trouxeram uma nova abordagem da inteligência e também da deficiência, propondo uma interação entre indivíduo e meio para a construção do conhecimento.

As habilidades sensoriais, mentais e motoras do indivíduo dependiam muito mais da qualidade e quantidade de interações do indivíduo com o meio ambiente, do que sua condição de lesionado. Uma das principais contribuições, neste sentido, foi oferecida pela psicologia soviética (Leontiev, Luria, Vygotski) ou histórico cultural, afirmando que os princípios para o desenvolvimento das pessoas com deficiência são os mesmos aplicados aos demais seres humanos, com ênfase no sujeito histórico-cultural. Já Piaget aborda o sujeito epistêmico: “o ser humano como sujeito em interação com o meio deve ser descrito como sistema aberto, que constrói progressivamente o conhecimento ao agir sobre os objetos”. (LA ROSA, 2003, p.107).

Para Vygotski, a formação se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade – o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem. Neste contexto interacionista, podemos citar Reuven Feuerstein, que mesmo sendo aluno de Piaget na década de 40, segundo Otto Beyer, se aproxima da Teoria de Vygotski.

A principal contribuição de Feuerstein, interpretada por alguns como a versão operacionalizada dos conceitos vygotkianos, constituem-se nos programas de intervenção cognitiva e avaliação psicopedagógica conhecidos como Programa de

Enriquecimento Instrumental (PEI) e Abordagem da Avaliação do Potencial de Aprendizagem (LPAD). A proposta deste último é avaliar não o desempenho tangível evidenciado pela criança, porém as reais condições de desempenho intelectual a partir do ato mediador. Em termos vygotskianos, diríamos avaliar após a mediação junto à zona de desenvolvimento proximal. Após a avaliação dinâmica efetuada, traça-se um processo mais denso de mediação através da intervenção com o PEI. O objetivo maior é consolidar a zona de desenvolvimento proximal através de uma intervenção pedagógica sistemática. (BEYER, 2005).

Nessas correntes de pensamento, do final do século XX e promissoras para o século XXI, destaca-se a Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner, cujo estudo propõe um novo paradigma para pensar a inteligência. A inteligência lógica, única, possível de ser medida, que vem por muitos séculos vem identificando as pessoas por seus déficits, excluindo e categorizando a determinados padrões esperados socialmente, vai dando lugar a novas concepções. Gardner baseou sua teoria em idéias distintas, ao sustentar que as pessoas manifestam as mais variadas habilidades em diferentes tipos de inteligência. Na sua concepção as pessoas resolvem problemas e produzem bens sociais e culturais com diferentes inteligências lingüística, lógico-matemática, interpessoal, intrapessoal, musical, corporal sinestésica e espacial, mas é possível que existam outras.

O breve recorte temporal e de teorias do conhecimento, feito, evidencia que as mudanças sociais, culturais e educacionais no campo da concepção da Pessoa com Deficiência, é um processo que permeia todos os aspectos que a civilização vai adquirindo, se apropriando e construindo no decorrer de sua história. São idéias que permanecem e trazem conseqüências positivo/negativas na representação social do sujeito.

Parece paradoxal, neste início de século, almejar uma sociedade mais justa 'para ser, ' 'para agir, ' 'para sentir, ' 'para a paz, ' onde a diversidade tome seu lugar, e se respeite as diferenças como um valor na qualidade das relações. O mundo capitalista de ser, ter, e pensar, alicerçada no corpo, no belo, no fugaz, na mercadoria, onde tudo se compra e se vende, para conseguir alta produtividade e consumo, e, que para isso, tem que ser igual e ao mesmo tempo criativo, inovador, empreendedor, é o mesmo que quer construir uma sociedade inclusiva.

Na contramão dessa estética contemporânea estão as pessoas com deficiência, minorias/maiorias que têm de se formatar como podem nesses modelos, para se inserir neste cenário. Espera-se que o olhar para as Pessoas com Deficiências Mentais, não seja de compaixão e sim, de alguma forma, de se posicionar em relação ao movimento inclusivo que vem se constituindo na sociedade. No terceiro milênio, é necessário aceitar e reconhecer que a Pessoa com Deficiência faz parte da variada condição humana, e que essa aceitação conduza

ao respeito, à dignidade e à busca da convivência harmoniosa, entre todas as pessoas na sociedade, independente de terminologias ou significações de ordem social.

3 EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO APAEANO NO BRASIL

O pensamento dos estudiosos do período do final do século XIX e início do século XX, tem o propósito de trazer à tona o que estava acontecendo no campo da ciência em relação aos estudos do desenvolvimento humano no qual as Pessoas com Deficiência Mental eram o objeto da pesquisa.

3.1 INFLUÊNCIAS CIENTÍFICAS

Na França estabeleceu-se o primeiro internato público para Pessoas com Deficiência Mental. A inspiração baseou-se nos estudos de Séguin (1812 -1880), que acreditava nos processos de educação baseados em treinamento motor e sensorial, através de um currículo sistemático, sendo possível reeducar o Sistema Nervoso das Pessoas com Deficiência Mental. Maria Montessori (1870-1956), médica-educadora, seguidora de Séguin, faz estudos nos internatos de Roma, aprimorando a educação, onde destaca a ‘auto-educação’ pelo uso de materiais didáticos. Trabalha com crianças Deficientes Mentais e amadurece a possibilidade do processo educacional das Pessoas com Deficiência.

Ovide Decroly, biólogo e médico especialista em psiquiatria, formado pela Universidade de Gante (1896), inicia sua contribuição para a educação das pessoas com desenvolvimento comprometido, criando em 1901, na Bélgica, o Instituto Decroly. O instituto se dedicava ao estudo das crianças com atrasos motores sensoriais e deficientes mentais, da classe média, marginalizados pela escola pública. Esta tarefa científica e educativa de atender, ensinar, e observar a evolução das crianças com déficit sensoriais e mentais, levou Decroly a fazer a transição da medicina para a educação. O especialista acreditava que o meio natural e a saúde física condicionavam a evolução intelectual, preconizando que o ensino deveria partir da realidade do aluno e a atividade da criança ser encarada como fonte de desenvolvimento e aprendizagem ao considerar a escola como um espaço pleno de vida.

O desafio do início do século XX era o de como diagnosticar e trabalhar com as diferenças individuais na escola, devido à massificação da educação na Europa. Alfred Binet, especialista no estudo da inteligência e dos processos cognitivos, respondeu ao desafio colocado pelo Ministério da Educação da França, com a construção, como já foi exposto, da

Escala Métrica da Inteligência, visando exatamente contribuir para avaliar as capacidades cognitivas das crianças e planejar programas de educação adequados aos diversos níveis. Claparède, médico, desenvolveu a proposta da ‘escola sob medida’, destinada a proporcionar um ensino atento às diferenças individuais, considerando a existência de diversidades individuais nas aptidões e formas pedagógicas de reconhecê-las.

3.2 OS PIONEIROS NO BRASIL

No final do século XIX e início do século XX, iniciam os escritos sobre o tema no Brasil. Pela própria biografia dos estudiosos, percebe-se a influência da medicina no estudo da etiologia e causa da Deficiência Mental. Há ao mesmo tempo, a credibilidade no estudo experimental e na busca da cura através da educação.

Segundo Mazzotta (1999, p.30), o interesse pelo estudo e publicações de trabalhos investigativos, caracteriza o interesse da sociedade brasileira pelo assunto.

[...] cabe destacar que em 1900, durante o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro, o Dr. Carlos Eiras apresentou a monografia intitulada Da educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas. [...] Em 1915 foram apresentados: A educação da Infância Anormal da Inteligência no Brasil (Prof. Clementino Quaglio); Tratamento e Educação das Crianças Anormais da Inteligência e A Educação da Infância Anormal e das Crianças Mentalmente Atrasadas na América Latina.

A influência da medicina, na educação da Pessoa com Deficiência Mental, perdurou até aproximadamente 1930, interagindo gradualmente com a psicologia e a pedagogia, especialmente pela ação do educador Norberto Souza Pinto, Professor, Pedagogo, Ortofreniata. Nasceu em Campinas, no dia 6 de Junho de 1895 e faleceu em sua cidade natal no dia 22 de Dezembro de 1968.

Homem de extraordinária vocação pedagógica fundou e dirigiu a primeira escola destinada à educação de crianças retardadas, tornando-se neste mister, uma autoridade de renome internacional. Ortofreniata dos mais destacados organizou o ensino técnico para crianças anormais do Hospital (1929); técnico pioneiro e fundador da classe diferencial para débeis mentais e chefe da primeira seção de Educação e Psicologia da então Escola Normal C.Gomes (PIAUI, C. Popular, 1973, Campinas SP).

No Rio Grande do Sul, na década de 20, foram criados o Instituto Pestalozzi, 1926 – na cidade de Canoas, instituição particular especializada em Pessoas com Deficiência Mental

e formação de professores para atuar nessa área – e, no Grupo Escolar Paula Soares – escola regular estadual de Porto Alegre, que em 1927 oferecia atendimento escolar para Pessoas com Deficiência Mental.

A partir de 1929, com os trabalhos e pesquisas de natureza psicológica da educadora Helena Antipoff, nos cursos de formação de professores no Estado de Minas Gerais, e por sua atuação frente ao movimento da então Sociedade Pestalozzi, se estabelece um novo caminho e referencial de atendimento para as Pessoas com Deficiência Mental, pelas quais muitas idéias e propostas ainda coabitam as ações em nossa sociedade.

Na minha época, a Helena Antipoff veio pra Minas Gerais. Ela é uma discípula do Claparède e veio fazer uma reforma no ensino. Ela usou uma coisa que as escolas, o Ministério de hoje, não se lembra, que são os monitores, para monitorar as propostas novas de ensino. Quer dizer, em vez de mandar folheto, mandar bilhete, mandar filme, mandava tudo isso, mas mandava também uma professora para aplicar tudo, para ensinar, para renovar o ensino de cada pequena cidade. (ZIRALDO, 2007)

Pela constituição de 1891, cabia à União a organização do sistema educacional do Distrito Federal e do Ensino Superior brasileiro. Foi facultado aos estados organizarem seu sistema de ensino em relação ao ensino secundário. Diante disso o governo de Minas Gerais implanta a reforma conhecida como Francisco Campos – Mario Cassanta convida Helena Antipoff, nascida na Rússia, e com formação universitária em Paris e Genebra, para trabalhar no Brasil em 1929.

A Reforma, uma das mais importantes iniciativas de apropriação do movimento da Escola Nova, ocorrida no Brasil, previa a implantação de uma Escola de Aperfeiçoamento de Professores, dedicada à graduação de normalistas, que viriam a assumir a efetiva transformação do ensino fundamental na rede de escolas primárias, que foi rapidamente ampliada. O perfil da educadora Helena Antipoff se aliava ao entusiasmo e otimismo dos reformistas da época, pois seus ideais estavam inscritos na sua história de vida e sua origem russa permitiu a influência sociocultural de seus contemporâneos do período histórico. Foi aluna de Claparède, na França, onde se formou em psicologia, o que lhe assegurou uma formação mais experimental da psicologia, trabalhando diretamente na observação e investigação dos fenômenos do desenvolvimento humano no ato da aprendizagem. Esta psicóloga educadora foi encarregada de revolucionar o ensino secundário, quanto à formação dos professores, no estado de Minas Gerais. A influência do pelo Movimento da Escola Nova na Europa e sua passagem por Genebra, Alemanha e Rússia, deram a Helena um caráter social e científico diversificado em todo o seu fazer pedagógico.

Chegando ao Brasil, foi recebida pelo Professor Lourenço Filho, educador de grande respeitabilidade no meio acadêmico, e levada até Belo Horizonte, com contrato inicial de dois anos, onde deveria assumir a cadeira de Psicologia e a coordenação do Laboratório de Psicologia, na então recém formada Escola de Aperfeiçoamento. Este laboratório visava à formação de educadores comprometidos com os novos métodos educativos, inspirados na Psicologia e a assessoria ao sistema de ensino, na aplicação de testes de inteligência.

A implantação das medidas da inteligência visava subsidiar a organização, nas escolas públicas, das chamadas ‘classes homogêneas’ por nível intelectual, e também das classes especiais, previstas na legislação da reforma de ensino. A metodologia criada pela educadora, na formação de normalistas, constava de quatro fases:

- a) recriar o ensino teórico de psicologia em ações concretas práticas no laboratório de psicologia;
- b) através da pesquisa, estimular as alunas para um papel auto-educativo, através de suas práticas e auto-observação;
- c) execução de trabalhos práticos pelas alunas nos grupos escolares, onde era realizada a análise psicológica das crianças e psicossocial da escola;
- d) confecção de relatório, contendo informações sobre aspectos da personalidade, do desenvolvimento físico e social de cada aluno, além de um levantamento do rendimento escolar e seus fatores determinantes.

Os estudos práticos do Laboratório deram origem ao extenso programa de pesquisa sobre o desenvolvimento mental das crianças mineiras. A realização de vários testes para obter diferentes resultados a respeito da inteligência, trazia no seu interior uma preocupação não inatista da inteligência e sim interacionista. Acreditava-se que a inteligência, em contato com a sociedade e meio ambiente, de forma gradual se modificava, melhorando os índices de desenvolvimento da pessoa. Dessa forma, pensava-se que as crianças mineiras, socialmente desprovidas de interações sociais, apresentavam um teste inferior aos demais, devido a condição econômica e social de seus familiares. Em razão disso, propunham-se as classes homogêneas, para oportunizar às crianças prejudicadas pela condição social inferior, uma maior dedicação dos professores, para reverter o quadro apresentado, através de medidas psicopedagógicas adequadas e, assim seguir o fluxo normal da escola.

É nessa época que Antipoff introduz no léxico da psicologia o termo ‘*excepcional*’ (em vez de ‘retardado’, usado até então), para se referir às crianças cujos resultados nos testes afastavam-se da zona de normalidade. Assim justificava, a seu ver, o termo excepcional, tanto para as pessoas ‘superdotadas’, como as de QI inferior ao padrão da normalidade, para evitar

a estigmatização, pela convicção que tinha a respeito do

nível baixo nos testes de inteligência para muitas crianças de meio social inferior e crescidas fora da escola não prognostica absolutamente o futuro atraso nos estudos, pois nesta idade o organismo ainda está bem plástico e o cérebro capaz de assimilar com grande rapidez e eficiência os produtos da cultura intelectual (ANTIPOFF, E CUNHA, 1932 p.16,17)

Antipoff acreditava que existiam crianças excepcionais de origem ‘orgânica’, cujos distúrbios são provenientes da hereditariedade, e os excepcionais ‘sociais’, provenientes de famílias que não oportunizavam estimulação adequada para seu desenvolvimento, pela condição vulnerável de vida. Estando previsto em leis do ensino a existência das classes especiais para crianças ‘excepcionais’, nas escolas públicas, Antipoff, atuando junto às professoras alunas da Escola de Aperfeiçoamento, procurou atender os princípios legais, tentando fazer com que as escolas oferecessem a educação especial.

Neste contexto, programou a seleção e distribuição dos alunos de acordo com suas necessidades e com seu grau de desenvolvimento físico e mental, constatado através de testes aplicados, criando assim as ‘classes especiais’. Nessas classes, enfatizou a necessidade de turmas pequenas, de um ensino individualizado, de um ambiente adequado, com material didático disponível e professoras bem preparadas, pois tinha a convicção de que era preciso dar bom ensino a todas as crianças. Pensava que, através da educação, dos exercícios de ‘ortopedia mental’ incluído nas atividades escolares - exercícios lúdicos para o treino – melhoraria as capacidades mentais : atenção, memória, etc, e assim, estas crianças poderiam ser curadas em seus desvios.

No decorrer da década de 30, com a implantação do Estado Novo, houve um declínio na educação, pelos poucos recursos disponíveis para investimentos, e pela burocratização do sistema educacional público e, paradoxalmente, um avanço, pois possibilitou o acesso de muitas crianças na escola, promovendo a democratização do ensino. Com o acesso de mais crianças na escola, começaram aparecer as dificuldades de permanência, pela não aprendizagem cujo problema concentrou as atenções para as Escolas de Formação de Professores, considerados despreparados para a nova realidade educacional e social no ambiente escolar.

Neste sentido, os testes de classificações do nível intelectual, que foram implantados para o auxílio às crianças com dificuldade de aprendizagem, estavam se voltando contra as próprias crianças. Os prognósticos de dificuldades de aprendizagem, realizados através dos testes de QI, viraram ‘profecia absoluta’, selando o destino e vida da criança, pela falta de

professores com o devido preparo profissional, como também pela burocracia do sistema de ensino da escola pública. Para um grande número de crianças, o fracasso nos primeiros anos de escolaridade tornou-se a experiência mais freqüente.

As chamadas ‘classes especiais’, para as quais Antipoff havia sugerido os programas de ‘ortopedia mental’, visando melhorar o desempenho das crianças que apresentavam dificuldades em acompanhar o programa de estudos regular, recebiam um número excessivo de alunos e, as professoras encarregadas, não davam conta da demanda presente. As escolas públicas, em sua ação concreta, não acompanhavam os estudos do Laboratório de Psicologia, dificultando o trabalho, mesmo com aquelas crianças consideradas mais lentas. Em razão disso, cada vez mais, o sistema público de ensino, tornava-se seletivo. Antipoff passou a dedicar-se e promover a expansão de alternativas para as crianças recusadas pelo sistema, as chamadas ‘crianças excepcionais’.

Assim, cria em 1932, em Belo Horizonte, junto com um grupo de médicos, educadores e religiosos, a Sociedade Pestalozzi, com o objetivo de promover o ‘cuidado das crianças excepcionais’. Esta foi uma alternativa para angariar a assistência necessária à complementação do treinamento das professoras no ensino do ‘excepcional’, do diagnóstico psicológico e do atendimento clínico oferecidos no Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, Laboratório este que havia fundado e era uma permanente incentivadora. Com o crescimento do número de associados e da atuação da Sociedade Pestalozzi ao longo das décadas de 30 e 40, foram aumentando os serviços prestados às crianças das classes especiais, pois a elas eram oferecidos, o diagnóstico psicológico e físico, novas propostas educacionais, tratamento médico e pesquisas para a compreensão científica da ‘excepcionalidade’.

Aos poucos, à medida que aumentava seu contato com as crianças ‘excepcionais’, a concepção organicista da ‘excepcionalidade’, que Antipoff adotava, foi transformando-se em uma visão mais abrangente, sendo o centro de sua atenção a intervenção no meio físico e social, deixando de lado o pensamento da cura para a Pessoa com Deficiência Mental. Neste momento, suas idéias voltavam para a importância do meio social, realizando intervenção psicopedagógica no aluno, para melhoria do seu desenvolvimento.

Neste contexto, em 1940, a Sociedade Pestalozzi transfere-se para o meio rural, a 20 km de Belo Horizonte. Instala-se a Fazenda Escola Rosário, com a finalidade de educar e reeducar crianças ‘excepcionais’ ou abandonadas, utilizando os métodos da Escola Ativa, o que marca o segundo momento de atuação de Helena Antipoff na educação especial. Também nessa época Helena tornou-se professora fundadora da Cadeira de Psicologia Educacional na

Universidade Minas Gerais, lecionando na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nos cursos de Licenciatura e de Pedagogia. Divulgava o pensamento de autores como Pavlov, Luria, Édouard Claparède, André Rey, Jean Piaget e Pierre Janet (BRASIL, 1982, p. 28).

O governo de Minas Gerais cancela o contrato de Helena Antipoff e devido a isso, transfere-se para o Rio de Janeiro, onde passa trabalhar no Ministério da Saúde. Com o auxílio de muitas pessoas que acreditavam em suas propostas, cria no Rio de Janeiro a Sociedade Pestalozzi do Brasil. Quando funcionária do departamento da Criança, no Ministério da Saúde, luta pela redemocratização do país e inicia suas reflexões sobre o ensino rural, devido ao alto índice de concentração da população brasileira no meio rural, desprovidos de uma educação elementar, tão necessária para qualquer cidadão.

Em 1951, retorna a Minas Gerais, como cidadã brasileira naturalizada, reassume sua cadeira de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais, atuando como professora de Psicologia, com o objetivo de operacionalizar suas idéias em relação à Fazenda Escola Rosário, que se tornou um complexo experimental na educação rural e na especial, visto que suas iniciativas visavam à integração da escola à comunidade rural adjacente. A filosofia educativa rosariana enfatizava, por um lado, a necessidade de integração à comunidade das crianças recebidas pela Sociedade Pestalozzi - crianças abandonadas, com sérios problemas de ajustamento. Por outro lado, buscava levar à comunidade rural de Ibitité os benefícios provindos da escola.

A escola Fazenda de Rosário forma um complexo educacional, onde Helena realiza suas experiências em relação à educação, considerando o processo cultural da sociedade vivenciado na época. Neste complexo, prega-se o exercício da democracia na vida cotidiana, inspirando-se nos princípios escola-novistas defendidos por Claparède na Europa, e pelos precursores no Brasil, como Anísio Teixeira. A questão fundamental era detectar como deveria ser organizado o ambiente educativo para fazer prosperar a democracia, ao mesmo tempo em que prevalecia o respeito à liberdade e a autonomia de educandos e educadores. Enfatizava, especialmente, a liberdade de escolha do educando, a atividade consciente, a sociabilidade e a tomada de decisões em grupo; privilegiava a cooperação onde o aprendizado deveria acontecer em um ambiente de ajuda mútua e de liberdade para experimentar.

Nessa época, a autora abandona a opção por classes seletivas, que havia defendido para as escolas públicas, nos anos de 1930, e decide incentivar a reunião de crianças de variados níveis intelectuais, com também diferentes tipos de habilidades nas salas de aula da Escola Fazenda Rosário, demonstrando aqui, um ensaio para o processo educacional inclusivo.

4 ORIGEM MOVIMENTO APAEANO

As idéias de Helena Antipoff se alastram pelo Brasil, aparecendo seguidores em diversos estados, que imbuídos do mesmo entusiasmo, formam organizações e institutos destinados a tratar das diferentes especificidades das Pessoas com Deficiência. Segundo Maria Eloísa D'Antino (1988, p.36), citando Berger, salienta que “as instituições têm sempre uma história da qual são produtos, sendo impossível compreender uma instituição, sem entender o processo histórico no qual ela é produzida”. Logo, é preciso fazer um resgate histórico de como se deram os primeiros passos do Movimento Apaeano no Brasil. Nesse sentido, procuram-se caminhos históricos que se entrelaçam no decorrer do tempo, tornando possível uma compreensão histórica.

Paralelamente à efervescência científica de Helena Antipoff, no Brasil, de investigar e respeitar a Pessoa com Deficiência, nos Estados Unidos é criada, em 1940, a primeira associação organizada por pais de crianças com paralisia cerebral, visando angariar fundos para centros de tratamento, pesquisas e treinamento profissional. Em 1950, os pais das crianças com deficiência mental organizaram-se em defesa dos interesses e necessidades de seus filhos, criando a *National Association For Retarded Children* (NARC) – que exerceu grande influência em vários países, inclusive no Brasil.

A partir de 1952, no Brasil, o momento político é marcado pelo nacionalismo de Getúlio Vargas, destacando-se a industrialização e a fundação da Petrobrás. O governo de Getúlio Vargas, no entanto, não é unanimidade e sofre grande desgaste devido a críticas com relação à sua política. Essa dicotomia política resultou no suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954.

Foi neste cenário, que em 1954 chega ao Brasil o casal norte-americano, funcionários do corpo diplomático, George e Beatrice Bemis, membros da NARC. A Sra. Beatrice Bemis, mãe de uma criança com Síndrome de Down, como havia participado da fundação de mais de 250 associações de pais e amigos nos Estados Unidos e pelo fato de no Brasil não haver entidade semelhante, iniciou no Estado da Guanabara um movimento em favor da criança com deficiência mental. O Almirante Henry Broadbent Hoyer, outro membro da diplomacia americana e Dona Beatrice reuniram vários pais, mestres e técnicos na Embaixada, em julho de 1954, quando foi exibido um filme sobre crianças com deficiência mental, estímulo para dar início a várias reuniões preparatórias e a formação de uma Comissão Coordenadora Provisória para a continuação do movimento. Compunham essa comissão Maria Helena

Correia de Araújo, Renata Silveira, Helena Dias Carneiro, Ivone Cintra Ferreira, Idália Parreiras Rodrigues Lima, Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca e Antônio Carlos de Carvalho.

Em sessão realizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), precisamente em 11 de dezembro de 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), denominação que já havia sido aprovada em uma das reuniões preliminares, conforme registrado em ata lavrada por D. Ercília Carvalho, mãe de uma pessoa deficiente, sócia fundadora. O nome da associação marca a influência da educadora Helena Antipoff no movimento, diferenciando dos Estados Unidos, cuja denominação das Pessoas com Deficiência Mental era ‘retardado’ e não ‘excepcional’.

A primeira reunião do Conselho Deliberativo foi realizada em 10 de março de 1955, na sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil, cedida para a ocasião. A assembléia foi presidida pelo padre Álvaro de Albuquerque Negromante, valendo destacar que estavam presente na reunião o Sr. e Sra. George W. Bemis, sendo ele vice-presidente da NARC, nos Estados Unidos da América do Norte. Nessa reunião, foi instituído e votado o estatuto da Associação, cuja elaboração ficou a cargo do Sr. Bud Hawks e da Sra. Beatrice Bemis, onde os presentes tomaram conhecimento da oferta feita pela Sra. Alzira Lopes Cortes, que colocara à disposição da recém-criada instituição, parte das dependências do prédio da rua Haddock Lobo 296, para que ali fosse instalada uma escola para crianças ‘excepcionais’, atendendo ao desejo expresso por seu marido, o Professor Lafayette Cortes, antes de falecer.

Após sua fundação, a APAE/Rio, a primeira do Brasil, procura se estruturar internamente, buscando recursos tanto financeiros como instrucional, para dar suporte ao atendimento que vinha sendo dado na instituição. Mesmo preocupados com problemas de natureza organizacional interna, o grupo orientava outros pais de Pessoas com Deficiência Mental, para a formação de novas APAEs. Assim, seguiu por ordem de fundação: Brusque (SC) 14/09/55; Volta Redonda (RJ) 09/04/56; São Lourenço (MG) 01/06/56; João Pessoa (PB) 23/03/57; Jundiaí (SP) 07/08/57; Caxias do Sul (RS) 06/09/57 (FEDERAÇÃO DAS APAES, 2007).

Em 1958, o Jornal do Brasil (APAE DO RIO DE JANEIRO, 2007), sensibilizado pela campanha dos pais das Pessoas com Deficiência Mental, se prontifica para realizar, nacionalmente, junto com a APAE e IBGE o censo dos ‘excepcionais’, com a intenção de mostrar ao poder público e à comunidade, a existência real do grupo de Pessoas com Deficiência Mental. A proposta do censo é para que seja pensado algo para melhoria dos ‘excepcionais’, partindo da realidade existente e mostrar ao poder público a necessidade de

sua participação nesse processo.

Nesse contexto, a APAE do Rio passou a contar com sede provisória, onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. Inicia seu trabalho e procura, cada vez mais, recursos financeiros e pedagógicos, para melhoria de seu serviço, uma vez que era a pioneira e modelo, para as demais APAEs e que, aceleradamente, fundavam outras no interior e capitais do Brasil. Foi com essa intenção que em 1958, no esforço de criar condições para o diagnóstico médico e não médico - chamado de 'diagnóstico de suspeição' - que a APAE selecionava e traduzia, com o apoio do Serviço Nacional de Educação Sanitária, textos da sua congênera americana NARC e preparava-se para publicar em alta tiragem, um texto sobre 'mongolismo'. A APAE preocupava-se ainda com a formação de professores especializados na educação e orientação de crianças 'subnormais'.

Na medida em que a escola crescia, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Em 13 de novembro de 1958, foi criado o Centro de Aprendizagem Ocupacional (CAO), para atendimento a adolescentes. Surgiu, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria, para Pessoas com Deficiência Mental, no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira. Durante os seis primeiros anos de criação da APAE, sua Diretoria e seu Conselho se reuniam para decidir sobre a tradução de trabalhos estrangeiros e de livros especializados, que traziam informações sobre deficiência mental e integração social da Pessoa com Deficiência Mental. Naquela ocasião, ainda não havia nenhuma organização escolar nas APAEs, que equivalesse ao que estava sendo feito na Europa, Estados Unidos ou Canadá em relação à Pessoa com Deficiência Mental. Aqui as ações eram pontuais e dependiam do conhecimento das pessoas envolvidas no movimento.

Após 1960, foi criada uma 'escolinha' no porão do prédio da Rua Haddock Lobo. Preocupados com a escolarização formal das crianças e jovens, deu-se início da aprendizagem escolar nas APAEs. Na época, procurava-se oferecer, às Pessoas com Deficiência Mental, noções das atividades do dia-a-dia, não havendo preocupação em oferecer conhecimentos de leitura e escrita, mas hábitos para se levar uma vida normal na sociedade. Nessa mesma ocasião, foi organizada a primeira equipe técnica multidisciplinar para estudar e produzir um documento comum a ser seguido por todas as APAEs fundadas. O documento tratava do diagnóstico inicial de ingresso da criança na instituição e alguns procedimentos e estratégias para o processo educacional nas APAEs criadas até então. Segundo Mazzotta (1999, p.47):

[...] o desenrolar e a manifestação do movimento apaeano, induziram autoridades do executivo e do legislativo a tratarem do problema do 'excepcional'. Algumas leis

foram votadas. Alguns governos passaram conceder ajudas às APAEs que se instalavam.

Assim, por influência da Sociedade Pestalozzi e da APAE do Rio de Janeiro, foi instituída, junto ao Ministério da Educação e Cultura, a Campanha Nacional de Educação e reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), cuja finalidade, segundo Mazzotta (1999, p.52), era de “promover em todo o Território Nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo”. Os instrumentos para a operacionalização das propostas do CADEME eram a cooperação técnica e financeira, com entidades públicas e privadas, para formação de professores e técnicos; convênios com consultórios especializados; incentivo para formação de classes especiais; assistência domiciliar; formação de centros de pesquisa; internatos e semi-internatos destinados a habilitação e reabilitação da Pessoa com Deficiência Mental; estímulo à criação de fundações e associações para atendimentos de Pessoas com Deficiência Mental; estímulo à criação de cursos especiais para a formação de Pessoal Técnico e realização de censos e pesquisas. Ainda propunha, como ações, a manutenção de convênios e intercâmbios com entidades internacionais ligadas à Pessoa com Deficiência Mental; promoção e integração da Pessoa com Deficiência na escola comum e também nas atividades comerciais, industriais, agrárias, científicas e educativas, priorizando as atividades para crianças e adolescentes, sem prejuízo aos demais. Os primeiros diretores nomeados pelo Ministro da Educação e cultura para coordenar a CADEME foram Fernando Luiz Duque Estrada (diretor) Denis Malta Ferraz e Helena Antipoff que, mais uma vez, participa do cenário e história da educação especial.

Na década de sessenta, foram criadas, então, as APAEs de São Paulo, Porto Alegre (1962), Recife, Belo Horizonte e outras. Devido à demanda e necessidade de formar uma unidade de pensamentos a respeito do atendimento da Pessoa com Deficiência Mental e maior articulação e intercâmbio entre as entidades criadas, pensou-se em criar um organismo nacional, para estabelecer trocas entre as APAEs.

Tudo era para nós, ainda, profundamente nebuloso. Pouco ou nada sabíamos de nossas reações emocionais, de nossas fantasias, de quão pouco sabíamos lutar; primeiro contra nossa própria desesperança e frustração, depois com os problemas em si, nosso elo comum, o grave problema de deficiência mental. (ALDA MOREIRA ESTRÁZULA, FUNDADORA DA APAE SÃO PAULO, 1961)

A partir desse depoimento, pode se perceber o quanto a formação da associação de pais trazia expectativas para os familiares e também um apoio para enfrentar o ‘grave

problema da deficiência Mental’, dita pela fala de dona Alda que, provavelmente seria de muitas outras mães, neste momento histórico. Assim, se percebe o quanto era solitário para uma família ter um filho (a) com Deficiência, e se evidencia a ausência do poder público nos atendimentos da Pessoa com Deficiência Mental no âmbito das políticas públicas.

Nestas circunstâncias, criar um organismo que pudesse conciliar e fortalecer todas as idéias em prol da Pessoa com Deficiência, era a demanda do momento. A primeira idéia era a formação de um conselho e a segunda a criação da Federação Nacional. Prevaleceu a última sugestão, a criação da Federação Nacional das APAEs (FENAPAE), que foi fundada em 10 de novembro de 1962, e funcionou por muitos anos no Consultório do Dr. Stanislaw Krinski.

4.1 A CRIAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs E SEUS PRESIDENTES

A Federação Nacional criada, além de possibilitar uma maior unidade no movimento, também se propunha a realizar reflexão, sentando na mesma mesa, grupos de famílias que traziam para o movimento suas experiências como pais de Pessoa com Deficiência e, também, profissionais da área da saúde, educacional, assistência social e de direitos. Tinham como objetivo estabelecer um diálogo entre si e com o governo, demonstrando toda a sua força política.

O primeiro presidente da diretoria provisória eleita para a Federação Nacional das APAEs, foi escolhido no 1º Congresso da Federação Nacional da APAEs, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1963. Na ocasião foi aprovado o estatuto e eleita a 1ª Diretoria da Federação Nacional das APAEs, presidida pelo Dr. Antônio Clemente dos Santos Filho. O Dr. Clemente, médico e professor da Universidade Federal de São Paulo, foi o primeiro coordenador do serviço de radiodiagnóstico da Unifesp (Universidade Federal do Estado de São Paulo) e também assumiu a direção executiva da CADEME em 1964. Foi autor do livro: ‘Participação da Comunidade na integração das Pessoas com Deficiência Mental’, editado pelo Ministério da Educação em 1977 e conselheiro Científico da APAE de São Paulo. Palavras do primeiro presidente da Federação Nacional das APAEs no período de 1963 a 1965, disponível no *site* da Federação Nacional, quando dos 50 anos da criação do movimento Apaeano em 2004.

Co-fundador e tendo sido eleito para ocupar o cargo de primeiro Presidente da Federação Nacional das APAEs então com sede em São Paulo e na ocasião docente

da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), valeu-me a boa disposição do Excelentíssimo Ministro da Educação, que intercedeu por mim junto a Reitoria da Universidade, permitindo-me cuidar dos assuntos da Federação Nacional das APAEs. A Federação Nacional das APAEs se desenvolveu nos últimos vinte anos na medida em que mais Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais se constituíram, ultrapassando mais de duas mil APAEs espalhadas pelo Brasil, lutando para poderem oferecer às crianças deficientes mentais, os meios para se integrarem na comunidade e poderem, como as outras crianças, se desenvolverem e tornarem-se cidadãos prestantes, muitas vezes autônomos e por vezes arrimo da família. (*APAE Brasil, 2007*).

É importante nesse processo de construção da história do Movimento Apaeano no Brasil, descrever a fala do ex-presidente da Federação Nacional, expressa por ocasião dos cinquenta anos do movimento, para melhor entendimento de todo o processo de ampliação do movimento apaeano, bem como o papel político exercido por esse movimento, no decorrer da história. Entre os períodos de 1965 a 1967 foi Presidente da Federação o senhor Antônio Simas Figueira, sendo que nada foi encontrado a seu respeito, em relação a sua atuação na entidade.

Na gestão de 1967 a 1977, assume a presidência da Federação Nacional o Coronel José M. Borba que acumulou a direção executiva da CADEME, conforme diário oficial da união, de 29 de setembro de 1967 até 1970. Durante seu mandato na Federação, segundo Mazzotta, em 1973 é extinta a CADEME, através do ato presidencial do Presidente Médici e, em seu lugar, é criado no Ministério da Educação e Cultura um órgão central, responsável pelo atendimento dos ‘excepcionais’ no Brasil, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). O Coronel José Borba, assim se expressa em relação ao seu mandato presidencial na Federação Nacional:

A minha relação com o Movimento, antes de assumir a Presidência da Federação Nacional das APAEs, vem desde o ano de 1.954, por ocasião da fundação da APAE Guanabara (hoje APAE Rio) a primeira a surgir em nosso país e que deu início ao Movimento Apaeano no Brasil.

Como sempre observamos as comunidades, em geral, solicitavam o nosso apoio para que nelas fosse criada uma APAE. Isto significa que a filosofia do nosso trabalho, a honestidade com que são desenvolvidos os nossos Programas e executados através de um idealismo uníssono de norte ao sul do país, lhes conferia uma certeza para a solução do problema de atendimento ao excepcional.

Até setembro de 1.972 existiam 108 APAEs filiadas e foi em 1.973 que o Movimento tomou um grande impulso. Em 1.979 as APAEs já estavam 100% filiadas e, a partir daí, o número delas aumentou de uma maneira surpreendente. Foi adotada a orientação de que as reuniões da Diretoria seriam rotativas, encarando-se a necessidade de se levar às várias regiões do país, a conscientização de que isto, na realidade, representa um Movimento nacional, procurando-se trabalhar uma unidade de doutrina, da filosofia, em fim, dar às Associações uma mesma diretriz, dentro da política por elas mesmas traçadas. A Federação teve que se estruturar para atender os objetivos das APAEs, nascendo vários eventos como as Olimpíadas, Exposição de Artes e os Congressos, sendo que no V Congresso Nacional das

APAEs realizado no Rio de Janeiro em 1971, esteve presente o Presidente da República Emílio Garrastazu Médici.

A partir de 1977 a Federação promove a Exposição de Artes juntamente com o Congresso Nacional, sendo expostos os vinte melhores trabalhos selecionados em exposições estaduais. A primeira foi realizada em Teresina/PI e a segunda em Florianópolis/SC.

Durante esses anos, a Federação se fazia representar em eventos nacionais e internacionais, discutiu diretamente com os Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde, do Trabalho, da Previdência Social e da Justiça os problemas relacionados com os excepcionais, com as Entidades, principalmente para obtenção de recursos físicos, materiais, financeiros necessários ao desenvolvimento do trabalho que elas executam. Da mesma forma e com o mesmo objetivo, com Governadores e Secretários de vários Estados, bem como, com dirigentes de serviços de educação especial e prestou colaboração aos Poderes Legislativos nos seus interesses de propiciarem medidas legais de amparo ao excepcional.

O nosso Movimento Apaeano cresce e se expande cada vez em maior intensidade e, com ele cresce também, a responsabilidade e o trabalho. Por isso é imprescindível que todos se integrem a Federação Nacional das APAEs e por ela lutem, porque dessa união de esforço, nesse espírito de unidade que nos caracteriza, está a grande força e o grande prestígio do nosso Movimento e das nossas APAEs. (APAE Brasil, 2007).

Em 1968, com o apoio do Exército Brasileiro, no governo de Castelo Branco, a Sede da Federação Nacional das APAEs foi transferida para Brasília-DF. Por tratar-se de instância Nacional do Movimento Apaeano, o então presidente da Federação Nacional das APAEs, Cel. José Cândido M. Borba, entendeu que a mesma deveria estar localizada na Capital do Brasil, visando, assim, facilitar as relações e inter-relações com os órgãos públicos e segmentos sociais em âmbito nacional. De 1977 a 1981, foi presidente o médico Dr. Justino Alves Pereira, que foi secretário de saúde pública do Paraná, assessor do ministro da Educação Ney Braga e conselheiro estadual da saúde do Paraná. Em relação aos cinquenta anos assim se expressa.

Nestes 50 anos de atividades do Movimento Apaeano, iniciando como alguém que andasse na escuridão de um grande túnel, iluminando-o com uma pequena vela, até atingir-se, como ocorreu à plenitude do reconhecimento Comunitário e Governamental de hoje, quanto à prevenção e ao atendimento multidisciplinar de habilitação para vida plena da Pessoa Deficiente, quanto às suas características mentais, físicas e sensoriais. [...] Não trocamos nosso filho excepcional por nenhuma fortuna deste mundo, mas daríamos toda a fortuna do mundo para evitar que alguém tenha um filho excepcional e para que, caso o tenha, não sinta as limitações legais e sociais que sentimos até hoje. (APAE BRASIL, 2007).

A gestão seguinte, na Federação Nacional, coube ao Senhor Elpídio Araujo Neris, que permaneceu na função no período de 1981 até 1987. Participou da fundação ligada à Federação Nacional a ABDEM, Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Mentais, membro desde 1996, da Federação Internacional do Desporto para Pessoa com Deficiência Mental, hoje INAS/FID.

No ano de 1981 foi realizada a primeira campanha promocional da FENAPAEs, patrocinada pelo Cine Foto Júnior de São Paulo, com o apoio da FIESP. Em 1982 foi quitado, antecipadamente, o financiamento da atual sede da FENAPAEs e realizada uma campanha nacional, cujos resultados significativos, marcou o início da independência econômica do Movimento Apeano. Os recursos arrecadados foram distribuídos entre as 300 APAEs filiadas. Em 1983 na Abertura do Congresso Nacional em Fortaleza/CE, fui reeleito e foi lançado o desafio ao Governo Federal para a criação de um organismo formador da política de integração da pessoa portadora de deficiência e, ao mesmo tempo, coordenador das ações do Governo e de auxílio às entidades. Como resposta a esse desafio, foi criado o Comitê Governamental do qual participei e que estudou e sugeriu a criação da CORDE e de seu Conselho Consultivo hoje CONADE. A Federação foi membro do Conselho da Liga Internacional de Associações pró Deficientes Mentais, hoje Inclusão Internacional, e nessa condição participou de suas reuniões, congressos, seminários e encontros em vários países da América, Europa, Ásia e África. Juntamente com a APAE de Niterói, a Federação Nacional organizou, realizou e presidiu o 9º Congresso Mundial da Liga Internacional que foi realizado no Brasil em 1986, Hotel Nacional na cidade do Rio de Janeiro, o único sediado na América do Sul. (APAE BRASIL, 2007).

O sucessor, como presidente foi o senhor Nelson de Carvalho Seixas, natural do interior de São Paulo, pai de duas pessoas com Deficiência Mental, um nascido em 1956 e outro em 1960. Administrou a Federação Nacional de 1987 a 1991, tendo participado do Movimento Apeano, desde sua fundação. Nelson, em sua fala, sintetiza as conquistas do Movimento Apeano e também demonstra todo o processo de transformação pelo qual passou a organização.

Antes de assumir a Presidência da Federação Nacional das APAEs, participei ativamente das suas ações, incentivando e colaborando na criação e organização de numerosas APAEs na Região Oeste e em outras Regiões do Estado de São Paulo e nos Estados circunvizinhos (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul) e vários encontros e reuniões no Estado de São Paulo e Região sul para troca de experiências, sendo que nessa época havia poucos técnicos na área (professores e alguns psicólogos), pouca literatura e escassez de material pedagógico. Já como Presidente da Federação Nacional das APAEs, participei como parlamentar conscientização de pais e amigos que foram encontrando seu verdadeiro caminho e expandindo suas associações por todo o território nacional. A importância do Movimento está no trabalho voltado para a busca da qualidade de vida do portador de deficiência, desde a sua concepção até a velhice, através da prestação de serviços de qualidade. O Movimento é importante para a inclusão social do portador de deficiência mental e apoio à sua família, por meio de um esforço coordenado dos pais, profissionais, amigos e da própria pessoa portadora de deficiência. Da Constituinte, conseguindo inserir na Carta Magna de 1988 vários dispositivos em benefício das pessoas portadoras de deficiência, além de conseguir que as APAEs participassem dos colegiados, fazer parte do Conselho Nacional da Saúde, indicar a Coordenadora da CORDE e de outras numerosas ações que fortaleceram a unidade apeana e a sua expansão pelo Brasil. Já tive oportunidade de afirmar e reafirmar que, se o nosso Movimento não existisse, teria que ser inventado, pois centrando na pessoa portadora de deficiência mental, oferecendo-lhe um atendimento multidisciplinar, apoiando a sua família, orientando a comunidade, conseguindo de todos uma participação essencial para o êxito do trabalho. Assim, é que serve de exemplo para outros segmentos sociais, como é o dos portadores de distúrbios mentais. Tive

sempre a preocupação em fazer com que as várias comunidades se conscientizem frente à problemática, assumissem sua parcela de responsabilidade e, assim crescendo o Movimento Apaeano viesse a adquirir a força e a expressão que tem hoje no País e no Mundo. (APAE BRASIL,2007)

No final do século XX, o professor universitário, Flávio José Arns, natural do Paraná, participou de duas gestões em períodos diferentes, entre os anos de 1991 a 1995 e 1999 a 2001, como presidente da Federação Nacional das APAES. É senador da República até 2011, formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Possui Mestrado em Letras pela UFPR e PhD em Linguística pela Universidade Northwestern/EUA Foi professor da UFPR (1974-2006), Diretor do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado do Paraná e eleito para duas legislaturas a deputado federal pelo Estado do Paraná.

Tive a honra de presidir a Federação Nacional das APAEs. Foram momentos de grandes desafios e também conquistas importantes para o Movimento Apaeano, como a luta constante para expandir a presença das APAEs em mais municípios brasileiros e para a formação de diretoria das entidades, professores e técnicos. Nesta caminhada, tivemos a oportunidade de vivenciar experiências importantes, como a consolidação de reforma estatutária nos seus quatro níveis: APAEs em seus municípios, Delegacias Regionais dentro dos Estados, Federações Estaduais e Federação Nacional. Batalhamos também pela viabilização de eventos realizados pela Federação Nacional, como os Congressos Nacionais, Olimpíadas, 1º Festival Nacional Nossa Arte, 1ª versão do sorteio APAE NOEL, 1º Fórum Nacional de Auto-defensores, bem como a implantação do Programa APAE EDUCADORA. O Movimento das APAEs, ou Movimento Apaeano, é considerado o maior do mundo na luta em defesa dos direitos do portador de deficiência mental. Hoje, somos 2.000 APAEs em todo o país, resultado da conscientização de pais e amigos que foram encontrando seu verdadeiro caminho e expandindo suas associações por todo o território nacional. A importância do Movimento está no trabalho voltado para a busca da qualidade de vida do portador de deficiência, desde a sua concepção até a velhice, através da prestação de serviços de qualidade. O Movimento é importante para a inclusão social do portador de deficiência mental e apoio à sua família, por meio de um esforço coordenado dos pais, profissionais, amigos e da própria pessoa portadora de deficiência. (APAE BRASIL, JULHO, 2007).

No período de 2001 a 2005, foi presidente o professor Luis Alberto Silva, natural de Santa Catarina. Durante sua gestão procurou dar continuidade ao trabalho do presidente anterior. Publicou, pela Federação da APAES, em parceria com a CORDE (Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), o livro 'Legislação Comentada para Pessoas Portadoras de Deficiência e Sociedade Civil Organizada'. Em parceria com o Ministério do Trabalho publicou o 'Guia para o Desenvolvimento de cursos Profissionalizantes, Habilidades Básicas e Específicas de Gestão'. Em relação ao seu trabalho na Federação, o Professor Luis Alberto da Silva assim se expressa :

Como cidadão sinto-me privilegiado pela oportunidade de ser Presidente da Federação Nacional das APAES. É um exercício diário de aquisição de conhecimentos, de valorização da vida, de responsabilidade social, de desafios, de tomadas de decisões, de aglutinações de experiências absorvidas pelo trabalho compartilhado com companheiros apaeanos, tendo como objetivos primordiais: os direitos da pessoa com deficiência mental, o aprimoramento e o fortalecimento do Movimento das APAES. É um aprendizado! É um marco na história da minha vida, poder trabalhar por uma causa tão nobre. O Movimento das APAES, organização reconhecida nacionalmente, se destaca pelos serviços destinados à valorização humana, voltados especificamente à pessoa com deficiência mental, às suas famílias e comunidades.

Nesta caminhada sempre tivemos as indispensáveis parcerias da sociedade brasileira e dos Governos Federal/Estadual/Municipal para o cumprimento da missão das APAES. (APAE BRASIL, JULHO, 2007).

O atual presidente da Federação Nacional das APAEs é o Dr. Eduardo Barbosa, médico pela UFMG, 1984, Pós - graduado em Saúde Pública. Iniciou sua atuação na APAE como médico em Pará de Minas, em 1985. Foi Secretário do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e Adolescente do Estado de Minas Gerais e Deputado Federal desde 1995 até a presente data. Paralelamente à sua função política, sempre exerceu funções municipais, regionais, estaduais e nacional, no Movimento Apaeano, sendo o atual presidente até novembro de 2008. Em sua primeira gestão, procura reorganizar administrativamente a entidade, realizando uma pesquisa em todas as APAEs do país. Esta investigação teve por objetivo analisar o Movimento Apaeano no seu interior, cujos resultados ficaram registrados no documento 'Eixo Referencial de Atuação FENAPAE' (1997), dando origem ao 'Plano Diretor' 97/98 e ao 'Planejamento Estratégico' 1998/2003. Neste documento fica registrada 'Evolução da Concepção Filosófica' da entidade, desde sua criação até o presente momento, como também orientações de estratégias gerenciais e técnicas, de forma que cada unidade apaeana, respeitadas suas especificidades territoriais, pudesse se articular em sua comunidade, com o intuito de cumprir com a missão organizacional. A partir desses estudos, se elabora a 'APAE Educadora: a Escola que Buscamos', numa Perspectiva Inclusiva, assunto que será detalhado posteriormente. Abaixo, a manifestação do Dr. Eduardo em 2004, quando dos 50 anos do Movimento Apaeano.

Sinto-me privilegiado por ter presidido a Federação Nacional das APAEs por quatro anos. Orgulho por perceber que as transformações acontecem quando existe a mobilização de pessoas de boa vontade e, ao conhecê-las de perto, sentir aguçar-se a esperança que nos impulsiona para a construção de um mundo melhor para todos, sejam suas necessidades comuns ou especiais. Orgulho pela oportunidade de representar as APAEs em diversas instâncias, promover a filiação de 402 novas entidades e ter me aprimorado a partir de tantas e ricas experiências pessoais com nossos companheiros, pais e alunos. Por ter vivido tudo isso e ter as mãos estendidas, com fé no ser humano e a convicção de poder servir de apoio às pessoas tão numerosas. E, se elas ainda não tiveram atingido o estágio de dignidade, que eu

possa dedicar-me, inteiramente, à sua felicidade. Aprendi que sem esse gesto ninguém aprende a caminhar. Acredito que a causa apaeana personifica desde o seu início, a coragem necessária para se enfrentar problemas, compreendendo que o seu papel social significa a possibilidade de solução para todos aqueles que chegam até nós.

O nosso Movimento é a experiência viva de que a opção pelo outro ainda é viável. Uma expressão autêntica de cidadania influenciando, através do exemplo institucional e atuação comunitária, nas diretrizes das políticas públicas oferecidas aos menos favorecidos. (APAE BRASIL, 2007).

O estudo e o registro, empreendido neste espaço, possibilitou reconstruir e ressignificar a trajetória e influências recebidas pelo Movimento Apaeano e sua atuação na educação da Pessoa com Deficiência Mental no Brasil. Desde sua criação, em 1954, no turbulento ano político do suicídio do Presidente Getúlio Vargas e, pelo fato de sua origem ser uma associação assemelhada à norte-americana, percebe-se uma ligação estreita entre quase todos os presidentes da entidade e o poder público responsável pela política da educação e saúde da Pessoa com Deficiência. Tal política de Estado corresponde a uma ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que o Estado se exime da responsabilidade pública da educação especial, realiza convênios e transfere o serviço para uma entidade privada de caráter filantrópico, que realiza o serviço claramente, o que é expresso na política da educação especial do Estado, de forma assistencial e terapêutica. A esse respeito, Mazzotta (1987, p.382), se manifesta, citando Habermas.

[...] em razão de seu caráter privado, os grupos de interesse dispõe de um amplo poder político. Igrejas, sindicatos, grupos econômicos com poder de pressão em geral, não exerce somente uma influência direta sobre a opinião pública (por terem sobre seu poder a imprensa, o rádio e setores inteiros da administração), mas enviam, também, representantes aos conselhos de administração, comissões, órgãos consultivos, comitês de especialistas, para não mencionar as pressões de distribuição de cargos em todos os níveis.

Outro aspecto relevante para a análise é a participação de associações de pais na atuação dessa política. Não se pode deixar de considerar a obra social empreendida por essas associações, muitas vezes de forma solitária no interior do país, mais respeitada pela representatividade individual da liderança que comandava a APAE, do que a importância de atuação da própria instituição. Quanto a essas instituições, Mazzotta (1999, p.62), assim se refere:

[...] o seu papel não pode ser diminuído ou ignorado. Fossem outros os agentes individuais, muito provavelmente outra teria sido a trajetória da educação especial. E não se pode esquecer que suas propostas bem como suas ações políticas decorrem de condições sociais econômicas e políticas historicamente determinadas.

Mazzotta (1999), lembra Fábio Camparato em sua obra Educação Estado e Poder (1987) referindo-se as iniciativas governamentais na educação especial, no período de 1955 a 1964.

Os chefes populistas têm como idéia fundamental, como diretriz básica, nunca afrontar os movimentos populares. Eles vão se aproveitando das idéias que medram no povo, vão se utilizando dos movimentos populares para benefício pessoal, mas nunca se manifestam claramente contra.

Da mesma forma, nos governos de exceção, as instituições civis se aliam ao poder, para, ampliar e fortalecer suas instituições e, provavelmente, foi o que aconteceu com o Movimento Apaeano, ao se considerar que o Presidente da Federação Nacional das APAEs, permaneceu no cargo de 1967 a 1977.

5 CONCEPÇÃO FILOSÓFICA DO MOVIMENTO APAEANO

Os fatos e fenômenos sociais são acompanhados pelo tempo, que se torna um indicador para testemunhar os movimentos e as mudanças transcorridas no interior da sociedade. O Movimento Apaeano, como parte deste contexto, absorve as transformações ocorridas com o passar do tempo e busca acompanhar o processo de mudança. Foi o que aconteceu na década de 90. Preocupados com a ampliação do movimento e com o intuito de buscar a unidade de trabalho entre todas APAEs filiadas, através de propostas que retratassem o trabalho da entidade em cada cidade onde existisse uma APAE, foi que no período de 1993 e 1995, a Diretoria da FENAPAE, elaborou um Estatuto – Padrão. O estatuto teve a colaboração de todas as APAEs e reorganizou as Federações de cada Estado.

Dessa reorganização estatutária, resultaram modificações como a formação do conselho de administração, composto por todos os presidentes das Federações Estaduais, de todas as unidades federadas do Brasil, com o objetivo de manter uma maior unidade do movimento. Assim, buscava-se congregar as diferenças estaduais e também democratizar as decisões, levando em consideração as diferentes realidades vivenciadas pelas APAEs em cada município brasileiro.

No XVII Congresso Nacional, realizado em Salvador/ Bahia, (1995), muitos conteúdos das conferências e cursos discutiam que 'norte o Movimento Apaeano' iria tomar frente às mudanças internacionais e nacionais que vinham ocorrendo. Perguntando-se quais seriam as perspectivas do movimento para o século XXI.

Nesse contexto, havia urgência em avaliar os serviços oferecidos por mais de 1500 (mil e quinhentas) APAEs, na época, criadas no Brasil para, assim, se obter um diagnóstico da entidade, nacionalmente. Diante disso, o presidente eleito, Eduardo Barbosa (1995, p.23,24) se pronuncia da seguinte forma, em relação aos rumos do Movimento Apaeano.

Precisamos romper essa cultura arcaica até aqui predominante, com um processo que se inicia dentro de nossas entidades, a partir dos pais das crianças e adolescentes que atendemos, seguindo pela instrumentalização das próprias instituições, para desenvolver potencialidades e desaguar no crescimento intelectual e ainda, [...] nesta caminhada temos de redemocratizar os espaços de nossas instituições, trazendo para mais perto os pais, discutindo abertamente os problemas, buscando consensos e ajustes, nos programas educacionais.

Com essas palavras se observa o compromisso da entidade APAE, instituição de natureza jurídica privada, mas criada, dirigida e mantida pela comunidade e com serviços para

a comunidade, em realizar, neste congresso, propostas de mudanças, reveladas no tom dos discursos e de palestras. Mudança, não porque estava no fim do século, mas pelos estudos e movimentos internacionais que vinham ocorrendo com intensidade e rapidez. A própria participação de dirigentes em eventos internacionais, comprometendo-se nas discussões em relação ao novo paradigma da inclusão, também estava muito adiantada e exigia a tomada de decisões.

Merece destaque, também, neste congresso, a 'Carta Compromisso de Salvador' aprovada pelos representantes do Chile, Uruguai, Argentina e do Brasil. Considerando a vizinhança territorial e perspectivas de unificação da economia no Conesul, resolvem propor aos seus governos que as políticas em relação às Pessoas com Deficiência, sejam incluídas na agenda do MERCOSUL, nas áreas de saúde, educação, trabalho, justiça e assistência social.

O Conferencista Stanislau Krinski, médico, um dos fundadores da Federação das APAEs (1962), preocupado com o século XXI, devido às rápidas transformações e entusiasmado pelo Projeto Genoma, pergunta: “Qual o papel das APAEs no contexto Social? Como devem ser oferecidos os serviços executados nas APAEs? Até onde vão as responsabilidades das instituições? Solicitava que as pessoas que atuassem em alguma APAE e que estavam presente naquele Congresso, pensassem no seu dia-a-dia, procurando suas respostas, pois nesse momento a entidade precisava deixar claro seu papel político e sua posição como instrumento de transformação social em sua área de atuação.

Contagiado pela ebulição de idéias ocorridas no XVII Congresso Nacional, o novo Presidente da Federação Nacional, Eduardo Barbosa, juntamente com sua diretoria, põe-se a trabalhar na perspectiva de dar respostas a questões formuladas no evento nacional. Para isso, contrata uma empresa de consultoria, com o objetivo de realizar um diagnóstico das diferentes unidades apaeanas em diferentes regiões, independente de seu porte, de forma que pudesse conhecer o funcionamento de todas as APAEs do Brasil. A partir dessa pesquisa, se constata a realidade de cada APAE. Verificam-se como as filiadas se posicionam em relação à Pessoa com Deficiência e como os serviços são oferecidos, considerando as várias áreas de políticas que envolvem o trabalho da unidade.

Desse trabalho resultou um documento chamado de 'Eixo Referencial de Atuação/FENAPAE (1997), cuja proposta era dar início à capacitação a todos os dirigentes apaeanos. A equipe, composta de psicólogos e consultores institucionais, juntamente com o conselho de administração e diretoria da FENAPAE, estabelece linhas de ações para que cada APAE, nas diferentes localidades onde prestam serviço, possam, juntamente com toda a comunidade organizacional (dirigentes, pais, alunos, quadros técnicos, professores, cargos

administrativos), discutir o conteúdo do documento e partir dessa demonstração democrática possam realmente participar do processo que ora se iniciava.

No interior do documento, a FENAPAE apresenta as análises das variáveis técnico-conceituais, concepções filosóficas, abordagem psicopedagógica, variáveis de natureza administrativo-funcional e sugestão de roteiro de discussão, para que cada unidade, baseada na missão da Federação Nacional das APAEs, possa elaborar o planejamento da unidade, respeitando as especificidades sócio-culturais da entidade local. Do encaminhamento deste documento às unidades apaeanas e dos estudos feitos internamente na Federação Nacional, se estabeleceram caminhos para materializar a Missão do Movimento Apaeano, que deu origem ao Plano Diretor 97/99 e ao Plano Estratégico 1998/2003. Foram definidas a identidade do Movimento e a trajetória a percorrer, de forma uníssona e planejada, por todas suas unidades, a partir daquele momento.

Para que realmente as unidades apaeanas se apropriassem do documento 'Eixo Referencial de Atuação', do 'Plano Diretor e do Plano Estratégico', outros documentos foram enviados para cada APAE. Esses documentos, criados com a denominação de 'Projeto Águia' marcou de forma concreta, certa instabilidade interna nas APAEs. Isto porque eram propostas que mexiam com o instituído e requeriam muito estudo e capacitação interna por parte dos gestores, técnicos e professores. No entanto, como o objetivo era o de subsidiar as APAEs em sua reestruturação organizacional nos níveis técnicos, gerenciais e financeiros a fim de qualificar a prestação de serviços, as APAEs, cujos dirigentes acompanhavam o Movimento Apaeano, imediatamente iniciaram o processo de mudança. A coletânea, além do Manual do Eixo Referencial de Atuação, consta dos seguintes instrumentos: Manual de Atribuições e Funcionamento, Manual de Recursos Humanos, Manual de Gestão Financeira, Manual de Gestão de Materiais.

O Eixo Referencial de Atuação torna-se importante nesse processo de mudança interna do Movimento Apaeano, porque oportuniza a cada unidade APAE problematizar as questões que envolvem as Pessoas com Deficiência. Exige sua responsabilidade na prestação de serviços, como uma instituição que deve se comprometer com as transformações sociais de forma ampla, possibilitando a cada aluno receber serviços de qualidade para sua inclusão na comunidade.

Nestas circunstâncias, a organização concebe um Planejamento Estratégico de forma que suas ações metas e estratégias atinjam o beneficiário, promovendo determinadas práticas e decisões que se apropriem de certos significados. Significados que, às vezes, não estão claros no dia-a-dia do trabalho e nem experimentados conscientemente, mas que determinam

e condicionam o funcionamento de uma entidade, como por exemplo, o atendimento da Pessoa Deficiente Mental. A gama de significados, conscientes e inconscientes, está expressa na Concepção Filosófica que os agentes administrativos, técnicos e familiares executam na prestação dos serviços de educação, saúde, assistência social e na relação com a Pessoa com Deficiência Mental em cada unidade da APAE.

[...] tais concepções têm importantes conseqüências sobre a identidade da APAE. Pode-se afirmar que as mesmas produzem impacto significativo sobre quatro grandes sistemas de pensamento: a) interferem na Concepção do Papel da APAE; b) produzem impacto sobre o estilo e diretrizes gerenciais; c) interferem na metodologia e na configuração do esforço educativo; d) imprimem determinadas características ao relacionamento da APAE com a sociedade e com o poder público. (FENAPAE, MANUAL DE CONCEITOS, 1998)

Estas concepções filosóficas retratam o trabalho de cada APAE, compondo um painel muito diversificado da concepção filosófica quando olhado o universo nacional. Vê-se, em algumas APAEs muita clareza em seu papel e sua concepção em relação às Pessoas com Deficiência, pela forma que operam seu trabalho na unidade. Da mesma forma notam-se muitas visões convivendo simultaneamente em relação à prestação de serviços e que abrangem várias concepções. Vista esta realidade do Movimento Apaeano, a Diretoria (95/97) consciente da incipiência de muitas APAEs, descreve as três Concepções Filosóficas em relação à Pessoa com Deficiência, encontradas nas APAEs do Brasil. Além da descrição da concepção filosófica, descrevem as conseqüências sobre o funcionamento das APAES, de acordo com cada concepção filosófica.

As Concepções Filosóficas, 'Segregacionista-Assistencialista; Integrativa/Integradora; Inclusiva/Transformadora', desenvolvidas no interior do Movimento Apaeano, assemelham-se ao processo histórico sócio cultural, vivenciado pela sociedade em relação à Pessoa com Deficiente Mental. De acordo com a Concepção filosófica aplicada de forma consciente ou inconsciente, determina-se o papel da APAE, o sistema gerencial, a configuração do processo educativo e o relacionamento da APAE com a sociedade e o poder público.

5.1 CONCEPÇÃO SEGREGACIONISTA/ASSISTENCIALISTA

Faz-se necessário, para fim de estudo, o uso de algumas classificações face às particularidades que se apresentam nos fenômenos sociais. Muitos pesquisadores

denominaram de fase assistencialista, muito duradoura, cujo olhar sobre a Pessoa com Deficiência Mental ainda perpassa ainda pela nossa sociedade do século XXI. Do extermínio nos primórdios da civilização, até a promoção de ser humano que merece caridade, numa visão religiosa, foram avanços naturais que aconteceram e acontecem na sociedade em relação às Pessoas com Deficiência, quando ainda não se pensava no conceito de Cidadania e de Direito.

Mesmo que, a Declaração dos Direitos Humanos tenha ocorrido em 1948, e a primeira APAE, ter surgido em 1954, os construtos sociais são lentos para operar mudanças e obter resultados. Neste contexto brasileiro, em que as oportunidades legais de direitos eram quase inexistentes, em relação às Pessoas com Deficiência Mental, os movimentos organizados da sociedade civil se apropriam do papel do Estado e executam o seu serviço. Assim, no interior do Movimento Apaeano, ainda hoje se carrega este estigma de caráter assistencialista e protecionista da Pessoa com Deficiência Mental, o qual foi construído na instituição, no início de sua formação, pelo caráter de exclusão a que eram submetidas as Pessoas com Deficiência Mental na sociedade. Para a sociedade perceber a existência da Pessoa Deficiente Mental, na maioria das vezes, as campanhas de reconhecimento eram de cunho religioso, para que fossem cuidadas e reconhecidas socialmente. Este cuidar era entendido como protegê-las do mundo, isolando-as do convívio social, mas freqüentando uma entidade que pudesse lhe oferecer o apoio e condições de viver.

Muitos pesquisadores escreveram mostrando a exclusão dos loucos e dos deficientes da sociedade, através de internações em asilos de onde dificilmente voltariam a sair. Este isolamento atendia a uma organização social baseada na homogeneização fundamentada em princípios religiosos, uma concepção de caridade, de 'pena'.

O funcionamento das unidades da APAE que se agrega a essa concepção, segundo o documento da Federação Nacional, considera a Pessoa com Deficiência uma pessoa comprometida nos diferentes núcleos de sua individualidade, não tendo domínio sobre suas ações, sendo os familiares e a APAE, responsáveis em protegê-los, preservando-os em espaço físico e ambiental adequado, com tratamento médico agregado à psicologia, tendo um caráter mais educacional não como algo religioso, pelo qual as famílias são responsáveis pelo 'ônus' de ter um filho Deficiente.

Nesta perspectiva, o papel da APAE, como entidade protetora e dedicada à Pessoa com Deficiência, é de prestar o atendimento, de forma que a família deva ser poupada do que acontece com seu filho em relação as suas manifestações instintivas como desejo e vontades. A APAE como prestadora de serviços, deve estar a serviço da família, respeitando seus

interesses em relação às Pessoas com Deficiência Mental. Da mesma forma, a sociedade não assume nenhuma responsabilidade, a não ser ajudar nas campanhas para manutenção da entidade. Nesta Concepção, dá-se ênfase ao tratamento médico, com credibilidade na medicação, como sendo a forma de controle de atitudes sociais. Há pouca clareza na gestão da instituição, as questões são levadas para a resolução da direção, cada profissional exerce sua função de forma individual. Os recursos humanos que atendem os alunos têm pouco conhecimento técnico na área de atuação. A escolha para trabalhar em uma APAE era concebida pelo perfil de bom cuidador e 'jeito' amoroso e paciente para tratar da Pessoa com Deficiência Mental.

Quanto ao processo educativo, se a família quisesse a pessoa deveria freqüentar a APAE, sendo cada profissional responsável pelas atividades realizadas com o aluno, não sendo necessário um suporte teórico conceitual na execução de seu trabalho. A rede de ensino público e ou particular, de forma alguma aceitaria um aluno deficiente mental pela condição de anormalidade e do baixo índice intelectual de aprendizagem, não sendo, portanto, adequado para a Pessoa com Deficiência Mental freqüentar a mesma escola que os alunos ditos normais, porque poderia atrapalhá-los. O direito da Pessoa com Deficiência é competência do Judiciário e a APAE deve cuidar do tratamento e do atendimento.

A inserção na sociedade se faz de forma voluntária pela família, não cabendo à instituição realizar um esforço maior para esse objetivo. A manutenção da instituição se realizava através de chás, quermesses e boa vontade do poder público. Quanto à capacidade intelectual e de trabalho da Pessoa com Deficiência, não passava de discurso, para justificar a atividade ocupacional realizada em algumas APAEs.

5.2 CONCEPÇÃO INTEGRATIVA/ADAPTADORA.

O intenso movimento mundial de defesa dos direitos das minorias, que caracterizou a década de 60, associado às críticas contundentes ao Paradigma da Institucionalização para residência de pessoas com doença mental e de pessoas com deficiência, (que não aconteceu nas APAEs), determinou novos rumos às relações das sociedades com esses segmentos populacionais.

Nos anos 70, grande parte dos países, tendo como horizonte a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passou a buscar um novo modelo, no trato da Pessoa com Deficiência. Começaram a ser implantados os serviços de Reabilitação Profissional, especialmente voltados para Pessoas com Deficiência, visando prepará-las para a integração, na vida em comunidade. Este modelo caracterizou-se, gradativamente, pela desinstitucionalização (no caso de hospitais psiquiátricos) dessas pessoas, e pela oferta de serviços de avaliação e de reabilitação holístico, em instituições não residenciais. Passou-se a buscar a integração das pessoas com deficiência, depois de capacitadas, habilitadas ou reabilitadas.

A proposta do princípio da habilitação e reabilitação contribuiu com a idéia de que as pessoas diferentes podiam ser normalizadas, ou seja, capacitadas para a vida no espaço comum da sociedade. E, para que isso acontecesse, deveria haver uma prestação de serviços na comunidade que atingisse a todas as Pessoas com Deficiências. Baseado nisso, a LBA (Legião Brasileira de Assistência), ligada às políticas públicas de Assistência Social, elaborou uma proposição para habilitação e reabilitação da Pessoa com Deficiência, com um modelo de serviços. Como esse serviço deveria ser prestado na comunidade, muitas entidades vinculadas ao atendimento da Pessoa com Deficiência e clínicas particulares, se cadastraram para efetivar o serviço, recebendo pelo cumprimento das 'Metas' (correspondente a cada pessoa atendida). Os princípios desta proposta se baseavam nos seguintes procedimentos:

- a) a primeira, de avaliação, em que uma equipe de profissionais identificaria tudo o que, em sua opinião, necessitava ser modificado no sujeito e em sua vida, de forma a torná-lo o mais normal possível;
- b) a segunda, de intervenção, na qual a equipe passaria a oferecer (o que ocorreu com diferentes níveis de compromisso e qualidade, em diferentes locais e entidades), à pessoa com deficiência, atendimento formal e sistematizado, norteado pelos resultados obtidos na fase anterior;
- c) a terceira, de encaminhamento (ou reencaminhamento) da pessoa com deficiência, para a vida na comunidade. A manifestação educacional desse paradigma, efetivou-se, desde o início, nas escolas especiais, nas entidades assistenciais e nos centros de reabilitação.

No Movimento Apaeano aparece esta concepção aparece, a partir da década de 80, quando os líderes do Movimento Apaeano começaram a exigir do Governo Federal a criação de um órgão integrador das políticas de integração motivados pelos movimentos internacionais, pela normalização da Pessoa com Deficiência Mental.

Na prática, a concepção integrativa/adaptadora apresentava as características um pouco mais avançadas em relação à concepção assistencialista. Nesta nova fase, a Pessoa com Deficiência Mental tinha características diferentes uma da outra. Dessa forma, mereceria um tratamento individual e especializado, visto não terem consciência sobre seus atos, desejos, limites. A pessoa era tutelada pelo tratamento e por alguém responsável por seus atos, sendo que sua presença na família são circunstâncias da vida e, assim, a sociedade deveria aceitá-la com um ato humanitário de solidariedade.

A APAE, já como uma entidade mais especializada, se aparelha com profissionais não só da medicina, mas da psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, educação física, considerados 'técnicos especialistas', por excelência, aqueles que sabem tudo sobre a Pessoa com Deficiência Mental, sendo responsáveis pela avaliação, indicação de intervenções e encaminhamentos. Os professores atuavam de forma coadjuvante, com iniciativas dependentes dos técnicos propondo atividades de socialização e instrumentalizando o aluno para as situações de vida diária. Toda a educação deveria ser de responsabilidade da instituição, pois para a família, geralmente desprovida de recursos sociais e econômicos, seria demais lhe imputar mais essa obrigação. Seria ignorar a fragilidade da condição de ser pai, mãe de uma Pessoa Deficiente Mental.

A gestão continua de forma centralizada na direção. O clima de trabalho se operacionaliza mais de forma profissional, dando ênfase à área especializada no atendimento do aluno. Quanto ao referencial teórico, aplicado nas intervenções junto ao aluno, se dá embasado na teoria do movimento do corpo para atingir ao máximo a neuroplastia cerebral. Quanto mais estímulo de movimento do corpo, e suas partes, mais probabilidade de restauração cerebral se alcançaria, havendo, assim, possibilidades de se chegar à normalização.

O processo educativo em relação à preparação para o trabalho da Pessoa com Deficiência Mental, realizado no interior da Instituição, é de caráter manual, com treinamento específico para a execução de determinada atividade. Busca-se a integração da Pessoa com Deficiência Mental no mercado de trabalho e na escola comum, sensibilizando-os e realizando um trabalho de convencimento, para que esses possam permitir o acesso tanto na escola como na empresa, compreendendo a lógica da escola comum (normalidade) e da empresa (mercado de trabalho) na aceitação da Pessoa Deficiente Mental.

Ainda, nessa concepção integrativa/adaptadora à Pessoa com Deficiência Mental, é assegurado o direito quanto à educação, saúde, trabalho e assistência social, mas entende a realidade da sociedade e as dificuldades que esta tem para cumpri-las, portanto a situação real

da sociedade se sobrepõe. Dessa forma, é necessário envolver o poder público no sentido de ajudar a APAE na efetivação da prestação de serviços.

Esta concepção integradora da Pessoa com Deficiência, nos espaços comuns de educação e do mercado do trabalho, não toma a forma esperada por seus idealizadores, acontecendo de forma pontual em algumas localidades e também recebendo algumas críticas de estudiosos da educação especial, pelo fato da Pessoa com Deficiência ter que se adaptar ao processo educacional e de trabalho, recaindo sobre si toda a responsabilidade do sucesso ou do fracasso desta integração.

5.3 CONCEPÇÃO INCLUSIVA/TRANSFORMADORA

A partir de 1988, a Constituição Federal Brasileira garante a educação como direito de todos. No Inciso III(3), do Art. 208, do Capítulo III institui-se que o 'atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino'. Outras declarações no mundo trataram sobre o assunto e reafirmam posições que merecem reflexão, como: Conferência da Declaração Mundial de Educação para Todos, 1990, Jomtien, Tailândia; Declaração de Cartagena de Índias sobre Políticas Integradas para Pessoas com Deficiências na Região Ibero-Americana, 1992, Colômbia; Conferência Hemisférica de Pessoas com Deficiências – Agenda para o futuro Washington, 1993, EUA; Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca, Espanha; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9394/96.

Fatos históricos como a Promulgação da Constituição, eventos internacionais e a LDB, acima citados, são marcos que resultam dos movimentos sociais que vêm acontecendo na sociedade. O avanço na Medicina, o desenvolvimento de novos conhecimentos na área da Educação e, principalmente, a criação da via eletrônica como meio de comunicação em tempo real, em qualquer parte do mundo, vieram determinar novas transformações sociais e discussões pela sociedade, intelectuais e pesquisadores. Segundo Rosita Carvalho (2002, p.27):

[...] em decorrência da globalização, quanto mais as culturas nacionais sofrem a compressão espaço-tempo, porque se tornam muito expostas às influências externas desalojando suas tradições específicas, mais necessárias se torna a tradução. Ocorre então, na relação sujeito cultura, todo um complexo mecanismo de desconstrução e reconstrução de estilos, imagens e valores, que precisam ser traduzidos ou como

costumamos dizer recentemente, precisam ser ressignificados.

Movidos por esse processo real de mudanças, o próprio documento do Eixo Referencial de Atuação (FENAPAE, 1997), sugere que o Movimento Apaeano deve adotar com relação à Concepção Inclusiva/Transformadora:

É preciso, no entanto, considerar que as referidas visões são passos necessários no caminho evolutivo do Movimento Apaeano e que seu amadurecimento - que não se confunde com a simples passagem do tempo - pode levar a concepções integradoras, especialmente se as unidades de vanguarda, se dispuserem a ter um efeito multiplicador e irradiador.

É importante destacar que o documento da FENAPAE (1997), faz uma análise sobre as diferentes abordagens teórico-conceitual que ocorrem no trabalho das unidades da APAE. Pelo levantamento realizado no diagnóstico nacional, se observam quatro níveis de abordagem. Isso ocorre devido à diversidade das culturas das regiões, seus valores, crenças e hábitos que, de alguma maneira, vão determinar posições frente aos conceitos existentes no movimento, como: assistência, filantropia, caridade, responsabilidade, integração, inclusão. Assim, foi constatado o seguinte:

- a) um marco consistente e internalizado em toda a unidade, desde a diretoria até o corpo técnico, professores, pessoal de apoio administrativo e operacional, todos considerados responsáveis e integrantes do processo educativo que ocorre na instituição;
- b) um marco conceitual, concentrado na equipe especializada, responsável em orientar a atuação dos profissionais, sem que os mesmos tenham maiores implicações e compreendam o referencial conceitual adotado pela escola no processo educativo.;
- c) um marco referencial adotado em cada área de atuação, como saúde, educação, trabalho, assistência social e inserção na comunidade de forma isolada entre eles na mesma unidade;
- d) inexistência de um marco conceitual, ficando o trabalho a critério de cada profissional, propondo ações de acordo com a sua formação pessoal e interesse.

Nesta realidade institucional, a Federação Nacional das APAEs, consciente e sentindo os fenômenos sociais da sociedade atual, propôs uma concepção própria, buscando qualificar a prestação de serviços de cada APAE, mesmo reconhecendo que existiam concepções integradoras e assistencialistas. Veja a seguir a transcrição do documento

Concepção Filosófica	Papel da APAE	Sistema gerencial	Processo Educativo	Relacionamento Poder Público e Sociedade
<p>1 A Pessoa com Deficiência é um ser humano dotado de sentimentos, emoções elaborações mentais. Sua deficiência deve ser encarada como uma de suas múltiplas características não como a única configuração possível de sua individualidade;</p> <p>2 As Pessoas com Deficiência são também dotadas de desejos e suas manifestações devem ser naturalmente recebidas por todos;</p> <p>3 Há graus diferentes de possibilidades em cada Pessoa com Deficiência. É preciso reconhecê-las e dar a cada uma delas o tratamento necessário;</p> <p>4 A sociedade tem responsabilidade de implicar-se na problemática da Pessoa com Deficiência. Não pode atribuir apenas aos pais e órgãos públicos filantrópicos a responsabilidade sobre a administração da questão.</p> <p>5 A P.C.D, tem direitos assegurados</p>	<p>1 Possibilitar o desenvolvimento do potencial do P.D.melhorando sua qualidade de vida;</p> <p>2 Propiciar condições para que sua individualidade se manifeste e possa ser adequadamente administrada;</p> <p>3 Oferecer diferentes possibilidades técnicas e instrumentais, para melhor preparar o portador de deficiência para a vida em sociedade;</p> <p>4 Sensibilizar a sociedade para a causa do portador de deficiência, reduzindo os seus preconceitos, ampliando suas consciências quanto ao seu papel e posicionando frente à APAE e a PCD.;</p> <p>5 Assegurar a observação e divulgação dos direitos do portador de deficiência.</p>	<p>1 Participação dos pais;</p> <p>2 Decisões colegiadas;</p> <p>3 Mecanismos institucionais de integração formais e informais;</p> <p>4 Pessoal cuidadosamente selecionado, e adequadamente remunerado;</p> <p>5 Investimentos na formação de um ideário comum;</p> <p>6 Ênfase em equipamentos sociais e técnicos;</p> <p>7 Autonomia técnica, observados os princípios técnicos;</p> <p>8 Clima de trabalho favorável ao aparecimento de idéias e iniciativas de inovação.</p>	<p>1 O funcionamento da unidade deve refletir seus princípios filosóficos;</p> <p>2 Todos os funcionários são considerados agentes de educação em todas as situações de aprendizagem;</p> <p>3 A base conceitual é disseminada, em graus diferentes, por toda a unidade. Não é privilégio de especialistas;</p> <p>4 A unidade deve investir na aquisição de habilidades que permitam a sobrevivência dos portadores de deficiência leve;</p> <p>5 A família deve ser envolvida no esforço educativo. Razões de comodidade familiar não pode ser aceita como motivação para matrícula do aluno com Deficiência. É papel da família contribuir para sua aceitação</p>	<p>1 A sociedade tem o dever de se implicar com a causa. A APAE não deve poupá-la de defrontar-se com a problemática do portador de deficiência;</p> <p>2 É dever do poder público possibilitar repasse de verbas e convênios, como decorrência do seu papel e não como deliberação pessoal de seus administradores;</p> <p>3 A rede regular de ensino é, por função básica, responsável pela inserção do portador de deficiência a nível de ensino e socialização. Ela não deve ser isentada desse papel e deve equipar-se para garantir acesso do portador de deficiência;</p> <p>4 Os empresários devem abrir possibilidade de vagas em suas empresas. As vias públicas, prédios públicos e meios de transportes devem incluir sistemas de facilitação de trânsito de Pessoa com Deficiência</p>

Quadro 01 – Quadro explicativo sobre concepção Inclusiva/Transformado (Fonte: FENAPAE 1997, p16).

Para que as unidades apaeanas se apropriassem dos conceitos vivenciados na maioria das APAEs, e que no ato da fundação, organização, reorganização e funcionamento atuassem de forma sintonizada com os princípios e diretrizes do Movimento Apaeano, foi elaborado, pela FENAPAE (1998) o Manual de Conceitos. O documento afirma que, em relação às concepções desenvolvidas no Movimento Apaeano, de forma resumida, apresentam-se:

Numa primeira concepção filosófica, prevalece a visão denominada segregacionista – assistencialista, a partir da qual a APAE e a família da pessoa portadora de deficiência, principalmente mental, devem primordialmente protegê-la.

Uma segunda concepção filosófica, denominada integrativa/adaptadora, amplia um pouco a participação da sociedade no apoio a pessoa portadora de deficiência, mas ainda como ato de solidariedade. Também nessa percepção, cabe à família e à APAE uma função de tutela, regulando as manifestações da pessoa portadora de deficiência.

A concepção mais atual, denominada inclusiva/transformadora, amplia a percepção anterior, enfatizando as potencialidade da pessoa portadora de deficiência e sua condição de cidadã, dotada, portanto, de direitos, na qual a família, o Estado e a Sociedade têm responsabilidades em relação a Pessoa com Deficiência. (FENAPAE, 1998)

Dessa forma o Movimento Apaeano se renovou para acompanhar as transformações da Educação Especial.

6 PROPOSTAS PEDAGÓGICAS OCORRIDAS NAS ESCOLAS ESPECIAIS DO MOVIMENTO APAEANO

As Escolas Especiais mantidas pelas APAEs, diferenciadas em suas realidades encontram-se envolvidas e fundamentadas por concepções filosóficas identificadas com o processo histórico que passou o movimento apaeano e a educação especial. Estas concepções foram assim categorizadas pelo movimento Apaeano:

- a) visão segregacionista-assistencialista – postura assistencialista da APAE e famílias;
- b) visão Integrativa/adaptadora – embora ampliada à participação da sociedade, a família mantém controladora e limitadora, inclusive dos desejos e vontades;
- c) visão inclusiva/transformadora – que configura um novo olhar à pessoa com deficiência, como cidadã de direitos/deveres, com prioridades às situações de aprendizagem e respeitando seus direitos.

As escolas da APAE, no decorrer dos 53 anos de atividades, sempre ofereceram serviços educacionais às Pessoas com Deficiência Mental, aliado ao respaldo técnico de outras especialidades. Este comprometimento demonstrou, no decorrer da história, que muito foi construído em relação à Educação Especial, porém apontou, também, algumas fragilidades no tocante à educação voltada ao desenvolvimento do cidadão para uma inserção na comunidade. Notamos esta dificuldade todos os dias, ao verificar a pouca compreensão da sociedade em relação à Pessoa com Deficiência Mental.

Entretanto, percebe-se que tanto o movimento Apaeano, quanto a sociedade civil estão empenhados na mobilização para garantir a educação fundamental de boa qualidade e que resulte no desenvolvimento de todas as pessoas. É importante, no entanto, fazer uma leitura da construção histórica ocorrida no interior do movimento, para programar e implementar a nova proposta política pedagógica.

6.1 CENTRADA NO MODELO MÉDICO: Visão Segregacionista - Assistencialista

Conforme Dybwad (apud Fabiana Oliveira, 2004, p. 30), as modificações efetivas à escolarização das Pessoas com Deficiência Mental, culminaram na década de 60, do século

XX, quando do I Seminário da Liga Internacional de Sociedades em Prol dos Deficientes Mentais, na Bélgica. O objetivo exclusivo do seminário era tratar da 'escolarização dos excepcionais moderados e dos severamente prejudicados'.

Ao mesmo tempo, no Brasil foi implantada a lei 4024/61, que previa parceria com instituições especializadas, desde que os serviços fossem reconhecidos pelos referidos Conselhos de Educação. Até então, as APAEs existentes no Brasil ofereciam serviços assistenciais de cunho terapêutico e ocupacional, numa concepção chamada de modelo médico. O modelo enfatiza as bases orgânicas da deficiência mental e, a busca de fatores etiológicos para definir a deficiência, constitui-se no cerne do processo diagnóstico. Conseqüentemente, todas as ações do tratamento terapêutico se dão pelo lado orgânico, tendo como referência a 'deficiência', e não a pessoa.

Neste processo, o médico detém o poder quase exclusivo, atribuindo-se aos demais profissionais a função de confirmar as conclusões por ele realizadas. Da mesma forma, estas concepções da deficiência comprometem-se com determinadas idéias de desenvolvimento humano e de processos de ensino e aprendizagem, os quais vão subsidiar ações educativas distintas. Dentre os modelos psicopedagógicos subjacentes às atuais propostas de educação do deficiente mental está a psicomotricidade.

As escolas das APAEs, nesta visão, buscaram produzir material que desse um embasamento teórico para o seu fazer pedagógico, pois de acordo com a Lei 4.024 de 1961, no seu artigo 88 e 89 diz:

A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade e toda a iniciativa privada, considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação e relativa a educação dos excepcionais, receberá dos poderes públicos, tratamento especial como bolsa de estudo, empréstimos e subvenções.

Nos artigos acima citados, as duas idéias básicas que sustentam o dispositivo legal são a educação de 'excepcionais', com um tratamento especial no contexto da educação geral, e a conjugação de esforços do Poder Público e iniciativa privada na execução desse atendimento. A lei existe tanto no plano federal como estadual, sendo que esta última tem a responsabilidade de organizar as condições para a efetivação do ensino ao 'excepcional'.

6.2 MODELO PSICOPEDAGÓGICO: Visão Integradora - Adaptadora

Diante das diferentes orientações oferecidas pelo sistema de ensino, o Movimento Apaeano elabora em 1975 e publica em 1979, os 'Guias curriculares para Deficientes Mentais Educáveis, Treináveis e Semi-dependentes'. Este programa é composto de duas fases distintas: na primeira, ocorre o treino rítmico do traçado de linhas retas e curvas, envolvendo os canais sensoriais, visual, auditivo e tátil. Na segunda fase, o treinamento de leitura e escrita é implementado. Na perspectiva de futuro para a Pessoa com Deficiência Mental, o pensamento embasava-se na perpetuação do aluno na escola especial e considerava a pessoa com deficiência mental, como uma eterna criança.

Na década de 70, em cumprimento ao artigo 9º da Lei 5692/71, o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul emitiu a Resolução 130. Esta resolução expressa a mesma finalidade da lei 4.024/61, estabelecendo para o 'ensino do 1º e 2º graus, a utilização de recursos, currículos e métodos adequados às diversas categorias e graus de excepcionalidade', com assistência psicopedagógica e, quando necessária, terapêutica social, numa perspectiva futura de integrar o excepcional ao ensino comum.

Neste contexto, na década de 80, se instala o modelo psicopedagógico. A avaliação inicial, em busca de um diagnóstico, é sustentada nos testes psicométricos, priorizando o quociente intelectual, nível de maturidade psicomotora, estágio do desenvolvimento cognitivo e o nível do pensamento conceitual. As ações pedagógicas devem descrever e analisar o comportamento observável do sujeito, como inteligência, memória, atenção, discriminação auditiva. A mesma tendência observada na Educação Comum emergiu na Educação Especial. Os educadores vanguardistas do movimento apaeano realizam estudos e aplicam a teoria genético-evolutiva de Jean Piaget, ainda de forma preliminar, principalmente nas crianças e pré-adolescentes.

A base fundamental deste modelo, chamado de construtivismo, é a de que tanto as estruturas mentais, como os conceitos, são construídos gradativamente na e pela interação contínua do indivíduo com seu ambiente físico e social, em um extenso processo de adaptação e progressiva conquista do ambiente. Em outras palavras, à medida que o sujeito elabora seu mundo, ele próprio constrói suas funções mentais.

As contribuições da teoria piagetiana para a educação da pessoa deficiente mental, apontadas por sua colaboradora Inhelder podem ser sumarizadas. Primeiro, o método clínico utilizado por Piaget, para estudar o desenvolvimento da inteligência, demonstrou ser uma

abordagem mais adequada na prática do diagnóstico individual ao invés dos tradicionais testes de inteligência. Essa concepção compreende a educação das Pessoas com Deficiência Mental, com objetividade metodológica, buscando atingir um resultado no processo educativo. No modelo, o psicológico, o fonoaudiológico, o psicopedagógico assumem papel central no processo educacional e ocorre um investimento muito importante no atendimento da Pessoa com Deficiência Mental, desde o nascimento, como forma de prevenir dificuldades futuras.

No final da década de 80, o Movimento Apaeano, motivado pela efervescência política e democrática, tendo como referência a nova Constituição de 1988, que defendeu em seu texto a oferta de educação à Pessoa com Deficiência no âmbito da Escola Comum, lança a publicação denominada 'Coleção de Educação Especial', trabalhada em 1993 no movimento Apaeano. Este documento é o resultado do estudo de publicações e de várias pesquisas e artigos, que estavam sendo trabalhados no meio educacional, sobre a Pessoa com Deficiência Mental.

A coleção aborda o enfoque da integração da pessoa com deficiência. Esta idéia, no movimento Apaeano, caracterizou o esforço educativo na equipe técnica, proporcionando habilidades de socialização e instrumentalizando o aluno para as atividades da vida diária. Cabia à APAE, estimular a rede comum de ensino a aceitar o aluno com deficiência, pois esta compreendia que a escola comum tinha como prioridade a maioria da população, que não poderia ser prejudicada em nome de um pequeno grupo. É importante ressaltar que, mesmo sendo um documento publicado pela entidade e reconhecendo a dificuldade de comunicação da FENAPAE com suas confederadas, a efetivação da integração da Pessoa com Deficiência Mental na escola comum aconteceu de forma muito pontual nas escolas da APAE.

As propostas de oferta da educação à Pessoa com Deficiência na escola comum tiveram sua vigência nas leis 4024/61 e 5692/71. Neste contexto, presume-se que o Movimento Apaeano buscou aliar-se às normas vigentes legais para desenvolver seu trabalho, numa construção muitas vezes solitária em relação ao poder público, criando na própria entidade, mecanismos de organização para a efetivação da educação das Pessoas Deficientes Mentais. O movimento de integração na educação, de modo geral, não teve os resultados esperados, por apresentar uma concepção em relação às pessoas com deficiência de 'normalização', o que impedia o sucesso das pessoas com Deficiência Mental na Escola Comum.

6.3 MODELO SÓCIO CULTURAL: Visão Inclusiva - Transformadora

A partir de 1996, com a promulgação da LDB 9394/96, o Movimento Apaeano, tendo como referencial de sua atuação os serviços educacionais, procurou analisar suas ações inter e extra-institucionais. Culminou em 1997 com a publicação do documento 'Eixo Referencial de Atuação/FENAPAE', que, dentre outros encaminhamentos, estabeleceu linhas de ação para concretização da Missão das APAES. A partir do documento Eixo Referencial de Atuação /FENAPAE (1997), originou-se o Plano Diretor (97/98) o Plano Estratégico Institucional 98/2003 e, conseqüentemente, a Coleção Educação e Ação/ APAE EDUCADORA: A escola que buscamos: 'Propostas orientadoras das ações Educacionais'.

Este projeto se fundamenta em um conjunto de ações pedagógicas, orientadas conforme a modalidade Educação Especial, da forma como foi configurado no capítulo V da LDB 9394/96 e também em outros capítulos e artigos dessa lei. A lei orienta a estrutura e organização da educação.

No momento, o paradigma denominado sociointeracionista de Vygotski e colaboradores, era estudado e debatido por psicólogos e educadores e começa a influenciar a Educação Especial. Os postulados de Vygotski, resumidamente, dizem que:

- a) as funções psicológicas têm um suporte biológico, pois são produtos da atividade cerebral;
- b) o funcionamento psicológico fundamenta-se nas relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior, as quais se desenvolvem num processo histórico;
- c) a relação homem-mundo é uma relação mediada por sistemas simbólicos.

Segundo Vygotski (2002, p.112), o conceito de zona de desenvolvimento proximal

é a distância entre o nível desenvolvimento real, que costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial determinado pela resolução destes, sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

Vygotski rebate a tese de que o nível de desenvolvimento cognitivo determina o que o sujeito consegue aprender. O mestre russo preconiza que, ao contrário, o processo de desenvolvimento, progride de forma lenta, e que a aprendizagem fortalece o desenvolvimento natural, pois essa coloca à disposição da pessoa, instrumentos criados pela cultura. As interações sociais estabelecidas em atividades lúdicas e na educação escolar, mediada por um adulto, criam de fato, as zonas de desenvolvimento proximal, determinando sobremaneira a

evolução da criança. Especificamente sobre a educação da Pessoa Deficiente Mental, assim se expressou Vygotski (2002, p.116):

[...] o sistema de ensino baseado somente no concreto [...] falha em ajudar as crianças retardadas a superarem as suas deficiências inatas, além de reforçar essas deficiências [...] Precisamente porque as crianças retardadas, quando deixadas a si mesmas, nunca atingirão formas bem elaboradas do pensamento abstrato, a escola deveria fazer todo o esforço para empurrá-las nessa direção, para desenvolver nelas o que está intrinsecamente faltando no seu próprio desenvolvimento.

A partir dos estudos de Vygotski, percebe-se sua influência na atual legislação brasileira educacional, a lei 9394/96, principalmente quando se refere à educação especial no seu artigo 58 (BRASIL, 1996, p. 25), parágrafo segundo, onde estabelece que os atendimentos em escolas especializadas somente deverão ocorrer, caso não seja possível a integração desses alunos em classes comuns, em virtude das condições dos mesmos. Já no artigo 60, ficam incumbidos os órgãos normativos dos sistemas de ensino, de estabelecer ‘critérios de caracterização das instituições privadas, sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro de poder público’.

Para regulamentar os artigos 58, 59 e 60 da lei 9394/96 a Secretaria de Educação Especial/MEC e Conselho Nacional de Educação, após estudos realizados, elaborou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, através da resolução 2 de 11/09/2001, – CNE/CEB. Neste documento foram explicitadas as normas da Educação Especial, de forma conceitual e com direcionamento operacional, no sentido de fortalecer a Educação Inclusiva, apresentando orientações à escola comum, quanto ao atendimento de pessoas com deficiência em classes comuns. À escola especial, conforme resolução 02 de 11/09/2001 artigo 10 (Fabiana OLIVEIRA, 2004, p. 2), cabe atender extraordinariamente, aqueles alunos,

que apresentarem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades de vida autônoma e social; recurso, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover [...].

Nesse contexto, as escolas especiais, mantidas pela APAE, buscando suprir a dificuldade em manter as Pessoas com Deficiência na escola regular, e a falta, no currículo das escolas regulares, de capacitação para o trabalho, criam a ‘Preparação para o Trabalho e a Inserção no Mundo do Trabalho da Pessoa com Deficiência Mental’. A inserção da Pessoa Deficiente no mercado de trabalho teve intenção de integração social, oportunizando para a

sociedade e para a Pessoa com Deficiência, conhecimentos que facilitam uma maior socialização.

A concepção de trabalhador e o desempenho de uma atividade laboral e produtiva constituem direito do cidadão, sendo uma estratégia para a Inclusão Social. Neste cenário social, ao repensar sua prática para adequar-se ao que determinava a lei, implanta, a partir de 2000 e 2001, a APAE EDUCADORA, para que junto com a Escola Comum possam enfrentar o processo de renovação, aprendendo com os alunos e apoiando os professores na realização de um planejamento adequado à realidade que se apresenta.

7 APAE EDUCADORA

A proposta da 'APAE Educadora: Escola que buscamos', é produto de um trabalho que iniciou no Congresso da Federação das APAES em 1993 e que se tornou realidade, como proposta orientadora das ações educacionais, em 2000, cujo instrumento foi criado para concretizar as metas estabelecidas no Projeto Águia.

Do início do projeto até a sua finalização foi uma trajetória construída de forma democrática, solicitando a participação de todos os atores do Movimento Apaeano (nem todos acolheram a idéia).. Foram propostas discussões internas aos representantes de cada estado da federação brasileira. Numa segunda fase, envolveram-se os diferentes segmentos da sociedade brasileira e, também, professores-pesquisadores de universidades e órgãos executivos da educação brasileira para a sistematização da proposta pedagógica. A metodologia usada através de seminários, congressos, reuniões, trouxe momentos de aprendizagem, com vistas à elaboração de uma proposta pedagógica para levar às escolas das APAEs diretrizes educacionais compatíveis com o contexto histórico.

Para elaboração da proposta foram mais de dois anos de discussões de temas ligados à Pessoa com Deficiência. Segundo Flávio Arns (2001, p.6), então presidente da FENAPAE:

As idéias e os princípios que nortearam essas discussões em nível nacional perpassam pela possibilidade que se instala de respeito e valor das diferenças individuais. Cada reunião foi uma aprendizagem que, muitas vezes, se deu pelas divergências e angústias, na busca comum de soluções para os encaminhamentos.

O trabalho tem como base os princípios normativos vigentes da educação nacional e a prática do Movimento Apaeano, contextualizada com momentos atuais. Constitui-se, em um esforço permanente, na busca de educação para todos os cidadãos, independentemente de suas condições pessoais ou sociais, e garante uma aproximação com o sistema educacional brasileiro, como pré-requisito para a melhoria de condições de incluso e respeitado na sociedade. Além disso, visa suprir as necessidades de atender as demandas sociais latentes e sistematizar, na medida do possível, às ações pedagógicas das APAEs, dentro de uma perspectiva formal de escolarização, de acordo com o sistema implantado pela Lei 9394/96.

A escolarização para vida, baseada nos quatro pilares do informe Delors, 'aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a viver junto; aprender a ser' são aspectos que estão presentes nessa transformação e alguns desafios colocados à Educação Especial Apaeana no

cotidiano do seu fazer pedagógico. A legislação existente no país foi o primeiro passo para assegurar a legitimidade das ações para a garantia dos direitos sociais básicos à Pessoa com Deficiência Mental. Em razão disso, propõe um conjunto de ações pedagógicas, tendo como princípio a Educação Especial, enquanto uma das modalidades de educação escolar, que se organiza de modo a buscar a inclusão social – paradoxo de uma sociedade global que pressupõem que todos os cidadãos possam ter acesso aos serviços e bens públicos.

Em vista disso, a APAE apresenta esta proposta na tentativa de criar uma nova forma de ver a realidade nas relações entre diversidades, diferença e deficiência, propondo um olhar numa perspectiva presente e de futuro, embasada subliminarmente nos quatro princípios propostos por Delors para a Educação do século XXI. O documento expressa da seguinte forma, em relação à Proposta APAE Educadora

Trata-se, pois, de organizar e propor alternativas viáveis que se fazem presentes para o enfrentamento de alguns impasses da sociedade atual, levando em conta a natureza interdisciplinar da educação, a multiplicidade de seus vários aspectos e os educandos a serem atendidos, elucidando as diferentes correções, abrangências e peculiaridades nas discussões educacionais, salientando a necessidade de repensar o currículo de forma dinâmica, como um meio de flexibilidade de acesso ao conhecimento, mas, principalmente, pelas possibilidades adequadas de explicitar um compromisso social mais efetivo e comprometedor com os princípios da inclusão social. Em comum, a ênfase do papel da educação para a construção de uma sociedade menos desigual. (FENAPAE, 1998, p.8)

Os fundamentos da proposta são:

- a) a construção de uma escola que tenha um compromisso social para com todas as Pessoas com Deficiência Mental, dentro de uma perspectiva formal de escolarização para a vida, constituindo-se como instrumento para a identidade das ações pedagógicas do Movimento Apaeano;
- b) respeito à história do Movimento Apaeano, consolidando as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, considerando os princípios filosóficos adotados para garantir à Pessoa com Deficiência Mental espaços educacionais sociais e que possam exercer sua cidadania, demonstrando suas habilidades e competências;
- c) a construção do projeto pedagógico como 'carta emancipatória e de compromisso educacional e social' para com a Pessoa com Deficiência Mental, como sendo a identidade da escola, onde o currículo é um instrumento que norteia e transforma o ato pedagógico na sua ação metodológica, baseada em princípios histórico-crítico-social, que enfatiza as potencialidades e

competências dos educandos, independentemente de suas condições biopsicossociais, objetivando a terminalidade com avaliação de qualidade;

d) adotar a estrutura organizacional da proposta APAE Educadora para sua dinâmica organizacional quanto aos níveis, modalidades de ensino e a construção dos projetos pedagógicos especificando o serviço que pretendem ofertar, assim como a organização do tempo e espaço escolar;

e) a participação da família e da comunidade, sendo co-participe do processo de educação da Pessoa Deficiente Mental, proporcionando-lhe integração social na comunidade, trabalho, cultura e lazer.

Para compreender onde se insere a APAE Educadora, o esquema abaixo, (Figura 1) visualiza a Organização do Movimento Apaeano, nacionalmente, conforme estabelece seu Estatuto Social, a partir de 1993.

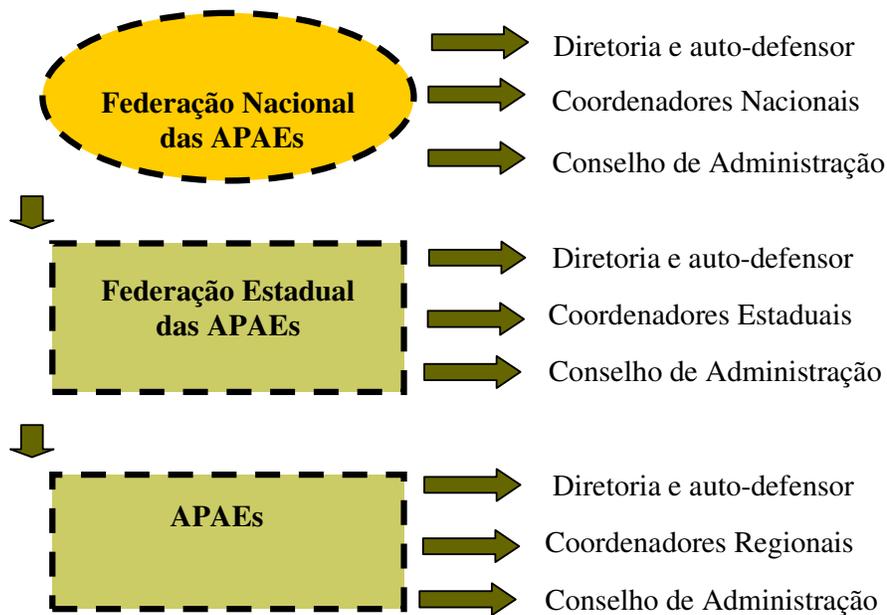


Figura 01 – Esquema organização do Nacional do Movimento Apaeano

O Movimento Apaeano, na década de 90, completa 40 anos de fundação, sua trajetória atinge a maturidade, momento importante que exige reflexão de suas ações, pelo contexto de transformações sociais, educacionais e culturais que vêm ocorrendo na sociedade.

Em 1995 realiza o diagnóstico, a partir do resultado é elaborado o Eixo Referencial de Atuação (1997). Os conceitos elaborados nesse documento, através de vários ciclos de debate e seminários pelos diferentes segmentos do Movimento Apaeano, dão origem à formação do Plano Diretor (1998). Esse último, foi constituído pelo plano de gestão que juntamente com o

desenvolvimento do Programa Técnico, originou o Projeto Águia, que contemplava vários documentos e ações descritas no capítulo da evolução do movimento apaeano. Os documentos formavam o Planejamento Estratégico, que culmina no Documento da APAE Educadora em 2000/2001, conforme demonstra a Figura 2.

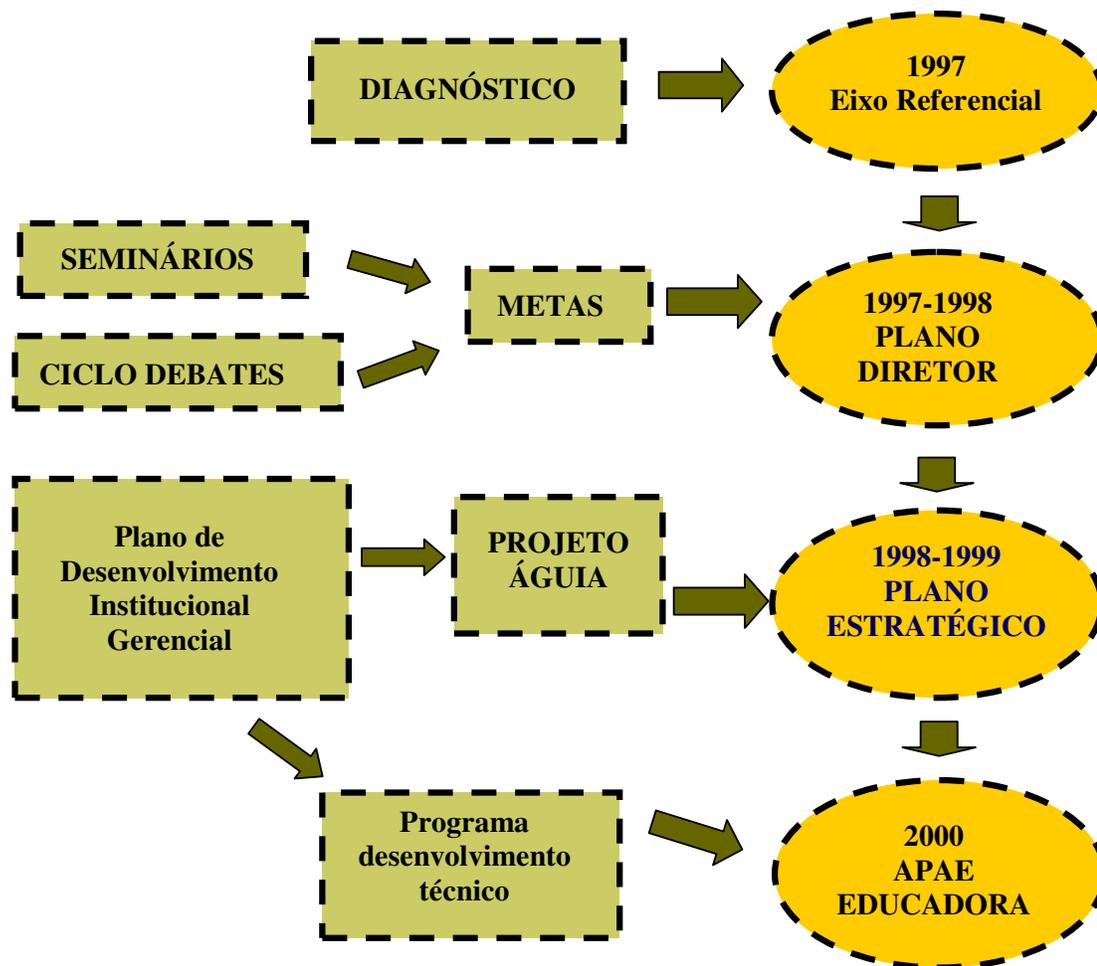


Figura 02: Esquema desenvolvimento Planejamento Estratégico do Movimento Apaeano

7.1 MARCOS REFERENCIAIS DE MUDANÇAS

A idealização da APAE Educadora surgiu da necessidade de se ter uma unicidade em termos de concepção filosófica sobre a Pessoa com Deficiência Mental. Viabilizar, como em outros momentos da história apaeana, propostas pedagógicas desenvolvidas no interior do Movimento, priorizando a educação escolar ao valer das normas comuns às instituições

pedagógicas, e oferecendo os níveis de educação infantil – ensino fundamental (primeiro e segundo ciclo) – as modalidades de educação de jovens e adultos e educação profissional, compreendendo, assim, a primeira frente.

A segunda frente centra suas realizações na formação da Pessoa com Deficiência Mental num processo político-social de ação, volta-se aos princípios de parcerias interinstitucionais, oportunizando ações coletivas que permitam propiciar o pleno desenvolvimento das potencialidades sociais, efetivas e intelectuais do aluno. A parceria com as famílias e segmentos sociais da comunidade irá permitir uma nova visão do que é educação e Pessoa com Deficiência Mental. A educação constitui-se num processo social construído por vários agentes articulados, para garantir a especificidade que apresenta a Pessoa com Deficiência Mental, na formação e exercício da cidadania.

O processo histórico testemunhou a construção do movimento apaeano, na defesa de direitos, na interação e desenvolvimento das famílias, na prestação de serviços com o objetivo da formação das Pessoas com Deficiência Mental. A extensão do movimento, a diversidade cultural e de concepção em relação à Pessoa com Deficiência Mental e as diferentes regiões geográficas, onde estão presentes as unidades da APAE, são as maiores fragilidades da natureza dos serviços. Os serviços nas APAEs ainda variam muito, mas a ênfase nacional aponta para considerar a Pessoa com Deficiência Mental como pessoa humana, merecedora de direitos de cidadania, dotada de sentimentos, emoções e elaboração mental (FENAPAEs/Projeto Águia, 1998, p. 15).

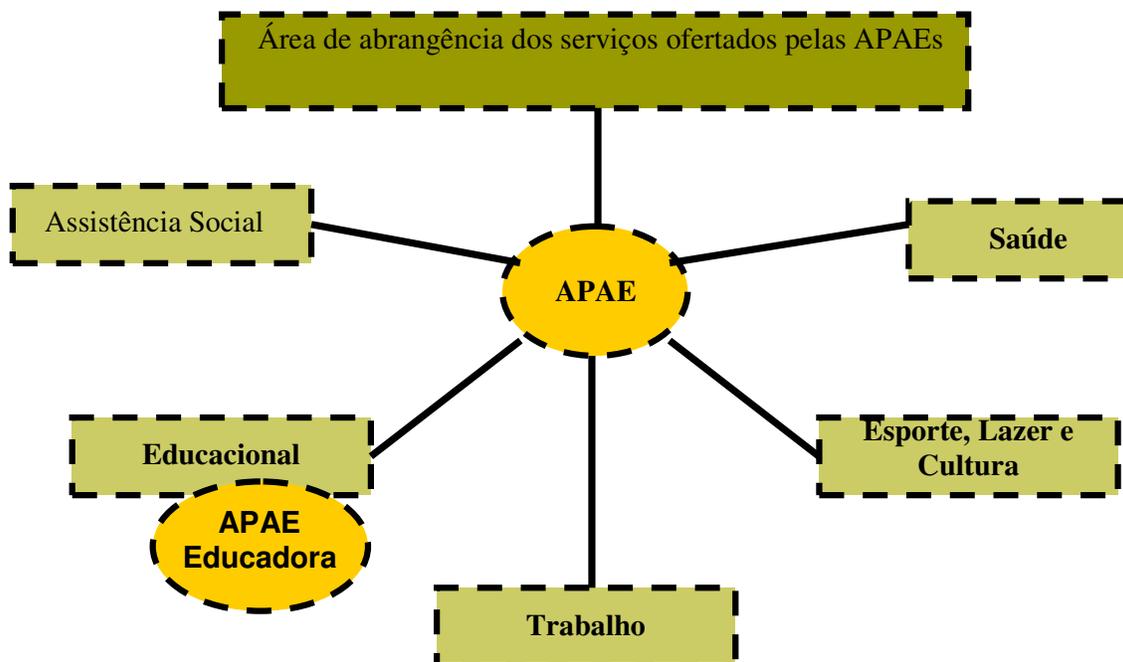


Figura 03: Esquema áreas de atuação APAE e APAE Educadora FENAPAE, 2000.

A figura 3 especifica as áreas de atuação exercidas no interior de cada unidade Apaeanas, destacando na área educacional a presença da Proposta da APAE Educadora. Analisando a figura 3, proposta pelo movimento apaeano, em relação à unidade da APAE de Porto Alegre, onde foi realizada a pesquisa, percebe-se que a educação torna-se o principal serviço da unidade, tendo como referência a APAE Educadora, conforme figura 4. Os demais serviços, como saúde, assistência social, trabalho, esporte lazer e cultura, são suportes interdisciplinares na compreensão do currículo escolar e também no funcionamento da instituição.

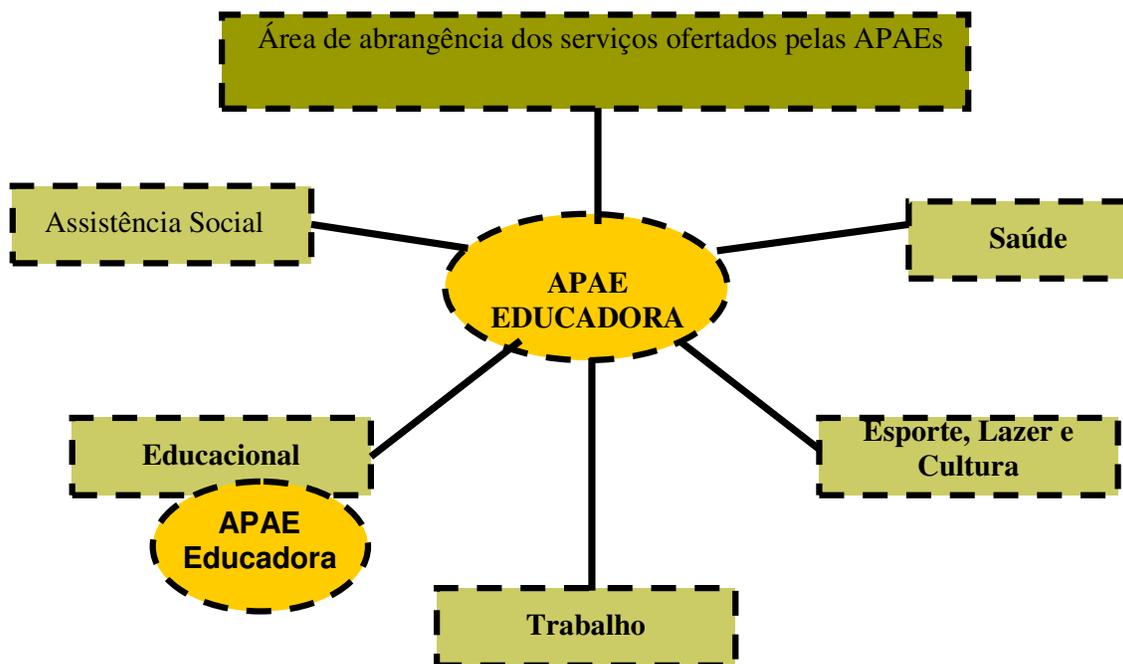


Figura 04: Esquema áreas de atuação APAE e APAE Educadora, revisado para APAE Porto Alegre

A APAE Educadora, no documento de orientação das Ações Educacionais, entende que Educação Especial, enquanto modalidade de educação escolar “como um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens”. (FENAPAE, 2001, p.21)

Tem-se uma visão ampla em relação às propostas de prestação de serviço até agora realizada no movimento apaeano. A prática de suas ações está voltada para a educação inclusiva, mesmo entendendo que é necessário o comprometimento de todos os envolvidos para que isso ocorra, pois não é só o marco legal que determina a mudança. Nesta perspectiva, “constrói-se, assim, uma instituição escolar dinâmica, que valorize e respeite a diversidade do

aluno e na qual o aluno seja sujeito de seu processo de conhecer, aprender, reconhecer e produzir a sua própria cultura”. (FENAPAE, 2001, p.21)

A APAE Educadora objetiva a inserção oficial das Escolas das APAEs na estrutura da educação nacional, ofertando educação básica nos níveis de educação infantil e fases iniciais do ensino fundamental, de forma interativa com as modalidades de educação de jovens e adultos e educação profissional. Essa formação é ampliada ao se utilizar os serviços e apoios pedagógicos especializados. Oferece a prestação de serviço educacional para crianças, jovens e adultos com Deficiência Mental e outra(s) deficiência(s) associada(s), acompanhando suas famílias para que se atinja a escolarização, baseado nos pressupostos e princípios da inclusão social em sua plenitude.

A proposta contempla os aspectos formativos do aluno, bem como os relacionados às aprendizagens que requerem uma dinâmica própria na relação ensinar-aprender. Reconhece a necessidade de sistematizar a educação, atualizar as ações pedagógicas, proporcionar autonomia do aluno, levando em consideração a especificidade intelectual, moral e social da Pessoa com Deficiência Mental, como um indivíduo que pensa, deseja e constrói a sua cidadania. A organização dos grupos para a prestação de serviços se dá, segundo as modalidades de educação e ensino, a quem se destina os esforços e recursos, estabelecendo critérios de natureza pedagógica, contextual, técnica, tecnológica e institucional. Acontece através de um projeto político pedagógico, elaborado por todos da comunidade escolar, respeitando a singularidade de cada unidade, baseado no quadro 02.

Baseada na proposta da APAE Educadora a prestação de serviços aos educandos que freqüentam a escola APAE, é de caráter pedagógico, respeitando as leis vigentes. O projeto político pedagógico deve refletir os anseios da comunidade escolar, construindo espaços educacionais favoráveis à escolarização numa concepção inclusiva.

Nesse sentido, as escolas devem planejar suas ações para a formação do aluno, baseando-se nos parâmetros curriculares nacionais, com aprendizagens e metodologia que favoreçam o desenvolvimento do convívio social e a qualificação para o trabalho. Como a proposta é de caráter pedagógico, qualquer intervenção, de natureza clínica e psicopedagógica, estão subordinadas ao cumprimento das ações educativas previstas no currículo, sendo sua operacionalização realizada em turno inverso na escola.

Com intenção de orientar, respeitando as peculiaridades de cada unidade apaeana, a organização escolar abrange três fases, segundo documento das Orientações de ações da APAE Educadora. (2001, p.32)

Fase I - Educação Infantil – viabilizada por meio dos programas de educação precoce e educação pré-escolar, de modo a atender crianças na faixa etária de zero a seis anos, bem como oferecer apoio e suporte às famílias;

Fase II - Escolarização Inicial – destinada à educação na faixa etária de sete a quinze anos; correspondente ao 1º ciclo do Ensino Fundamental.

Fase III - Educação e Profissionalização – desenvolve programas de alfabetização e pós-alfabetização correspondente ao 1º e 2º ciclos do ensino Fundamental na modalidade de Jovens e Adultos. Essa fase contempla, ainda, Programas Pedagógicos Específicos e Formação Profissional que objetivam a iniciação e a qualificação para o trabalho, encaminhando o aluno para o mundo do trabalho.

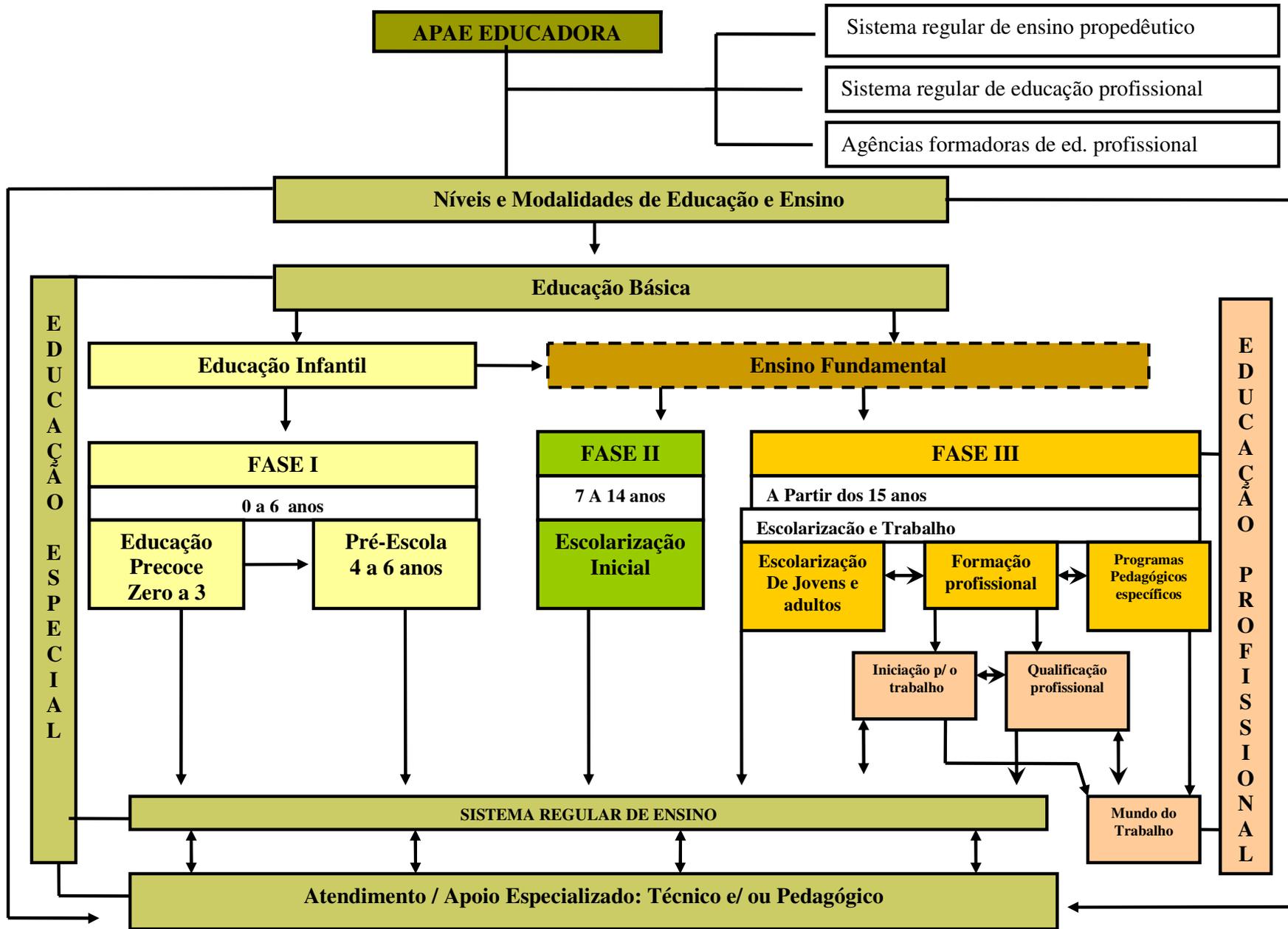
Níveis e Modalidades de educação e Ensino	Educandos
Educação Infantil	Crianças com Deficiência Mental; Crianças com atraso no desenvolvimento neuro-psicomotor; Crianças com deficiência mental, associada à outra(s) deficiência(s).
Ensino Fundamental	Crianças, jovens e adultos com Deficiência Mental, associada ou não a outra(s) deficiência(s)
Educação de Jovens e adultos e Ensino Profissional	Jovens e adultos com Deficiência Mental, associada ou não a outra(s) deficiências.

Quadro 02: Níveis e modalidades de educação e ensino x educandos.

Segue figura 05 que mostra a organização da estrutura, tendo como referência a APAE Educadora e sua dinamicidade na escola Apaeana.

Para melhor compreensão do leitor, os programas pedagógicos específicos destinam-se aos educandos, a partir de 15 anos, com deficiência mental associada ou não a outras deficiências, realizando projetos especiais de ações institucionais de forma laborativa ou currículo funcional específico (oficinas protegidas, centro de arte, esporte e lazer, etc).

A APAE Educadora, como proposta educacional do movimento Apaeano, além de dar suporte para que cada unidade apaeana, de acordo com a sua realidade, elabore o projeto político pedagógico, e que este possa ser na verdade um instrumento de identidade escolar, também reafirma o compromisso social da entidade no atual contexto da educação especial no Sistema de Educação Brasileiro.



8 APAE PORTO ALEGRE - O LIMITE DA PESQUISA

8.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A APAE de Porto Alegre, fundada em 22 de agosto de 1962, foi uma das pioneiras do movimento apaeano no Brasil, no momento em que o movimento se consolidava, com a criação da Federação Nacional das APAEs. Através de leituras feitas no livro de atas, das reuniões preparatórias de sua fundação, registra-se a preocupação dos fundadores, em regularizar a entidade. Inicia suas atividades com os registros necessários para o funcionamento e os primeiros encontros ocorreram em sua sede provisória, no Salão Paroquial da Igreja Sagrada Família, no bairro Cidade Baixa, na rua José do Patrocínio.

A APAE de Porto Alegre, de forma diferente das demais entidades similares, não inicia seu trabalho como escola, e sim, como uma entidade que articulava junto a outras escolas públicas e ou privadas já existentes. Nesta política, as ações realizadas pela APAE eram de prestar auxílio para a capacitação de recursos humanos, assistência financeira, aquisição de material, no sentido de melhorar o tratamento da habilitação e reabilitação dos 'excepcionais', com deficiência mental. No início do seu percurso, as escolas parceiras da APAE foram: Escola Especial Alcina Garcia; Escola Estadual Lopo Gonçalves e Escola Experimental Recanto da Alegria.

Os recursos financeiros, para aquisição de materiais necessários para o atendimento da Pessoa com Deficiência Mental, provinham de um trabalho de conscientização junto à comunidade. Esta sensibilização dava conta da existência da Pessoa com Deficiência na sociedade, através de campanhas realizadas pela diretoria da APAE, junto a clube de serviços e outras entidades solidárias a causa da Pessoa com Deficiência.

Na época as APAEs de São Paulo e Rio de Janeiro realizavam ações com professores especializados, equipes de estudos e equipe de especialistas. O avanço constatado junto à Pessoa com Deficiência Mental, motivou integrantes da diretoria local, a encaminhar pessoas interessadas na causa do 'excepcional' para cursos de aperfeiçoamento, nas APAES de referência. O objetivo era alavancar, em Porto Alegre, uma APAE no modelo das referidas capitais. Neste contexto, durante quatro anos, a APAE de Porto Alegre presta todo o serviço necessário, em compra de equipamentos, materiais de construção, melhoria dos prédios das escolas parceiras. Investe na capacitação e aperfeiçoamento de professores, disponibilizando

recursos para que professores de diferentes instituições especiais pudessem se qualificar em centros mais especializados.

Em 10 de março de 1966, no salão paroquial da igreja Sagrada Família, a APAE Porto Alegre funda a primeira escola, aqui chamada 'Unidade 1'. A fundação, além do apoio de toda diretoria da APAE, contou com o apoio de pais dos alunos e do padre, Severino Brunque, pároco da igreja Sagrada Família. Criada a escola, os pais dos alunos, formam o Conselho de Pais, que juntamente com a Diretora da Escola, serão os responsáveis pela administração, sendo a APAE a mantenedora. Mesmo tendo uma escola própria, a APAE de Porto Alegre, continua realizando eventos e campanhas em sentido global, para atender na cidade a demanda da Pessoa com Deficiência Mental, independente de sua natureza escolar. O importante, no pensamento da diretoria, era trabalhar em prol do 'excepcional'.

8.1.1 Criação das Três Escolas- Unidades

Pelo fato da APAE de Porto Alegre, preocupar-se em atender a demanda da capital, em relação à assistência à Pessoa com Deficiência, a escola Unidade 1, de certa forma, foi adquirindo autonomia em relação à gestão. Foi assim que em 13 de março de 1972, inaugura sua sede própria no Bairro Glória, onde funciona até hoje.

A APAE de Porto Alegre, mantendo a política de articular as ações em favor da Pessoa com Deficiência, cria na cidade de Porto Alegre, a segunda escola, aqui chamada Unidade 2, em 23 de agosto de 1975. A escola Unidade 2 iniciou suas atividades para atender a demanda de jovens e adultos que necessitavam de 'práticas ocupacionais'. O intuito era de continuar o atendimento para a Pessoa com Deficiência, com o objetivo de aprender uma profissão. Esta proposta se justificava-se pelo fato desses alunos terem freqüentado a escola comum, especial e ou classe especial e não terem garantido o aprendizado (alfabetização) escolar.

Em 1983, a escola Unidade 2, passa a funcionar em sua sede própria adquirida pela APAE, no bairro Santana, onde permanece até hoje. Assim como a primeira escola fundada pela APAE, a gestão administrativa da escola ficou sob responsabilidade do Conselho de Pais, juntamente com a diretora da escola estando sob sua responsabilidade o planejamento das ações educativas e ocupacionais dos alunos. O papel da Diretoria da APAE era de acompanhar e estimular as ações da escola.

Quando da mudança da escola Unidade 1, para a sede própria, no Bairro Glória, a APAE mantenedora instala-se na Rua dos Andradas nº1137, até maio de 1980. Neste período, começou a prestação de serviço de transportes a todas as Pessoas com Deficiência. Em 22 de agosto de 1984, a diretoria da APAE adquiriu um conjunto comercial na Rua General Câmara, 403, colocando à disposição dos familiares da Pessoa com deficiência, seus serviços de esclarecimentos sobre a 'deficiência'. Neste prédio a sede da APAE Porto Alegre, permanece até hoje.

A terceira escola especial criada pela APAE, a Unidade 3, inaugurada em 12 de setembro de 1984, atendeu uma antiga reivindicação da comunidade da Zona Sul. A escola Unidade 3 presta serviços escolar e profissional a alunos da Vila Nova, funcionando em prédio próprio.

Constata-se que a gestão administrativa e pedagógica das escolas mantidas pela APAE/Porto Alegre, se dava de forma autônoma, nas respectivas unidades. A mantenedora agia no sentido de coordenar as ações, respeitando o conselho de pais constituído em cada unidade. Essa forma de gerenciamento da mantenedora em relação às escolas por ela mantida determinou a trajetória muito singular, de cada unidade, na prestação de serviços. Cada estabelecimento escolar funcionou de acordo com o trabalho exigido de sua comunidade. O resultado de suas ações dependia da relação que imprimiam com os meios de comunicação, com os serviços da comunidade, com os meios universitários, profissionais, pais de alunos e alunos.

Esta construção emancipatória de cada escola favoreceu a(s) unidade(s), pois o conselho de pais, direção e profissionais, demonstravam uma maior participação na escola, promovendo novos projetos e atualizações na área pedagógica e especializada, em relação à educação especial. No entanto aquela(s) unidade(s), cuja participação da comunidade escolar ocorria de forma frágil, avançou de forma mais lenta às mudanças, em relação à prestação de serviços para a Pessoa com Deficiência Mental. A mantenedora conhecia a realidade de cada escola, procurava organizar as questões administrativas, mas quanto à programação pedagógica, deixava a cargo da direção com os profissionais da unidade.

Assim também aconteceu na APAE, de Porto Alegre com relação à Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul e a Federação Nacional. A política de atuação da APAE Porto Alegre, se dava de forma desvinculada à estrutura organizacional do movimento apaeano e como consequência, as propostas pedagógicas sugeridas pela entidade nacional, não chegavam ao conhecimento dos profissionais das escolas da APAE Porto Alegre.

8.2 APAE PORTO ALEGRE E MOVIMENTO APAEANO

A aproximação da APAE de Porto Alegre, com suas parceiras estadual e nacional, ocorreu em meados de 1993, com a implantação do estatuto padrão nacional e a implantação do Projeto Águia (1997) em todo o Brasil, pela FENAPAE. Com a mudança dos estatutos, municipal, estadual e nacional, a APAE de Porto Alegre, promove as mudanças, propostas pelo movimento nacional das APAEs e reorganiza também seu estatuto. A partir do ano de 2000 inicia o processo de mudança nas unidades escolares, envolvendo, todos os segmentos da comunidade escolar.

Cabe destacar, nesse estudo, a diferença de atuação da APAE de Porto Alegre, em relação às demais APAEs. Após a fundação, assume uma função de articulação, favorecendo todas as escolas e entidades na prestação de serviços à Pessoa com Deficiência em Porto Alegre. Outro aspecto é com relação aos nomes dados às escolas, embora pareça que é algo de pouca importância, porém junto com o nome da escola tem uma gama de representações simbólicas principalmente em relação à Pessoa com Deficiência. Ressaltam-se alguns exemplos, de nomes dados, às escolas de educação especial em Porto Alegre: 'Recanto da Alegria', 'Renascença', 'Cristo Redentor. Parecem nomes carregados de uma concepção compensatória em relação à Pessoa com Deficiência Mental, embora os nomes dados às escolas da APAE de Porto Alegre se distanciem dessa forma de agir. Reforça-se que denominações dadas às escolas são nomes que marcam a identidade escolar, não contendo uma concepção compensatória em relação à Pessoa com Deficiência.

Observam-se os nomes: Dr. João Alfredo de Azevedo, Instituto Educacional Nazareth, CADE - Centro de Atendimento e Desenvolvimento do Excepcional. A linguagem expressa, nos nomes são de personagens que, de alguma forma, têm um uma história e representação social. Mesmo o CADE que é uma sigla, seu nome representa as razões de existir da unidade. Esse destaque é uma provocação, para que alguém possa se interessar pelo assunto e, quem sabe propor o tema, para um trabalho científico.

8.3 APAE ATUALMENTE

A APAE de Porto Alegre, atualmente é mantenedora das três escolas e realiza a gestão financeira, de material e recursos humanos. Quanto aos recursos humanos, após estudo da necessidade, o recrutamento e seleção são feitos pela unidade, de acordo com critérios estabelecidos pela diretoria executiva da APAE. A partir de *curriculum vitae*, existente na mantenedora e nas unidades escolares, faz-se um estudo do perfil dos mesmos, de acordo com os requisitos exigidos para a função. Após a triagem, são feitas entrevistas individuais com a comissão de recrutamento da escola. Feita a seleção, encaminha-se o profissional para a efetivação do contrato de trabalho na sede da mantenedora. No quadro 03 consta número de funcionários conforme área de atuação.

ÁREA DE ATUAÇÃO	FUNCIONÁRIOS
PROFESSORES REGENTES DE CLASSE	39
PROFISSIONAL APOIO - TÉCNICO/PEDAGÓGICO	26
PROFISSIONAIS APOIOS - ADMINISTRATIVO/AUXILIARES	21
TOTAL	86

Quadro 03 – Relação número funcionários/ área de atuação

GRAU DE INSTRUÇÃO	FUNCIONÁRIOS
NÍVEL SUPERIOR	58
ENSINO MÉDIO	19
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	09

Quadro 04 – Relação número funcionários/grau de instrução

O quadro 04 demonstra a relação entre o número de funcionários e o grau de instrução na APAE de Porto Alegre. Os professores e profissionais de apoio técnico/pedagógico, a grande maioria, possuem pós-graduação especialização e um profissional é mestre. Do total de oitenta e seis (86) funcionários, um professor é cedido pelo estado, com a contrapartida de

prestação de serviço para oito alunos. Os demais funcionários são contratados pela APAE de Porto Alegre.

A sustentabilidade econômica da APAE dá-se através de recursos oriundos dos associados, Projetos e Programas com Doações Dedutíveis de Impostos, *telemarketing* – administrado pelo FIC-APAE.e através de recursos de órgãos governamentais: MEC (Ministério de Educação) - Programa Dinheiro na Escola e PAED (Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência); do Ministério do Desenvolvimento Social – Serviço de Ação Continuada (EP, Habilitação e Reabilitação); compra de vagas pela Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul e pela Secretaria da Educação do Município; Projetos Especiais da FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre) - Programa Trabalho Educativo/ Inclusão Digital e Mão-na-Massa. Também existem recursos oriundos de parcerias com empresas que desenvolvem projetos sociais.

SERVIÇOS PRESTADOS	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 18 anos	+ de 18 anos	Total
1 EDUCAÇÃO INFANTIL							28
a) Educação Precoce	16						
b) Pré-escolar		12					
2 ENSINO FUNDAMENTAL							291
a) Escolarização Inicial			09	11			
b) Pedagógicos Específicos					11	102	
c) EJA					13	51	
d) Formação Profissional					08	86	
TOTAL							319
3 SERVIÇO APOIO ESPECIALIZADO							
a) da escola APAE*			08	08	11	90	
b) de outras escolas			14	07	07	03	31
4 SERVIÇO APOIO INCLUSÃO		06	01				07
TOTAL	16	18	24	18	39	242	357

* Aluno de serviço especializado da escola é somado somente nos níveis de ensino.

Quadro 5 – Relação serviços prestados e idade dos alunos.

As compras de vagas realizadas pela Secretaria da Educação do Estado e do Município apresentam especificidades muito singulares, não compatíveis, com o perfil de alunos das Escolas Especiais do Estado e do Município. Geralmente, esses alunos requerem matrícula através de medidas judiciais da Promotoria Pública do Estado.

9 UNIDADE 1 - ESCOLA DA PESQUISA

O nascimento de muitas APAEs deu-se pela necessidade de criar uma escola para prestar serviço às Pessoas com Deficiências. Geralmente ocorreu através da mobilização de pais das pessoas interessadas ou, até mesmo, por iniciativa do poder público municipal. Este último procede dessa forma, pela conveniência que lhe trará esta entidade, visto ser sua, a responsabilidade constitucional de oferecer o serviço educacional para as Pessoas com Deficiência.

A formação da APAE de Porto Alegre não aconteceu dessa forma, como já foi explicitado anteriormente. A escola Unidade 1 foi a primeira escola da APAE, criada após quatro anos de sua fundação da entidade e efetivo trabalho na comunidade. O interessante neste fato é que existia uma escola especial privada chamada Instituto John Kennedy, onde estudavam a maioria dos alunos, que mais tarde passaram a frequentar a APAE.

9.1 O INÍCIO

No início do ano letivo de 1966, mesmo de forma provisória, a escola Unidade 1 inicia seu ano letivo, no salão paroquial da igreja Sagrada Família. Aproximadamente quinze alunos, número expressivo tiveram o apoio do pároco Severino Brunque que, na época, ocupava o cargo de conselheiro da APAE de Porto Alegre. Em 15 de abril do mesmo ano, foi escolhido o nome da escola e, em 31 de abril, em ato solene, a escola Unidade 1 é oficialmente vinculada à APAE Porto Alegre.

A primeira providência foi escrever o Regimento Escolar, que no prazo de um mês estava pronto, para ser enviado à Secretaria da Educação e Cultura e, posteriormente, encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, órgão que autoriza o funcionamento das escolas do Sistema Estadual Ensino, legalmente. O fato merece destaque na memória da escola, por razão de iniciar uma oferta de serviço já com organização, respeitando a legislação educacional vigente. Em maio do mesmo ano, a escola se transfere para a Rua da República, nº 311, no bairro Cidade Baixa, prédio alugado até março de 1972.

No momento da criação da escola Unidade 1, a APAE Porto Alegre intensifica campanhas junto à comunidade ao poder público, para a aquisição de um terreno. O objetivo

da entidade é instalar a escola em prédio próprio, devido à necessidade premente de aumentar o número de vagas oferecidas.

À medida que a APAE Porto Alegre, em suas campanhas e eventos promocionais, trazia à tona a situação real da pessoa com deficiência, tornava pública sua condição, dando visibilidade para a sociedade, da situação da Pessoa com Deficiência Mental. Argumentavam que a melhoria de vida dependia de um trabalho sistematizado realizado pela escola da APAE, acreditando na capacidade de aprender da Pessoa com Deficiência Mental. A urgência de a escola dispor de um espaço maior, cujo entendimento passava por toda sociedade.

9.1.1 Prédio Próprio

Assim, em 1970, é lançada a pedra fundamental, com a presença do Governador do Estado do Rio Grande do Sul da época e a presença de outras autoridades. Em parceria com o Governo Municipal, constrói dois pavilhões de madeira, com espaços para as atividades docentes (salas de aula) e outro pavilhão que abrigava a área administrativa e salas das áreas especializadas (médico, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, serviço de assistência social).

Lendo a documentação e livro de registros das atas de reuniões do conselho de pais que administrava a escola, nota-se o interesse dos mesmos em qualificar os serviços. Assim faziam através da contratação de pessoas especializadas, para trabalhar na escola. Também investiam em materiais pedagógicos, reconheciam e respeitavam às propostas dos técnicos e dos professores; tinham pressa em melhorar as instalações e oferecer outros serviços.

À medida em que a idade dos alunos aumentava, e novas matrículas de alunos são solicitadas, surge a necessidade de oferecer outras atividades, compatíveis com o desenvolvimento desses alunos e nesta ocasião, se fortalece a criação do projeto das oficinas pedagógicas. Assim, em 1973, é inaugurado um prédio amplo, de alvenaria, para a instalação das oficinas pedagógicas (marcenaria, artesanato e outras). No mesmo ano foi assinado o Convênio com a LBA (Legião Brasileira de Assistência), aumentando o número de alunos na escola o que acarretou a contratação de novos profissionais.

Nesse período, a proposta de desenvolvimento da Pessoa Deficiente Mental girava em torno da 'educação psicomotora'. Acreditava-se que, a partir da intensidade de estímulos motores, a recuperação do indivíduo chegaria próxima à 'normalidade'. Nestas circunstâncias,

todas as atividades desenvolvidas pelos alunos em sala de aula, nos atendimentos clínicos individuais, nas atividades artísticas e nas aulas de educação física a ênfase concentrava-se na questão motora, para a melhoria das conexões cerebrais, a fim de minimizar os efeitos da parte lesionada.

Nessa época, a escola especial autorizada pelo Conselho Estadual de Educação deveria apresentar um currículo, que contemplasse os conhecimentos até à quarta série primária. Porém, na execução das atividades proporcionadas aos alunos, havia predominância no trabalho dos técnicos, ficando os aspectos pedagógicos em segundo plano.

9.1.2 Qualificação dos Serviços Prestados

De 1977 até o ano de 1985, há um aumento dos serviços prestados em habilitação e reabilitação, devido à assinatura do convênio entre a entidade e a LBA. Implementa-se o Programa de Estimulação Precoce, numa perspectiva de minimizar o atraso de desenvolvimento manifestados nas pessoas pela deficiência. A prevenção consistia numa melhora na condição da Pessoa Deficiente Mental no futuro. Nesse sentido, se instala entre os profissionais a concepção de prevenção, acreditando que o resultado desta intervenção desde o nascimento, facilitaria o processo de aprendizagem na escola.

O conhecimento de novas descobertas e tecnologias, que visasse a melhoria da educação das Pessoas com Deficiência Mental pelo corpo docente e técnico da escola, resultaria numa melhor qualidade da aprendizagem. Nesse contexto, a equipe propõe diversificar a oferta de outros serviços, para adequar as atividades realizadas às condições dos alunos que freqüentam a escola.

A gestão autônoma da escola, em relação à mantenedora, acontece sob todos os ângulos de serviços da escola – desde a manutenção, a forma de gestão e qualificação do serviço. A área administrativa era coordenada pelo conselho de pais, enquanto que a área pedagógica, até o presente momento está sob a coordenação da direção e profissionais especializados.

O segundo Regimento Escolar aprovado (1985), contemplava uma nova organização, na estrutura das funções da escola. Fez-se necessário a criação do serviço de Supervisão Escolar, cujas atribuições requeriam um maior acompanhamento do trabalho dos

profissionais na escola, objetivando qualificar a alfabetização da Pessoa com Deficiência Mental.

Esta demanda surgiu de um grupo de professores, juntamente com um grupo de mães, que levou o pedido, ao conselho de pais, considerando a necessidade de organizar a escola, conforme o que prescrevia Regimento Escolar. A decisão em cumprir o que estava normatizado criando o Serviço de Coordenação Técnica da Aprendizagem é acatada pelo Conselho de Pais.

Na proposta, tanto os docentes como os técnicos da área especializada, deveriam planejar de forma 'conjunta e equilibrada' as ações educativas a serem realizadas com os alunos. O planejamento deveria estar contido no 'Plano Global' da escola, elaborado pela supervisão escolar e profissional da escola.

Em 1987, esta situação causou certo constrangimento à direção da escola, pois esta argumentava que o profissional, além de gerar custos à escola, iria modificar o andamento da mesma, que na sua ótica estava muito bom. O conselho de pais não aceitou os argumentos da diretora e contrata uma supervisora para organizar a escola de acordo com o estabelecido no Regimento Escolar, aprovado pelo órgão competente. Esse fato ocasiona o pedido de demissão da diretora, que estava no comando da escola há mais dez anos. Um professor, com habilitação superior e especialista em educação especial, assume a direção, junto com a supervisora pedagógica e demais profissionais de outras áreas, realizam uma série de estudos, se apropriando de novas teorias pedagógicas, em relação à aprendizagem da Pessoa com Deficiência Mental. Na reestruturação, muitos alunos receberam 'altas' (suspensão) do atendimento clínico individual, e a educação física e a educação artística, passaram a fazer parte do currículo escolar, e não como oficina específica como vinha acontecendo.

Começa o atendimento de Estimulação Precoce para bebês de zero até quatro anos de idade, tendo como referência teórica a epistemologia genética de Jean Piaget. Com os alunos que apresentam habilidades para continuar o processo de alfabetização, é iniciado um trabalho baseado no construtivismo, respeitando o ritmo individual do aluno em relação aos níveis da leitura, segundo Emilia Ferreiro.

A nova proposta pedagógica exige mudanças na estrutura do prédio e assim, foi construído um novo prédio em 1988, visando qualificar o serviço de Estimulação Precoce, a instalação da classe de maternal e melhorarias no ambiente do clube de mães, que se reuniam uma vez por semana na escola.

Devido a compromissos particulares, o diretor pede demissão do cargo e continua como professor na escola. Diante do fato o Conselho de Pais solicita aos profissionais da

escola a indicação de um professor, para assumir o cargo de direção. Escolhida por consenso dos profissionais, e aceita a indicação pelo conselho de pais, assume em 1990 a nova diretora, proveniente do quadro de professores, com larga experiência na educação especial.

Uma das medidas tomadas pela nova direção foi estabelecer um perfil profissional, para os candidatos à vaga na escola. A escolha do profissional seria feita através de inscrição prévia, com apresentação do *currículum vitae*. Em um segundo momento realizaria entrevista com a presença da comissão de seleção, composta pela direção, coordenação pedagógica e psicóloga da escola. A comissão de seleção considerava como critério, a formação em curso superior, cursos de formação continuada ligados à educação especial e outros indicadores, conforme exigência do trabalho a ser executado.

É importante salientar que, pela leitura das atas de reuniões do conselho de pais com a direção, tem-se toda a memória da escola, cujos registros nos documentos fornecem a fotografia dos fatos que ocorreram no interior da escola com clareza e objetividade. Nas reuniões, realizadas quinzenalmente que são tomadas todas as decisões dos problemas da escola. Nesses registros se constata que a cada mudança de direção, há na escola, também mudança, na área pedagógica ou de melhoria arquitetônica.

O mesmo acontece ao ler os livros de atas das reuniões de todos os profissionais, que são realizadas, quinzenalmente, onde se encontra todo o processo de mudança em relação ao processo ensino-aprendizagem e também seus mentores e executores que, neste trabalho, não cabe aqui, mencionar. Neste contexto, o papel da Diretoria da APAE como mantenedora foi de acompanhar a administração do Conselho de Pais e da escola, como também representar a entidade, como um todo na comunidade.

Na década de 90, o prédio de madeira dá lugar a um prédio de tijolo à vista, construído com um projeto adequado à estrutura e funcionamento da escola especial, respeitando as especificidades dos alunos.

9.2 ESCOLA E PARCERIAS

Em julho de 1992, a APAE firma um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para um programa de prevenção odontológica, beneficiando os alunos das três unidades. A instalação do gabinete dentário e a organização do atendimento odontológico junto ao coordenador do projeto, ficaram sob responsabilidade da escola Unidade 1.

O projeto é coordenado por um professor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) que, juntamente com seus alunos, examina e executa a prevenção dentária a todos os alunos das escolas da APAE, ampliando o serviço para outras escolas de educação especial de Porto Alegre.

A partir de 1993, nota-se uma rotatividade de alunos na escola. Nos registros percebe-se a preocupação com esse fato, mas não há tem indicadores dos fatores que ocasionaram a situação. Ora foi mudança de endereço de familiares, ora foram mudanças na constituição familiar e assim, aparecem muitas causas, sem um estudo mais aprofundado da situação.

O que se constata é que a permanência de alguns alunos na escola Unidade 1 continua inalterada e que os alunos que freqüentam a Estimulação Precoce, na grande maioria, passam a freqüentar as escolas especiais públicas municipais e ou estaduais, pela proximidade da escola à sua residência. Os que ficam freqüentando a Unidade 1, são pela proximidade da residência ou são alunos que apresentam um perfil diferente, daquele exigido pelas escolas públicas, tanto estaduais, como municipais.

A escola Unidade 1, também realiza uma parceria informal com a Faculdade de Educação - Curso de Pedagogia- Educação Especial-Deficiência Mental da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), abrindo espaço para que os acadêmicos do Curso de Educação Especial possam realizar observações pontuais, para conhecimento da realidade onde irão atuar.

A escola também oferece vagas para o estágio curricular do curso em formação. Oportunizar a docência do estagiário na escola foi um trabalho lento, de construção e argumentos técnicos da coordenadora pedagógica e da diretora, para que os pais do Conselho de Pais compreendessem a importância do estagiário para toda a Escola. Entendeu-se que a presença do estagiário na escola é também a presença da universidade, através de suas inovações acadêmicas, influenciando demais os professores.

Ainda em 1993 foi aprovado o terceiro Regimento Escolar. Este, deveria ser o retrato de todas as atividades realizadas na escola, complementado pelo 'plano global', elaborado por toda comunidade escolar, para solucionar os casos omissos da dinâmica escolar.

À medida que a escola crescia, também apareciam outras demandas, exigindo novos serviços. Pelo que se constata nas atas das reuniões, há momentos em que alguns professores questionam a presença dos alunos em sala de aula, que ficando, os mesmos a maioria do tempo alheia às atividades propostas na escola. Após várias discussões e através do estudo de caso de cada aluno, por todos os profissionais da escola, considera-se que estes são alunos, além da deficiência mental, apresentam condutas típicas associadas. A frustração do professor

em não poder atender a necessidade do aluno, trazia certo desconforto na realização do trabalho diário. Buscam-se consultorias externas, muitas reuniões e estudos, para elaborar uma proposta para que os alunos possam ser beneficiados com atividades no ambiente escolar. Como resultado destes estudos, a direção da escola apresenta para o Conselho de Pais, um projeto que se chamou 'Programa Pedagógico Clínico'. O programa visava o atendimento de educandos com Deficiência Mental, associada a questões psíquicas, numa perspectiva educacional, priorizando as suas necessidades especiais.

O referencial teórico psicopedagógico do programa, propõe uma prática inspirada nos princípios da psicanálise, de forma interdisciplinar, com a participação da pedagoga especial e terapeuta educacional. As duas educadoras atuam na turma diariamente, realizando a interface com profissionais que ministram atividades de musicoterapia, educação física (duas vezes por semana) e atendimento de psicologia individualmente (duas vezes por semana). Este programa necessita da participação dos familiares, devido à fragilidade da condição do aluno.

No ano de 1996, concluem-se os pavilhões de alvenaria, para serviços administrativos, salas de aula, salas para atendimento especializado e a criação do projeto 'Fábrica de Chocolate Excepcional', uma oficina de produção financiada, no início, pela Fundação Maurício Sirotski Sobrinho e mantida, até hoje, pela escola. No mesmo ano o Conselho de Pais, aceita o pedido de demissão da diretora da escola, para atender interesses particulares.

9.3 MOVIMENTO APAEANO E A UNIDADE ESCOLAR

A partir de 1996, agrega-se ao grupo de profissionais, pais e alunos, a nova direção que acompanha os projetos solicitados ao Fundo Nacionais de Desenvolvimento da Educação, junto ao MEC. Toma conhecimento das mudanças do movimento apaeano, através da Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul e, juntamente com a coordenação pedagógica da escola, inicia um estudo para que profissionais da escola, pais e familiares, compreendam a entidade a qual prestam e recebem serviço, respectivamente, e sua importância no contexto social.

Apresentados aos profissionais os conceitos e referenciais do movimento apaeano, realizam-se discussões, nas reuniões pedagógicas, sobre a LDB, com detalhamento, no capítulo da Educação Especial. Este estudo é realizado com o objetivo de provocar o grupo,

para refletir se os serviços prestados pela Unidade estavam correspondendo aos princípios do movimento Apaeano e aos aspectos legais da educação, aprovados recentemente.

Em relação aos princípios apaeanos e a responsabilidade da escola em executar suas ações, baseada nos referenciais da entidade nacional, segundo registro em atas de reuniões, precisaria ainda de tempo, para que o grupo de profissionais absorvesse a mudança.

Isso ocorreu, porque durante 30 anos, a escola Unidade 1 funcionou de forma autônoma em relação à mantenedora APAE, desconhecendo as ações do movimento apaeano nacional. Nesse sentido, tem-se clareza que o Movimento Apaeano Nacional, como entidade organizadora das APAEs, não exigiu a participação de suas filiadas. Com a edição da LDB em 1996, e os aspectos legais, instituídos em relação à educação especial, gerou inicialmente, certo desconforto aos pais da escola, pelo fato da LDB apresentar a educação inclusiva. Essa situação, aos poucos foi sendo entendida, a partir do conhecimento dos documentos elaborados pela secretaria especial do MEC.

Na ocasião, a secretaria de educação especial do MEC, juntamente com o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino), disponibiliza recursos para ampliação, reforma das escolas e aquisição de material didático, através da elaboração de projetos, que deveriam ser encaminhados ao Ministério da Educação.

A escola Unidade 1 é selecionada para a execução do projeto, modernizando suas instalações e criando outros serviços, como: oficina ludo-informática (confecção do jornal da escola pelos alunos); oficina de cerâmica; construção da ludoteca (com materiais específicos para sala) construção do auditório (sendo um espaço para o ensaio e apresentação do teatro dos alunos), instalação da piscina térmica - planejando o serviço de hidroterapia (necessidades dos alunos, indicada pelo grupo de professores).

9.4 IMPLANTAÇÃO APAE EDUCADORA

No ano 2000, inaugura-se novo espaço para a 'Fábrica de Chocolate Excepcional' é construída- uma sala ampla para o clube de mães. Com as mudanças, cada psicólogo (quatro) recebe uma sala própria para o atendimento individual com familiares e alguns alunos. No decorrer desse ano, formou-se uma comissão de estudo, constituída voluntariamente por profissionais de diversas áreas do conhecimento da escola (fora do horário de trabalho), para

estudar e multiplicar, em reuniões pedagógicas, as propostas contidas na APAE Educadora e a evolução histórica do Movimento Apaeano, contidos nos documentos do Projeto Águia.

Para ouvir outras experiências sobre a APAE Educadora, foram convidadas outras APAEs, que estavam em processo mais adiantado de implantação, para relatar a experiência. Esses relatos serviram de esclarecimento e estímulo para o grupo de profissionais continuar o trabalho iniciado na escola e dirimir dúvidas na comunidade escolar. O grupo de profissionais que realiza o estudo da APAE Educadora coordena seminários internos, para discutir a proposta com todos os profissionais e como adequá-la à realidade da escola.

Esses profissionais estabelecem atividades e se dividem para realizar as entrevistas com todos os segmentos da escola, a fim de organizar o diagnóstico. Sistematizado o diagnóstico, pela coordenação pedagógica, e apresentada aos profissionais da escola, cada profissional e com sua área de atuação, tendo como referência o 'Manual de Conceitos, documento da APAE Educadora' e a proposta do Projeto Político Pedagógico, escreve seu papel na escola, de acordo com o contexto apresentado.

No final do ano de 2001, o conselho de classe final, foi a oportunidade para reorganizar os alunos por idade, respeitando os grupos a que pertenciam, por exemplo, alfabetização, oficinas, procurando atender os interesses e habilidades de cada um. Os professores como educadores especiais trabalhando cotidianamente com as diferenças individuais e realizado estudos sobre a proposta da APAE Educadora, foi muito difícil reconhecerem a importância da mudança, como um processo natural, ou seja, 'enturmar' os alunos por idade. Ao mesmo tempo em que haviam formulado a proposta do Projeto Político Pedagógico e, a partir do diagnóstico, organizar o referencial teórico pedagógico a ser trabalhado na escola, ainda apresentavam dificuldades para compreender a mudança.

A nova turma consistia em organizar numa mesma sala, alunos que estariam iniciando o processo de alfabetização e outros já em processo silábico, numa modalidade EJA (Ensino de Jovens e Adultos), com metodologia diferenciada daquela que até então vinha se efetivando. Trabalhar com os diferentes processos de apropriação do conhecimento pelos diversos alunos, de forma coletiva, em um mesmo ambiente, ainda é um desafio para o educador especial, mesmo tendo no máximo oito alunos por turma. Para o educador, é mais fácil propor atividades individuais, pois o fato da escola apresentar especialistas de outras áreas do conhecimento e este trabalho se efetivar de forma individual com o aluno, a compreensão do coletivo no processo de aprendizagem do aluno foi uma questão que teve de ser permanentemente construída com todos os profissionais da escola.

Em março de 2002 é apresentada a sistematização do Projeto Político-Pedagógico da escola e a proposta de mudança no Regimento Escolar, considerando a proposta da APAE Educadora e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ainda neste ano, a escola instala, através de Projeto do MEC, o laboratório de informática, oportunizando aos alunos o acesso a essa ferramenta, através do programa PROINESP (Programa de Informática contemplando às escolas especiais, com laboratório de informática e capacitação do professor, promovidas pelo MEC).

9.5 MUDANÇA DE DIRETORIA NA APAE PORTO ALEGRE

Com a mudança do estatuto do Movimento Apaeano, passando a ser padrão para todas as unidades do Brasil, o então presidente da APAE não pode ser reeleito. Surge então uma chapa única, encabeçada por um amigo e composta por alguns pais. A nova Diretoria da APAE assume maio de 2002 criando um regimento interno, onde explicita o funcionamento da APAE Porto Alegre. Neste regimento, a mantenedora retoma o comando da administração das escolas, por considerar o conselho de pais de cada unidade, não estatutário e, também, por estes, já estarem presentes no conselho de administração da APAE.

As mudanças iniciam por esta unidade. É nomeado um diretor administrativo, para atuar junto à direção pedagógica, que até então realizava esta atividade junto com o Conselho de Pais. Os profissionais são transferidos de uma unidade para outra, sempre com o consentimento da diretoria, mas desconhecimento dos profissionais. À medida em que os profissionais solicitavam explicação sobre as mudanças sem prévio conhecimento, o que causava transtorno no bom andamento da escola, recebiam a carta de demissão. Isso aconteceu com a direção da Escola e mais 14 profissionais, no período de um ano, dos 35 profissionais existentes, na unidade.

A escolha dos profissionais passou a ser feita por indicação do presidente e sua diretoria, sem a realização de seleção e conhecimento da escola. A nova direção escolhida trabalhou segundo as orientações da diretoria da APAE. Lendo as atas das reuniões do presidente com os profissionais e pais, o argumento da mudança tinha como suporte, os princípios da APAE Educadora.

À medida que assumem novos profissionais na escola, a grande maioria recém formada, sem experiência de regência de classe, percebe-se, cada vez mais, um

distanciamento da proposta, que se iniciara em 2001. As reuniões pedagógicas são esparsas ou os registros não foram realizados, conforme o que foi planejado no calendário escolar. Nos encontros com grupos de profissionais, constatam-se assuntos de caráter administrativo, sempre com a presença do presidente da APAE, dirigindo a reunião, acompanhado de dois membros da diretoria. A maioria dos assuntos constava do relato das ações, que o presidente vinha realizando na APAE e a dificuldade financeira que a entidade estava passando.

9.6 A INTERVENÇÃO PELA FENAPAE.

Em 2005 o volume de problemas da APAE de Porto Alegre foi aumentando e, as propostas da APAE Educadora, ainda tênues, implantadas em 2000, vão sendo derrubadas como as peças de um jogo de dominó. Dentre as várias notícias da APAE de Porto Alegre nos jornais, com depoimentos de pais e profissionais, os professores da Unidade 01 entram em greve por falta de pagamento de salários.

No momento em que os pais percebem que seus filhos estavam ficando em casa, começa uma mobilização muito frágil por parte desse segmento, em busca de uma forma legal para averiguar os fatos que estavam acontecendo no interior da entidade. A partir da mobilização dos profissionais, pelo não pagamento de salários, o não cumprimento do pagamento de contribuições sociais e, por solicitação de alguns pais, a Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul, representando a Federação Nacional, realiza uma auditoria externa na APAE. Em outubro de 2005, a diretoria da APAE de Porto Alegre se demite, e a FENAPAE nomeia um interventor, por dois anos, para averiguar os problemas financeiros e de gestão, e dar continuidade à prestação de serviço nas unidades escolares.

O interventor contrata uma consultoria externa, para avaliar a estrutura e o funcionamento da escola, tendo como base os princípios do movimento apaeano, quanto a qualidade e prestação do serviço. Nestes dois anos de intervenção, a unidade passou por várias mudanças, sendo que no ano de 2007, foi retomada e estudo do Projeto Político Pedagógico, através de palestras, seminário sobre a APAE Educadora. Muitos profissionais participaram do Congresso Estadual da APAE em Osório e de eventos sobre educação especial, promovido pela Escola Estadual de Educação Especial Cristo Redentor.

10 METODOLOGIA DA PESQUISA

10.1 OBJETO DA PESQUISA E SEUS ATORES.

O objeto da pesquisa é uma escola denominada Unidade1 (nome fictício), da APAE de Porto Alegre – RS, cuja prestação de serviços ocorre em todas as áreas de atuação, como saúde, assistência social, trabalho esporte, cultura lazer, e educação. A escola, também oferece projetos especiais, para atender à demanda da Pessoa com Deficiência Mental que frequenta a escola.

A escolha dessa unidade escolar para pesquisa, ocorreu por ter sido implantada a Proposta da ‘APAE Educadora: A Escola que buscamos’, no ano de 2001, quando da alteração do regimento escolar de acordo com a lei 9394/96.

O primeiro contato para a realização da pesquisa aconteceu informalmente, com o Presidente da APAE e a diretora da escola Unidade 1, explicando a proposta de trabalho para a efetivação da pesquisa. Nesse encontro, o presidente solicitou uma carta da Universidade, apresentando a aluna e os objetivos da pesquisa, para levar ao conhecimento da diretoria da APAE. Autorizada a pesquisa pela diretoria, o presidente enviou um ofício à diretora da escola sobre a autorização e solicitou-lhe que comunicasse, em reunião geral com os profissionais da unidade, a realização da pesquisa e a proposta do trabalho.

Feitas as primeiras tratativas, se retorna à escola para combinar com a diretora os procedimentos a serem tomados, a partir da autorização: escolha dos participantes, agendamento das entrevistas, consulta aos alunos e famílias interessadas em participar da pesquisa, reunião com os participantes e assinatura do Termo de Consentimento da Pesquisa.

Os participantes do estudo foram: uma pessoa que compõe a diretoria da APAE, um profissional da equipe diretiva da Escola Unidade 1, dois profissionais da área especializada (Assistente Social, Psicólogo), duas professoras que atuam na Educação de Jovens e Adultos, dois alunos e pais dos respectivos alunos.

A pessoa da diretoria que participou da entrevista é aposentado, está no movimento apaeano há mais de 20 anos, tendo acompanhado as mudanças do movimento nos últimos 10 anos. Seu filho estuda na escola Unidade 1, da APAE. As educadoras que participaram da investigação são pedagogas especiais, com habilitação em Deficiência Mental, uma com 14 anos de profissão, atuando na mesma escola e realizando um trabalho psicopedagógico

individual, de forma autônoma, no turno inverso da escola, em consultório particular. A outra docente com três anos de formada, atua na escola há dois anos. É a primeira vez que coordena um trabalho pedagógico de alfabetização, pois anteriormente trabalhava em oficina profissionalizante. No turno inverso da escola, trabalha numa instituição universitária, atuando como apoio aos universitários com deficiência que apresentam outras especificidades.

Os dois alunos, um com 25 anos e, destes, 19 anos na escola, e outro, com 19 anos freqüenta a escola há dois anos. Este último, é proveniente de uma classe especial da escola estadual comum. Ambos freqüentam a Educação de Jovens e Adultos, sendo o primeiro enturmado no EJA2, onde se encontram alunos dos 21 aos 30 anos. o aluno de 19 anos freqüenta a turma EJA1, composta de alunos a partir dos 15 até 20 anos.

Também constam como participantes da pesquisa, o pai do adolescente de 19 anos, que atua em serviço de segurança pública e a mãe do rapaz de 25 anos, dona de casa.

10.2 TIPO DE PESQUISA

A escolha do Estudo de Caso para a realização desta pesquisa é porque se desenvolve numa situação natural e o trabalho em uma escola da APAE é rico em dados descritivos, dando suporte ao investigador na realização das análises. No estudo de caso, o planejamento é flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada, sem haver a preocupação da generalização da pesquisa.

Nesse caso, cuja investigação é realizada em uma escola da APAE, se forem consideradas o total de APAEs no Brasil, atualmente 2015, e todos os aspectos sócio-culturais que as diferenciam, justifica-se ainda mais o estudo de caso, sem generalizações, como já foi citado Geralmente, a pesquisa cujo foco é a educação, o estudo de caso é o processo de pesquisa mais utilizado, pela singularidade que ocorre nos fenômenos educacionais. O caso é sempre bem delimitado, porque o interesse incide naquilo que é único, particular, mesmo que mais tarde possa servir, por semelhanças, a outras situações.

É de extrema importância no estudo de caso, o limite do tema sendo claramente definido, pois no desenrolar do estudo, à medida que a investigação vai acontecendo, surgem questões que despertam a curiosidade do investigador, principalmente em uma escola especial, freqüentada por alunos com Deficiência Mental que, pela sua condição singular, fica muito difícil ser indiferente às situações que se apresentam. Nesse aspecto, o estudo de caso

exige uma postura limitante e também autodisciplina de quem está desenvolvendo o trabalho, ao realizar o planejamento. Feito o planejamento é identificado o problema.

Como se desenvolve a prática educativa da APAE Educadora em uma Unidade Escolar da APAE de Porto Alegre?

Após a pergunta identificada, inicia-se a fase de estabelecimento de critérios para a coleta de dados.

10.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Delimitado o problema e elencadas as questões que norteiam a investigação, foi iniciada a coleta sistemática de informações, através do levantamento bibliográfico para a revisão bibliográfica e fundamentação teórica. A segunda etapa foi a elaboração de um documento chamado 'Dados Institucionais', que contempla informações sobre a mantenedora (APAE Porto Alegre) e as três escolas que compõe a APAE Porto Alegre.

Para as entrevistas foi elaborado um questionário semi-estruturado, de acordo com o segmento entrevistado. As entrevistas foram realizadas com as dez pessoas selecionadas e após, foram investigados documentos institucionais: revistas publicadas pela Federação Nacional, relatórios da mantenedora, livros de atas de reuniões do Conselho de Pais e outros registros da escola Unidade 1.

Destes documentos extraiu-se a memória da escola nos seguintes ângulos: relação do conselho de pais da Unidade Escolar, Diretoria da APAE e do Movimento Apaeano; decisões tomadas pelo conselho de pais juntamente com a Diretora da Escola, nos aspectos financeiros, de recursos humanos, de materiais, pedagógicos e de saúde da escola.

As atas de reuniões do final de cada ano letivo, com todos os pais da escola, constavam do relatório das atividades executadas durante o ano. O detalhamento das ações educativas realizadas na escola, a partir 1987, está expresso nos livros de atas das reuniões gerais, que aconteciam quinzenalmente com todos profissionais da unidade escolar, nos 'planos global e, no projeto político pedagógico.

10.4 EXECUÇÃO DA PESQUISA.

Os registros das informações coletadas, na escola, e análise das entrevistas são fases que não se completam numa seqüência linear, mas se cruzam em vários momentos, sugerindo apenas um movimento constante no confronto teoria-empíria (conjunto de dados e acontecimentos conhecidos através da experiência). O estudo de caso como pesquisa qualitativa, visa sempre 'a descoberta do fenômeno'. Mesmo que a investigação parta de alguns pressupostos teóricos já existentes, ele procura sempre novos elementos que podem ser acrescentados, à medida que o estudo avança.

No desenvolvimento desse caso, mesmo todos os entrevistados sendo fazerem parte da entidade APAE, os papéis que exercem são diferentes, na relação com o aluno. Isso ocorre tanto do ponto de vista contextual, como institucional. Reconhece-se, no entanto, um aspecto muito relevante, que é a compreensão que todos os entrevistados demonstraram na concepção da instituição. Esse aspecto surgiu no desenrolar da pesquisa.

É importante destacar que, na escolha dos participantes, o critério foi envolver profissionais das diferentes áreas do apoio técnico da Unidade 1, com o objetivo de compreender os diferentes olhares desses profissionais em relação às Pessoas com Deficiência Mental. A indicação dos entrevistados foi sugestão dos dirigentes da entidade, desde que estes demonstrassem desejo em participar do trabalho. A entrevista semi-estruturada foi igual para todos os entrevistados e para os alunos as perguntas foram expressas de forma mais coloquial. As entrevistas foram registradas em um gravador digital e transcritas posteriormente.

Para a identificação dos entrevistados foram utilizados códigos, conforme sua atuação na Instituição: A letra 'F', para familiares do aluno, as letras 'EE', educadores especiais regentes de classe, a letra 'P' para profissionais do apoio técnico-pedagógico, e a letra 'D', para os gestores da escola e diretoria da APAE, da seguinte forma:

- a) DA: membro da gestão diretoria da APAE;
- b) DE: diretora da escola;
- c) EE1: educador especial regente EJA 1;
- d) EE2: educador especial EJA2;
- e) A1: aluno EJA1;
- f) A2: aluno EJA2;
- g) FA1: família do aluno do EJA1;
- h) FA2: família do aluno do EJA2;

- i) PP: psicólogo;
- j) PA: assistente social.

As respostas das questões formuladas na entrevista foram trabalhadas pela técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e adaptações de Engers (1994), que constam dos seguintes procedimentos:

Após a transcrição de todas as entrevistas, foi efetuada uma exaustiva leitura de cada texto transcrito, lendo e relendo várias vezes, para compreender o significado das falas dos entrevistados, procurando interagir com as respostas das perguntas, a fim de compreender as suas manifestações. Em um segundo momento, cada entrevista foi tomada individualmente, examinando cada questão, através de uma leitura minuciosa, destacando os aspectos importantes da fala e analisando o que há por trás do discurso.

Após essa fase, foi apreciada cada questão da entrevista, considerando todos os entrevistados. Por fim, foram agrupadas todas as manifestações relevantes das entrevistas. Também foi realizada uma análise documental no material da escola, para identificar informações que pudessem complementar elementos de interesse para a pesquisa, como o contexto histórico e os fatos ocorridos nesse processo, a leitura da proposta pedagógica da escola, leitura de atas de reuniões, para verificar elementos do discurso e da prática educativa atualmente.

Na análise, para elaboração da síntese, pesquisou-se nos documentos e nas entrevistas, semelhanças e/ou diferenças que viessem clarificar as categorias sobre as concepções da Pessoa com Deficiência Mental, por todos os segmentos da unidade escolar (Diretoria da APAE, profissionais da escola, alunos, familiares) assim como analisar também as ações pedagógicas da escola em relação à proposta da APAE EDUCADORA.

Os dados coletados e a definição das categorias foram analisados a partir da evolução das Concepções Filosóficas que dão suporte ao trabalho das APAEs ao longo de sua existência, levando-se em consideração que a Proposta da APAE EDUCADORA está construída na concepção Inclusiva /Transformadora.

- a) Concepção da Pessoa Deficiente Mental;
- b) Concepção da entidade APAE;
- c) Prática escolar, envolvendo subcategorias: Papel da escola, Gestão da APAE e Unidade Escolar 1, Ensino e aprendizagem e Avaliação.

11 ANÁLISE DOS DADOS

11.1 CONCEPÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Os capítulos anteriores versaram sobre a evolução e o processo sócio histórico cultural do ocidente em relação à Pessoa Deficiente. A incompreensão social, seus mitos, as verdades, o bem o mal, são valores que a história atribuiu à Pessoa Deficiente Mental. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra Concepção, vem do latim, *conceptione* e, entre outras sinônimas, diz: “É o ato de formar idéia, especialmente abstrações”. É com a intenção de saber a idéia, as abstrações, a imaginação, o simbólico, que apresentam as pessoas que atuam em uma unidade da APAE, em relação à Pessoa Deficiente Mental, que esta pesquisa está posta.

A concepção que a diretoria da APAE, o Diretor da Unidade 1, que os educadores, Os profissionais do apoio-pedagógico, os familiares e os aluno, têm da Pessoa com Deficiência Mental, irá determinar todo o processo da prestação de serviço da unidade refletindo na própria vida da Pessoa com Deficiência Mental. Essa concepção, não é um conjunto monolítico de percepções claras nas ações do cotidiano, pois muitas vezes se apresenta de forma inconsciente e mesmo inconsciente, determina as ações e decisões na organização, norteia a conduta de seus membros, equipe de apoio-técnico, direção, funcionários, pais e, sociedade. Ainda, interfere no envolvimento da unidade escolar com a sociedade, influencia na identidade da escola, estabelece e condiciona o funcionamento da instituição, indica a forma de relações profissionais da escola e familiares, como também executa políticas de recursos humanos.

A concepção em relação à Pessoa com Deficiência Mental interfere de forma tão invisível, que produz impacto sobre o estilo e diretrizes gerenciais, interfere na metodologia e na configuração do processo educativo e imprime determinadas características no relacionamento da APAE com a sociedade e poder público. O movimento Apaeano, didaticamente, organizou as três concepções filosóficas que permeiam as unidades das APAEs pelo Brasil, como já foi descrito anteriormente.

- a) segregacionista/assistencialista;
- b) integrativa/adaptadora;
- c) inclusiva/transformadora;

Mesmo sabendo das diferenças entre as unidades, o movimento apaeano adotou a concepção Inclusiva /Transformadora como parâmetro para elaborar sua missão e demais propostas, resultantes do Planejamento Estratégico. Assim, uma APAE Educadora, a proposta de Escola idealizada pelo movimento apaeano, está sustentada filosoficamente, em relação à Pessoa Deficiente Mental, nas premissas da Concepção Inclusiva/Transformadora.

Pelo que se constata nas entrevistas, embora seja uma minoria, não há homogeneidade em relação à Concepção da Pessoa com Deficiência, na Escola Unidade 1 pesquisada.

11.1.1 Inclusiva /Transformadora

PP [...] Ela têm um aspecto na sua capacidade que é variável, mas enquanto pessoa ela é uma pessoa como qualquer outra.

EE1 [...] Eu vejo, que eles têm uma limitação, uma coisa orgânica que os limita em algumas coisas, mas em outras, não apresentam nenhuma dificuldade.

EE2 [...] A minha percepção é que ela é uma pessoa com potencial e capacidade de aprendizagem, tudo dentro do seu tempo, mas ela tem potencial.

DE [...] É uma pessoa, que tem alguns limites e também não podemos negá-lo. Entretanto são pessoas que têm como construir, trabalhando suas potencialidades.

PA [...] É uma pessoa com déficit cognitivo, tem um potencial muito grande, déficit cognitivo não acontece somente para as pessoas que têm problemas neurológicos, esse déficit, pode acontecer em crianças, jovens e adultos, cujas famílias não estimulem não convivam, não dêem atenção. [...] também entra a questão sócio-econômica-- cultural.

As manifestações feitas pelos entrevistados denotam uma visão ampla da Pessoa com Deficiência Mental, onde a clareza primeira é a de que é uma pessoa, um ser humano. Na segunda premissa, destaca-se a capacidade, da Pessoa com Deficiência Mental, 'variável'; 'tem potencialidades'; 'tem muitas condições'. A concepção Inclusiva /Transformadora do movimento apaeano diz:

O portador de Deficiência é um ser humano dotado de sentimentos, emoções e elaborações mentais, Sua Deficiência deve ser encarada, como uma de suas múltiplas características e não como a única configuração possível de sua individualidade. [...] há graus diferentes de possibilidades em cada pessoa portadora de deficiência. (FENAPAE, Manual de Conceitos, p.14,97/98).

11.1.2 Integrativa/Adaptadora

DA [...] A gente que convive há vários e vários anos, percebe e acredita que a pessoa com Deficiência Mental, tem muitas condições após a participação na escola, alguns precisam de acompanhamento de fisio, fono, desde que nascem, e isso tem na escola. A Pessoa com Deficiência Mental requer muita atenção familiar e educacional.

FA1[...] Tem as limitações é claro, mas é incluído em tudo dentro da minha casa, nos passeios, na família, na sociedade, com amigos. Na verdade isso depende de cada pessoa. Hoje acho que está mais fácil para as famílias entenderem.

Nestas falas, os entrevistados são familiares de Pessoa com Deficiência Mental, sendo a primeiro da diretoria da APAE e acompanha o movimento apaeano, mais de perto, há mais de dez anos e, a segunda pessoa, é mãe, de um aluno, dona de casa. A ênfase dada nessas manifestações, em relação à Pessoa com Deficiência, está na deficiência (patologia) e a condição da pessoa depende da APAE (tratamento) e da família. A concepção integrativa/adaptadora diz:

O portador de Deficiência possui características diferenciadas do resto da população, portanto sua configuração e sua psicologia devem merecer tratamento especializado. [...] a sociedade pode e deve ajudá-los como ato de solidariedade; [...] a existência de um portador de deficiência numa dada família, deve ser encarada como uma circunstância adversa como qualquer outra. (FENAPAE, Manual de conceitos, p.13 97/98).

Pelo fato desses entrevistados terem seus filhos adultos, ainda percebe-se, no discurso familiar, todo o contexto vivido, quando do nascimento e primeiros anos de vida do filho. Essa fala traz, um otimismo, quando comparam a sociedade de 20 anos atrás e a sociedade de hoje em relação à Pessoa com Deficiência Mental.

11.1.3 Concepção Segregacionista-Assistencialista

FA2[...] São pessoas com lesões e com problemas mentais, como sou espírita, são pessoas que têm que fazer uma caminhada, são pessoas que caíram na família certa. Em algumas coisas, sentem como outra pessoas. [...] o sexo por exemplo. Ele é garoto de 19 anos, tem necessidade de sexo. [...] já contratei uma mulher pra ele, ele fica mais calmo.

Nesta concepção, a ênfase da percepção em relação à Pessoa com Deficiência Mental é a proteção. O que chama a atenção nessa fala, é o conteúdo religioso, considerando um

desígnio divino o fato de ter um filho com Deficiência Mental. Para a aceitação da situação e a convivência com o filho, o pai afirma: 'caiu na família certa'. Quanto aos aspectos da sexualidade do filho, foi destacado pelo pai, no momento da entrevista, que procurava aprofundar sua concepção de Pessoa Deficiente Mental.

Essa fala situa-se na Concepção segregacionista-assistencialista, conforme o Manual de conceitos.

O portador de deficiência é uma pessoa comprometida nos diferentes núcleos de sua individualidade. O próprio processo de sua aceitação/rejeição, o estigma social decorrente de sua deficiência, a dificuldade de acesso precoce ao diagnóstico e tratamento são situações agravadoras da sua problemática; [...] o portador de deficiência mental não tem controle sobre seus instintos e desejos. A responsabilidade sobre estes controle é da APAE e da família que devem protegê-lo de si mesmo. (FENAPAE, 1998, p.11).

Na entrevista com o pai, nota-se grande preocupação em relação ao seu filho, pois matriculou-lhe numa escola regular (classe especial), por acreditar que seria mais fácil sua integração com os 'normais' e assim incluí-lo na sociedade. Na fala do pai, se percebe o desejo em proteger o jovem, constantemente. Por exemplo: leva o adolescente em seu ambiente de trabalho, deixa sair somente com o primo, que mora junto em casa, a mãe leva junto ao trabalho (vendedora) e o jovem fica aguardando no carro. O mais interessante é quando na entrevista com o jovem, quando perguntado sobre seu sonho no futuro e ele diz: 'quero ter uma namorada, andar de mãos dadas no shopping, dançar. Não quero mais ter prostituta'.

O documento do Manual de Conceitos (1998, p.11) que discorre sobre as três concepções, apresenta no título 'concepções presentes no movimento apaeano'. Na Unidade 1, da APAE Porto Alegre, todos os profissionais que atuam na escola se expressam numa concepção inclusiva transformadora a diretoria da APAE, pela fala de seu representante e a mãe do jovem do EJA2, situam-se numa concepção integrativa/adaptadora, (seus filhos estão na escola da APAE há mais 15 anos). O pai do jovem que freqüentava classe especial de uma escola estadual, do ensino comum, está mais próximo da concepção segregacionista-assistencialista.

11.2 CONCEPÇÃO DA APAE.

No capítulo que fala da APAE Porto Alegre, seu contexto histórico, também é descrita a prestação de serviço executada pelas três unidades, número de funcionários e número de

alunos. A APAE Porto Alegre, é a provedora de recursos financeiros, materiais e de pessoal das três unidades escolares, com também responsável pela gestão. Como a concepção filosófica que influencia objetivamente ou imperceptivelmente suas ações, os entrevistados assim se posicionaram, quando perguntados como percebiam o papel da APAE, em sua área de atuação na instituição.

DE [...] Acredito ser a Instituição APAE, uma instituição mediadora, é uma instituição que a pessoa com deficiência vai passar por ela, conseguir se estruturar e ser encaminhado para o ensino comum ou para o mercado de trabalho.

PA [...] Existência da APAE. É as pessoas poderem conhecer que não é um lugar assistencialista, onde as pessoas devem sentir pena. A APAE é um local de trabalho, de desenvolvimento da Pessoa com Deficiência, para enfrentar a vida.

PP [...] Entretanto aqui a instituição se caracteriza como uma escola e sempre isso repercute na forma da gente trabalhar, mesmo sendo da área especializada.

FA1 [...] A APAE foi fundamental na minha vida. Me encaminhou em tudo na minha vida, na parte de psicólogo, foi fundamental, foi onde encontrei tudo, tanto para mim como para meu filho.

FA2 [...] Desenvolver, preparar e contribuir para o desenvolvimento intelectual e social do meu filho e ajudar a família a compreender esse problema.

A1 [...] A APAE é a escola que estudo...

EE1[...] É uma entidade que une aqui, profissionais capacitados, com competência comprovada em cursos habilitados e profissionais de diversas áreas, para que as pessoas que aqui freqüentam, possam ser bem atendidos. O grande lance da APAE é esse, conseguir reunir diversos profissionais num mesmo local.

EE2 [...] Os alunos pequenos aqui chegavam com grande dificuldade em tudo, aqui se desenvolveram e estão bem independentes vivendo na sociedade. Essa é a função da APAE ela é uma escola. Hoje ela tem essa função de educar, ensinar, ajudar a família entender o seu filho (a). Eu acho que agora com outra visão, muito melhor, porque antes era muito assistencialista.

Para os entrevistados, a entidade APAE é a escola no sentido amplo, de formação e do desenvolvimento do indivíduo, mediadora no processo de inclusão; prepara para o desenvolvimento intelectual, é constituída de profissionais com competência comprovada na área da Deficiência Mental e é apoio para os familiares. Organizada como escola, os profissionais de outras áreas especializadas, atuam como apoio técnico pedagógico.

Quanto à concepção, o que permeia as falas da APAE Porto Alegre, se assenta na Concepção Inclusiva /Transformadora, sendo o papel da APAE

Possibilitar o desenvolvimento do potencial do Portador de Deficiência, melhorando sua qualidade de vida; propiciar condições para que sua individualidade se manifeste e possa ser adequadamente administrada. Oferecer diferentes possibilidades técnicas

e instrumentais, para melhor preparar o Portador de Deficiência Mental, para a vida em sociedade. (FENAPAEs, Manual de Conceitos, 1998 p.14)

Identificando a APAE, como entidade mantenedora, duas falas importantes:

DA [...] a APAE foi criada para atender Deficientes Mentais eu vejo a APAE, cumprindo seu papel de promover a Socialização da Pessoa Deficiente Mental, integrar na sociedade, manter a escola para alfabetizá-los, dar condições às pessoas para que possam exercer um trabalho. Em resumo, integrar, socializar para que as pessoas da sociedade os conheçam, para não discriminá-los.

A2 [...] A APAE é quem manda aqui. Protege e coloca regras. Chama atenção dos alunos.

A primeira manifestação está localizada na Concepção Inclusiva/ transformadora, conforme consta no texto do Manual de conceitos: “O papel da APAE é de sensibilizar a sociedade para a causa do portador de deficiência, reduzindo seus preconceitos, ampliando sua consciência, quanto ao seu papel e posicionamento”.

Quanto à segunda entrevista, o papel da APAE está mais próximo de uma Concepção Integrativa/adaptadora, pela atitude descrita, mostrando um sistema de gestão centralizada. Às vezes as relações podem estabelecer uma forma mais democrática para os pais e funcionários, mas para o aluno continua uma forma de atuação mais centralizadora. Nesse aspecto, cabe uma reflexão, porque quando se pressupõe a inserção da Pessoa com Deficiência Mental no mundo do trabalho, estão sendo contempladas sua autonomia, auto-gestão de sua vida, a formação e prática dessas habilidades. Esses também devem ser os objetivos a serem perseguidos pela escola, como entidade de formação educativa.

A partir da leitura do diagnóstico do Projeto Político Pedagógico (2001), quando foi implantada na Escola A APAE EDUCADORA, se percebe um avanço da Unidade 1, em relação à concepção da Pessoa Deficiente Mental e a relação com a mantenedora. A escola desejada é aquela que pode cumprir um papel social, na comunidade, dando-se conta que a 'deficiência' existe na sociedade, mas não é exclusividade da APAE, das famílias e da Pessoa com Deficiência, a responsabilidade é todos. Nesse contexto, a escola deve 'fazer uma ressignificação nos valores e atitudes', que permeiam suas relações, criando um ambiente menos restritivo possível, oportunizando às Pessoas com Deficiência Mental um processo dinâmico de participação em todos os níveis sociais.

Para isso, mesmo tendo consciência da sua função temporária na vida do aluno, reconhece que por vontade da família 'o aluno permanece na escola '. Quando isso acontece, a unidade escolar deve propor outros projetos especiais, contribuindo para uma melhor

qualidade de vida, no aspecto social, cultural de recreação e lazer, a fim de contribuir para a inserção da Pessoa com Deficiência na sociedade.

Em relação à mantenedora, um dos aspectos levantados em 2001, foi o redimensionamento do papel da escola e da APAE no Contexto da APAE Educadora, havendo necessidade de serem estabelecidas, diálogos e estudos dos documentos publicados pelo Movimento Apaeano, para que todos os protagonistas responsáveis pela Gestão, tanto administrativa como pedagógica, tomem conhecimento dos mesmos, para construir uma nova escola, numa perspectiva inclusiva. A construção dessa nova escola está constituída de princípios norteadores, o que lhes proporcionará a base para enfrentar o desafio da proposta que se venha adotar na escola. Estes princípios estão alocados, de forma intencional, no Projeto Político da Escola.

A partir do Planejamento, tem a prática, a realidade do dia-dia, a execução do planejamento. Na prática escolar aparecem inúmeras subcategorias, onde cada uma daria um tema para investigação, porém nessa pesquisa as que se apresentam são aquelas que têm uma relação com a Concepção Inclusiva Transformadora na configuração do esforço educativo, relacionando com a APAE Educadora e o Projeto Político Pedagógico da Unidade 1.

11.3 PRÁTICA EDUCATIVA

11.3.1 Papel da Escola

A importância da escola na APAE de Porto Alegre é desde sua fundação. Esta unidade, desde sua criação é regularizada pelo Sistema Estadual de Ensino, apresentando em sua história a elaboração e reestruturação de quatro regimentos escolares, o último autorizado em 2001, sempre com o objetivo de acompanhar as inovações e mudanças sociais e legais, pertinentes à escola especial. Os entrevistados assim se posicionaram em relação ao papel que essa escola em que atuam, representa na sociedade.

DE [...] O Objetivo é desenvolver os conteúdos curriculares de acordo com as necessidades e interesses dos alunos de acordo com Projeto Político Pedagógico, sempre visando o encaminhamento ao ensino comum, sempre visando à inclusão.

PP [...] A escola deve estar sempre pensando em oferecer um espaço de transição para o sujeito. Nesse sentido o futuro é possível, mas quando a instituição se coloca como definitiva o futuro fica inviabilizado.

PA [...] escola na APAE é poder através das turmas, que são divididas por idade cronológica, descobrir o potencial e talentos dos alunos.

EE2 [...] O papel da escola é justamente de educadora, promover esse aluno para viver na sociedade. Educar desde pequeno com estimulação, incentivando e viabilizando a aprendizagem para ingresso no ensino regular.

A1[...] Venho aprender ler e escrever para aprender as letras das músicas, conhecer outros amigos e ficar de bem com meus colegas.

FA2 [...] A escola é para desenvolver as pessoas com problemas mentais ou lesões e também os pais.

A2 [...] a gente aprende muito aqui, aprende lidar com esse problema, aprende a ver que não é só a gente.

FA1 [...] Vendo outros alunos aqui, estou muito melhor, pois sei que o problema de meu filho é menos que muitos outros daqui.

DA [...] O papel da escola é orientar as famílias, orientar os alunos, dar possibilidades de integração dos alunos na sociedade, proporcionar a formação de trabalho para aqueles que apresentam as condições para isso. Valorizar os alunos estimulando a auto-estima, para que eles sejam felizes com as suas dificuldades e possam ter inclusão social do jeito que são.

A escola da APAE, respeitando os fundamentos da proposta da APAE Educadora, é uma unidade escolar de prestação de serviços para atender Pessoas com Deficiência Mental e condutas típicas associadas à Deficiência Mental, objetivando uma escola com qualidade e ênfase no pedagógico, possibilitando terminalidade e certificação ao aluno, numa perspectiva inclusiva no decorrer da escolarização.

Nas falas dos entrevistados, há um consenso em relação ao papel da escola, esta como sendo orientadora e apoiadora da família. Os discursos aparecem procurando dar ênfase aos aspectos pedagógicos, pela própria proposta do Projeto Político-Pedagógico. As ações educativas da escola permeiam toda a comunidade escolar, não sendo privilégio apenas dos educadores e especialistas. Ao mesmo tempo em que se propõe no Projeto Político Pedagógico, uma nova estrutura em relação à organização do currículo escolar, ainda é perceptível nas falas o contexto clínico, e o atendimento individual, considerando as diferenças e interesses dos alunos. O respeito à diferença, num espaço social como é a escola, é um desafio tanto para o educador especial, que pela sua formação e contexto de trabalho, o ato pedagógico se dá de forma mais individual, como para educador da escola comum, que pelas mesmas razões sócio-culturais e históricas da escola, trabalha num contexto escolar mais homogêneo em relação ao processo ensino-aprendizagem.

O importante é que algumas medidas na unidade escolar, em relação à concretização da APAE Educadora, numa perspectiva Inclusiva/Transformadora, estão sendo retomadas como: a enturmação dos alunos por idade cronológica, nas áreas da saúde, como fonoaudiologia, fisioterapia e psicologia. Os alunos recebem atendimentos em turno inverso, caracterizando como apoio técnico-pedagógico; o calendário escolar contempla o mínimo de dias letivos e horas para a educação infantil, ensino fundamental e educação profissional. Nas reuniões pedagógicas realizadas quinzenalmente, há participação de todos os profissionais, com a perspectiva de que todas as pessoas que atuam na escola são promotoras da educação.

Pelos dados fornecidos pela escola, há seis alunos da educação infantil, que realizaram as atividades de Educação Precoce na unidade escolar e que, encaminhados, estão em creches e pré-escola da escola comum, com acompanhamento e apoio técnico pedagógico da unidade escolar da APAE.

11.3.2 Gestão

A gestão tratada, nesta subcategoria, abrangerá tanto a unidade escolar, como a Mantenedora. Entende-se gestão como um conjunto de ações educativas e administrativas da instituição (mantenedora e escola), que contemplem a prestação de serviço de qualidade, nas questões relacionadas à fixação de um plano de metas, com definição de custos e, certamente, uma identificação de recursos, além de um quadro bem definido de estratégias a serem postas em ação, essenciais para o funcionamento da unidade escolar.

Deve-se realizar intercâmbio com as escolas da rede regular da comunidade e do setor empresarial, trabalhando para viabilizar o processo de Educação Inclusiva. Para tanto, se faz necessário igualmente, um estudo dos recursos potencialmente existentes, que possam ser acionados, garantindo condições para que as propostas das unidades escolares e mantenedora sejam orientadas por princípios de qualidade educativa em seu funcionamento, e não sofra interrupções e sobressaltos, como os acontecidos na história recente da entidade. Pela própria natureza da instituição, é importantíssimo o envolvimento das famílias dos alunos no processo de gestão.

PP [...] APAE teve um momento crítico institucional, passou por dificuldades financeiras, de troca de presidência, greve de funcionários, uma série de problemas que isso sem dúvida afetou todo o trabalho escolar.

FA1 [...] Ficou uma pessoa na presidência, que não conhecia nada, sem visão nenhuma de escola, sem conhecimento nenhum, nos colocou lá embaixo, demitiu funcionários, trouxe pessoas que não conheciam nada, que não tinha nada a ver com a APAE, com a pessoa deficiente.

DE [...] Fazer a gestão na escola, buscando projetos e dando orientação pedagógica a todos, junto com a coordenadora pedagógica, tentando fazer a integração sempre do grupo. Planejar de forma participativa aquilo que a escola acredita. Têm-se aqui na escola dois programas: o escolar e o programa clínico. [...] ter momentos de diálogo com a mantenedora e conseguir realizar um trabalho tranquilo, adequado à instituição e ter um suporte da mantenedora para isso, facilitando a atuação dos profissionais da escola e qualificando o trabalho com os alunos

DA [...] O meu papel é administrar os bens os recursos, o pessoal. [...] administro dando poderes, para diretores e gerentes de cada setor. [...] tenho que ter confiança nas pessoas que me rodeiam. [...] administro acreditando nessas pessoas, o dia que eu perder a credibilidade, teremos que trocar. Eu penso assim.

PP [...] Penso que cada APAE se organiza de alguma maneira, de acordo com sua realidade realizando essa interface escolar e clínica.

EE2 [...] as nossas ações é um trabalho de grupo com colegas, tudo é conversado, discutido, a gente tem liberdade para agir, e isso aumenta a responsabilidade como educador.

PA [...] eu gosto muito de trabalhar aqui. A gente tem uma proposta política pedagógica, a gente tem as nossas atribuições. Eu acredito que a gente vai mais além, há um interesse dos profissionais que aqui trabalham a gente tenta sempre buscarem mais

[...]

Nas entrevistas, verifica-se o quanto a gestão de uma instituição influencia nas ações da unidade escolar. Após dois anos da crise enfrentada pela APAE Porto Alegre e intervenção pela Federação Nacional das APAEs, tanto profissionais, como familiares, manifestam em suas falas essa situação, a qual atingiu a todos da comunidade escolar. Isso confirma a fragilidade de uma instituição especializada, quando sua administração está embasada em princípios assistencialistas, com um tipo de trabalho individualista e sem comprometimento com a causa. A participação dos pais na gestão compreende o espaço da diretoria da APAE e os demais familiares acreditam na gestão, através da delegação da representatividade, quando da eleição e prestação de contas.

Os pronunciamentos feitos pelos entrevistados correspondem aos princípios da Concepção Inclusiva/Transformadora à proposta da APAE EDUCADORA, quando propõe um sistema gerencial em que haja:

participação dos pais; decisões colegiadas; mecanismos de integração formais e informais; pessoal cuidadosamente selecionado e adequadamente remunerado;

autonomia técnica, observados os princípios básicos; clima de trabalho favorável ao aparecimento de idéias e iniciativas de inovação. (FENAPAEs, MANUAL DE CONCEITOS, 1998, p.14).

Em relação ao Programa escolar e clínico, referido na entrevista, de acordo com a proposta Político-Pedagógica da escola é a forma de prestação do serviço. A escola é de forma coletiva (turmas de, no máximo, oito alunos), de acordo com a modalidade e níveis de ensino, e a clínica é de forma individual, em turno inverso, como apoio às questões pedagógicas, abertos também para atendimento de alunos com Deficiência Mental que frequentam outras escolas, comuns ou especiais da comunidade.

No Programa Pedagógico Específico, foi implantado um currículo funcional, onde o atendimento clínico apresenta uma interface com as ações pedagógicas, fazendo parte das ações educativas, cuja realização deve-se à fragilidade na estrutura subjetiva dos alunos, que requer uma prestação de serviço adequada às suas condições.

11.3.3 Ensino e Aprendizagem

Sem realizar teorização em relação ao ensino e aprendizagem da Pessoa com Deficiência Mental, parte-se de um preceito legal, 'todos têm direito de aprender' e a 'todos devem ser ensinados'. O ensino e a aprendizagem são as áreas mais sensíveis na educação especial, como já foi demonstrado no processo histórico da educação especial e do próprio Movimento Apaeano.

A proposta da APAE EDUCADORA, numa concepção Inclusiva/Transformadora, apresenta estratégias de organização nos diferentes níveis de ensino e modalidades, com a finalidade das escolas da APAE promoverem a educação com o objetivo da inclusão social da Pessoa com Deficiência Mental, na sociedade.

Com base nos dispositivos legais e referenciais apresentados, a educação especial se consolida e passa a ser um compromisso social a partir da organização de uma prática pedagógica, perpassando pelos diferentes níveis de escolarização e evidenciando que esta não pode ser organizada de forma isolada ou exclusiva, mas no conjunto da compreensão da totalidade pedagógica e interfaces do ensino básico. (APAE EDUCADORA, p. 13.2000).

O Projeto Político da escola fala sobre o ensino aprendizagem, da seguinte maneira.

O processo escolar de ensino/aprendizagem é, em essência, processo interativos com três vértices: o aluno que está levando a cabo a aprendizagem; o objeto ou objetos de conhecimento que constituem o conteúdo da aprendizagem e o educador que age, isto é, que ensina e aprende, com a finalidade de favorecer a aprendizagem do aluno.

Sobre ensino/aprendizagem, assim se colocaram os entrevistados.

DE [...] O currículo inicia desde bebê na estimulação precoce, o aluno passa para a pré- escola, escolarização inicial, pela EJA e sempre quando possível encaminha-se para a escola comum, em qualquer etapa do processo. Se oferece uma estrutura, um trabalho, para que possa construir bases e ir adiante em sua vida, desde o trabalho de profissionalização até a autogestão. [...] A APAE tem como se desenvolver, funcionar como suporte para o ensino comum, com contratos de prestação de serviços e financeiros bem estabelecidos entre as partes interessadas. Como escola autorizada com um currículo funcional próprio para atender as necessidades de seus alunos, pois assim como acreditamos na inclusão, também sabemos da singularidade e da especificidade que se apresentam na Pessoa com Deficiência Mental. Portanto a Escola Especial com um currículo funcional é espaço democrático deve estar presente na sociedade democrática é o direito de opção da família em escolher a escola de seu filho.

FA1 [...] Eu acho que a APAE, poderia trazer alguém que entenda do trabalho de Feuerstein, assisti um filme na TV do trabalho desse homem com pessoas como meu filho e a pessoa ficou quase boa. Seria bom para nós, pais e para professores, conhecerem a técnica.

EEJA1 [...] é de promover a educação dos jovens. Educar para que ele possa exercer os seus direitos e deveres como qualquer cidadão já que a APAE oferece serviço de saúde e Assistência social, aqui na escola é um todo. A educação não consegue trabalhar sozinha.

EEJA2 [...] Mas eu percebo que eles aprendem de uma maneira diferente dos demais. Em algumas coisas como as artes, penso que as coisas são mais fáceis, eles aprendem de forma espontânea, desenvolvem mais. [...] É uma coisa muito complicada, com cada aluno, tu tens que procurar atuar diferente, então nunca tenho certeza se estou fazendo da melhor forma. Sempre tenho dúvidas.

FA2 [...] Ele acha ler e escrever muito difícil, ele acha que complicam muito as coisas, ele diz que escrever 'cerveja' com CÊ e 'serviço' com ESSE, isto é para confundir a cabeça das pessoas, porque é o mesmo som. Ele confunde e é por isso que não gosta.

PP [...] As limitações de certos alunos às vezes são muitas severas e impõe a necessidade de estar sempre se inovando.

A partir dessas falas nota-se a preocupação dos entrevistados do ponto de vista legal da educação, como direito da Pessoa com Deficiência Mental ao acesso, permanência e formação educacional, recebendo serviços desde o nascimento. Na fala dos entrevistados, aponta-se a dificuldade e fragilidade em tratar do assunto aprendizagem e ensino na escola especializada para Pessoas com Deficiência Mental. Pelo próprio processo histórico da Educação especial se distanciar do ensino comum e as propostas pedagógicas serem de cunho adaptativo, ainda se constata uma corrente forte de psicologismo, que permeia de forma invisível pelos profissionais, para explicar o processo/ensino aprendizagem em uma Escola Especial.

Quando o processo se circunscreve na dificuldade real da Pessoa com Deficiência Mental, nota-se que os fatores sócio-culturais são predominantes nas ações do indivíduo. Um aspecto relevante nas falas é o desafio e alternativas que tanto a escola como as famílias apresentam, para enfrentar a aprendizagem formal da Pessoa com Deficiência Mental, numa perspectiva de educação inclusiva, usufruindo do conhecimento como produto da cultura.

11.4 AVALIAÇÃO

PA [...] Essas avaliações são feitas com o objetivo de conhecer melhor essa criança, jovem, adulto e a família para que nós possamos, após os termos dessas avaliações nos reunirmos e discutirmos sobre essa criança, jovem/adulto e família o melhor atendimento que se pode oferecer e ou indicar o melhor local que essa pessoa pode ser inserida se for na escola ou na clínica, procurando indicar o melhor atendimento que ela necessita.

EEJA2 [...] A gente está sempre avaliando, é uma forma de entender a aprendizagem que o aluno faz e a gente poder planejar. A avaliação é uma coisa difícil.

PE [...] Não tem como tocar o trabalho, se não avaliarmos nossas ações junto com o aluno, nos grupos de trabalho.

FA2 [...] Só que eu acho que tem pessoas que são alfabetizadas, conseguem muita coisa, meu filho não conseguiu ainda, mas não é por causa da escola e nem da APAE. Acho que ele não se interessou, porque o AEJA2 só desenvolve aquilo que ele se interessa.

A avaliação na Unidade 1 se processa em dois momentos: no momento de ingresso e no processo educacional, no decorrer do ano letivo. No momento de ingresso, tem por finalidade o diagnóstico, sendo esse o ponto de partida para que se possa, enturmar o aluno nos serviços oferecidos na escola e também propor atividades para o desenvolvimento de suas potencialidades. Esta avaliação se realiza de forma interdisciplinar, numa abordagem social, psicológica, médica, e pedagógica. Se necessário, conforme o caso encaminha-se para a avaliação fisioterápica e fonoaudiológica. Após o estudo de caso pelos profissionais, comunica-se aos familiares o resultado do estudo e propõe-se o encaminhamento. Ressalta-se, aos familiares, que os pareceres aferidos, são provisórios e, que após trinta dias de frequência na turma, volta-se a conversar com a equipe e com a professora regente de classe do aluno.

O outro momento previsto no projeto político-pedagógico é a avaliação como parte do processo educativo, numa configuração formativa, acompanhando todo o processo de ensino-aprendizagem. Essa avaliação tem registro semestral, em documento próprio da escola, após a

realização do conselho de classe da turma, é expresso sob a forma usada de parecer descritivo, entregue pela professora, de forma individual, a cada familiar do aluno.

Na fala do familiar fica evidente a não aprendizagem como sendo fracasso do aluno, desresponsabilizando a escola pelo fato. Pela leitura realizada nas pastas dos alunos, é bem acentuado na avaliação, o avanço nas competências atitudinais e as competências que envolvem o conhecimento adquirido pelo aluno, a descrição ainda é muito tímida. De acordo com as falas da entrevista, se entende-se que a descrição da avaliação do Projeto Político-Pedagógico corresponde com a atuação dos profissionais.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Bendito seja o mesmo sol de outras terras
Que faz meus irmãos todos os homens
Porque todos os homens, um momento
[no dia, o olham como eu,
E nesse puro momento
Todo limpo e sensível
Regressam lacrimosamente
E com um suspiro que mal sentem*

Fernando Pessoa (poemas Alberto Caieiro)

Este trabalho procurou investigar A APAE EDUCADORA: NA PRÁTICA DE UMA UNIDADE ESCOLAR, DA APAE DE PORTO ALEGRE, buscando categorizar as concepções em relação à Pessoa com Deficiência Mental em todos os segmentos (diretoria da APAE, profissionais da escola, alunos e familiares) da unidade escolar 1, através das concepções filosóficas do movimento apaeano. Da mesma forma comparar a proposta político-pedagógica da Unidade Escolar 1, da APAE de Porto Alegre, com a APAE Educadora, cuja proposta contém as orientações pedagógicas do Movimento Apaeano Nacional.

Com base no princípio de que o homem é um ser biopsicossocial e, portanto, se constitui como tal nas e pelas relações sociais, constatou-se que não há uma unanimidade de pensamento em todos os segmentos da comunidade escolar em relação à concepção da Pessoa Deficiente Mental. A unanimidade ocorre, em relação ao pensamento dos profissionais da instituição, situando-se na concepção Inclusiva/Transformadora, enquanto que o segmento que representa a diretoria da APAE está mais próximo da Concepção Integrativa/Adaptadora, assim como um representante da família de um aluno. O outro representante da família se encontra na concepção Segregacionista /Assistencialista.

É importante destacar que o familiar que se incluiu na concepção Segregacionista /Assistencialista, seu filho frequenta a escola unidade 1, da APAE Porto Alegre há dois anos. Anteriormente estudava numa Escola Estadual de Ensino Fundamental em uma classe especial.

Um dos alunos, quando perguntado sobre o que pensava que era uma pessoa Deficiente Mental se colocou, dizendo suas qualidades: “Sou assim, gente boa, bacana, divertido, alegre, bem faceiro, não sou de me exhibir para os outros. Gosto de ficar quieto no meu canto”. O outro aluno desafiado com a mesma pergunta – o que ele pensava sobre a

Pessoa com Deficiência Mental? – Disse ser ‘aqueles alunos que apanhavam na escola’, onde estudava, e que por esse motivo, havia saído da referida escola.

Na investigação explicitaram-se as diferenças de pensamento entre a Mantenedora e a Unidade Escolar 1. Considerando que a Concepção da Pessoa com Deficiência Mental apresentada pelas pessoas que atuam na instituição, influencia nas decisões da entidade, quanto ao gerenciamento dos recursos, humanos, materiais, financeiros e em todas as ações educativas da Unidade Escolar 1, acredita-se que um esforço comum integrado, minimizaria as diferenças encontradas, tornando possível construir um trabalho a relevante para suprir as necessidades da comunidade escolar, numa perspectiva inclusiva.

Em relação à função que exerce a APAE Porto Alegre atualmente, a manifestação de todos os entrevistados se concentrou na concepção Inclusiva /Transformadora. Isso demonstra o quanto às ações de uma administração participativa atinge a comunidade escolar, favorecendo o aluno, aquele que recebe o serviço. É importante destacar nesta pesquisa a importância de profissionalizar a gestão, para que as mudanças de diretoria não causem impactos nas Unidades, da forma como aconteceu na APAE de Porto Alegre, a ponto de passar por uma intervenção pela Federação Nacional das APAEs. Chamou atenção, também, nesse processo de investigação, o quanto a Unidade Escolar 1 da APAE de Porto Alegre está envolvida com as idéias e conceitos do Movimento Apaeano, considerando que no seu processo de formação histórica, viveu trinta anos sem participar das idéias e propostas advindas da entidade maior.

Quanto à prática na escola e a relação com a proposta da APAE EDUCADORA, há ênfase na prestação de serviços no aspecto pedagógico. Isso se construiu ao longo da história, desde o momento que a gestão da escola, representada na época pelo conselho de pais e diretor, de forma sutil, abriu o serviço de coordenação pedagógica para ordenar as ações educativas da escola. Isso se concretizou ao longo do tempo, desde a forma de selecionar o profissional qualificado, até a forma de organizar a prestação de serviços.

Quando se diz que a prestação de serviços se caracteriza com ênfase no pedagógico, nas ações da escola, está se afirmando também, que os serviços de apoio técnico de outras áreas do conhecimento, são essenciais para a efetivação da aprendizagem, em uma escola especial, que presta serviço, para alunos com Deficiência Mental e também para alunos com Deficiência Mental com condutas típicas associadas. A interlocução entre mantenedora e a forma participativa de se tomar decisões na Unidade Escolar 1, faz a diferença no ambiente escolar, pois promove responsabilidade entre os profissionais quanto à sua atuação na escola, estimula a inovação e gera a qualidade dos serviços.

No projeto político-pedagógico estão contidos os princípios norteadores da unidade escolar, no sentido epistemológico, ético, estético e didático pedagógico. Acredita-se estar de acordo com a realidade escolar, mas como foi demonstrado nas entrevistas, há uma fragilidade na atuação dos professores, no sentido de criar em sala de aula espaços interativos, com propostas coletivas, respeitando a singularidade do aluno, pois os aspectos coletivos evidenciam-se nas competências atitudinais. Quanto à aquisição do conhecimento, este se dá de forma individual.

O projeto político pedagógico está estruturado de acordo com a proposta da APAE EDUCADORA, mas para a promoção e certificação dos alunos, existem, ainda, questões sensíveis na prática escolar. Talvez isso ocorra pelo fato da Unidade escolar 1, apresentar um número reduzido de alunos, na faixa de idade do Ensino Fundamental. A grande maioria dos alunos encontra-se na modalidade de jovens e adultos, na profissionalização e em projetos pedagógicos específicos, pelo fato de apresentarem idade superior a 15 anos.

Já foi dito que os alunos que freqüentam a estimulação precoce, pois em sua maioria, se matriculam nas escolas municipais e ou estaduais, ficando na escola Unidade Escolar 1 somente àqueles alunos que não atendem o perfil das escolas.

Para que a escola se proponha assumir a proposta da APAE EDUCADORA, numa perspectiva Inclusiva/Transformadora, o ideal seria se apropriar dos conceitos da avaliação como parte do processo ensino/aprendizagem no ato pedagógico. cujo objetivo é avaliar competências que promovam o aluno, para que possa fazer uso dos bens oferecidos pela sociedade a qualquer cidadão.

Para atingir este objetivo, acompanhando as mudanças atuais, é necessário que a Unidade Escolar 1, junto à comunidade escolar, reconstrua o seu Projeto Político-pedagógico, de acordo com a realidade contextual da escola, tendo como princípios pedagógicos as ações propostas na APAE EDUCADORA.

Ao concluir esse trabalho, pode-se dizer que o quadro técnico (professores, especialistas e funcionários) da escola apresenta capacidade para estabelecer um programa de inclusão de alunos, de forma sistemática, tanto na escola comum, como sua inclusão no mundo do trabalho. É um avanço e compromisso da escola que de forma espontânea, estará prestando um serviço de apoio à inclusão de seis alunos. É o início de uma construção, a motivação existe, mas isso não basta, o importante é que esteja ligado em rede com todos os entes federados, cada um responsável por suas ações. Nesse contexto a escola especial pode exercer várias funções em prol da inclusão social da Pessoa com Deficiência Mental, onde

escolas comuns e especiais possam se transformar para prestar um serviço de qualidade na comunidade e a todos que necessitarem do serviço.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli (Org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula:** experiências básicas para utilização pelo professor. 5. ed. Campinas: Papirus, 2004. 152 p. (Série Prática pedagógica).

ANACHE, Alexandra Ayach. Estudo sobre processo de institucionalização de alunos que apresentam deficiência mental severa. In: CURSO DE CAPACITAÇÃO A ESCOLA ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: VENCENDO DESAFIOS E ELABORANDO NOVAS PROPOSTAS, 2004, Florianópolis. **1.** Florianópolis: Fenapae, 2004. v. 1, p. 1 - 19.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977

BERTRAND, Yves; VALOIS, Paul. **Paradigmas educacionais:** escola e sociedades. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1994. 277 p. (Coleção Horizontes pedagógicos).

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença:** interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial. **Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos:** Alunos com necessidades educacionais. Brasília: MEC/SEESP, 2000. 24 p. Cartilha 4. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha04.pdf>> Acesso em: 22/09/2007.

_____. Secretaria da Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva:** versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, 2007. 22 p.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas:** avaliação para identificação das necessidades educacionais e especiais. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 92 p. (Série Saberes e práticas da inclusão).

_____. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial:** área de deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 1995. 59 p. (Série Diretrizes). V.5.

_____. **Educação Inclusiva:** v. 1: a fundamentação filosófica / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.28 p. Disponível em:<http://www.unifra.br/Utilitarios/arquivos/arquivos_prograd/Educa%C3%A7%C3%A3o%20includiva%201.pdf> . Acesso em: 15/10/2007.

BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Revista Inclusão:** Revista da educação especial, Brasília, v. 1, n. 1, p.8-12, 2005.

BUENO, J.G.da Silva. **Educação Especial Brasileira:** Integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Helena Antipoff:** razão e sensibilidade na psicologia e na educação. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300013>. Acesso em: 13 set. 2007.

CARDOSO, Maria Cecília de Freitas. **Adaptando o conteúdo utilizando grandes áreas curriculares**. Brasília: CORDE (Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1997. 121 p. (Coleção Uma abordagem ecológica em educação especial dentro de uma visão comunitário-participativa). V.2.

CARNEIRO, Moaci Alves. **A escola sem paredes**. São Paulo: Escrituras, 2002. 91 p.

CAVALCANTI, Diego Rocha Medeiros. O surgimento do conceito "corpo": implicações da modernidade e do individualismo. **Revista Caos: Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, n. 9, p.53-60, set. 2005. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/diegorocha.pdf>>. Acesso em 16/09/2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998. 196 p.

_____. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000. 174 p.

_____. **Uma promessa de futuro: aprendizagem para todos e por toda a vida**. Porto Alegre: Mediação, 2002. 96 p.

_____. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004. 176 p.

COSTA, Cláudia Dos Santos. Garantia dos direitos sociais das pessoas com necessidade educativas especiais: da segregação à inclusão (?). **Revista APAE Ciência: revista científica**, Campo Grande, v. 2, n. 1, p.14-18, 2005.

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 471 p. V.2.

_____. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 381 p. V.3.

D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **A máscara e o rosto da instituição especializada: marcas que o passado abriga e o presente esconde**. São Paulo: Memnon, 1988. 146 p.

ENCONTRO ESTADUAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, 1, 1981, Porto Alegre. **Educação Especial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1981. 144 p.

ENCONTRO REGIONAL DE MULTIPLICAÇÃO, 2001, Minas Gerais. **Projeto Águia: Programa de Desenvolvimento Técnico**. Minas Gerais: FENAPAE/MG, 2001. 1 v.

ENGERS, Maria Emília (Org.). **Pesquisa educacional: reflexões sobre a abordagem etnográfica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; RAMOS, André de Carvalho. **Considerações sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 2. ed. São Paulo: Escola Superior do Ministério Público da União/ Procuradoria Federal Dos Direitos do Cidadão, 2002. 40 p. Apostila elaborada por ocasião do 1 Congresso Paulista de Direitos da Pessoa com Deficiência.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES (Brasil). **APAE Educadora: a escola que buscamos**: proposta orientadora das ações educacionais. Brasília: FENAPAE, 2001. 52 p. (Coleção Educação Ação).

_____. **Site da Federação Nacional das APAEs**. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. **Eixo Referencial de Atuação**: Relatório analítico. Brasília: FENAPAE, 1997. 50 p.

_____. **Projeto Águia**: Manuais. Brasília: FENAPAE, 1998. 4 v. Manual de conceitos; manual de gestão financeira; manual de recursos humanos; manual de atribuições e funcionamento.

FONSECA, Vitor da. **Aprender a aprender**: a educabilidade cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 1998. 341 p.

_____. **Educação especial**: programa de estimulação precoce - uma introdução às idéias de Feuerstein. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995. 245 p.

GALVÃO, Isabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 134 p. (Coleção Educação e conhecimento).

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 230 p.

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência**: uma reflexão. 3. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. 69 p. (Coleção Questões atuais em educação especial).

GOULART, Iris Barbosa. **Piaget**: experiências básicas para utilização pelo professor. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 148 p.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. SP: Autores Associados. 2004.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicanálise e desenvolvimento infantil**: um enfoque transdisciplinar. 2. ed. rev. ampl.. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. 318 p.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Marcas da história social no discurso de um sujeito: Uma contribuição para a discussão a respeito da. **Cadernos Cedes**, v. 20, n. 50, p.41-54, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50/a04v2050.pdf>>. Acesso em 27/09/2007.

LA ROSA, Jorge de (Org.). **Psicologia e educação: o significado do aprender**. 6. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 230 p.

LURIA, Aleksandr Romanovich. **Fundamentos de neuropsicologia**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981. 346 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. 103 p. (Coleção Pontos e contrapontos).

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 208 p.

MEIRIEU, Philippe. **A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de começar**. Porto Alegre: Artmed, 2002. 302 p.

NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula (Org.). **Inclusão educacional: pesquisas e interfaces**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003. 149 p.

OLIVEIRA, Fabiana Maria Das Graças Soares de. Notas sobre as escolas especiais no contexto do movimento apaeano. In: CURSO DE CAPACITAÇÃO A ESCOLA ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: VENCENDO DESAFIOS E ELABORANDO NOVAS PROPOSTAS, 2004, Florianópolis. **1**. Florianópolis: Fenapae, 2004. v. 2, p. 1 - 79.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da "diferença" e da exclusão social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 239 p.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. O currículo escolar como lugar de uma compreensão pedagógica. In: CURSO DE CAPACITAÇÃO A ESCOLA ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: VENCENDO DESAFIOS E ELABORANDO NOVAS PROPOSTAS, 2004, Florianópolis. **1**. Florianópolis: FENAPAE, 2004. v. 3, p. 2 - 22.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaeinclusao.pdf>>. Acesso em: 13/10/2007

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 320 p.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 230 p.

PESSOA, Fernando. **Poemas de Alberto Caieiro: obra poética II**. Porto Alegre: L&PM, 2007. 144p.

PESSOTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição**. São Paulo: T.A. Queiroz/ EDUSP, 1984.

PETRY, Ely Carlos. **LDB - lei de diretrizes e bases: uma abordagem orientadora.** Porto Alegre: AGE, 2002. 101 p.

PINTO, Ziraldo Alves. **Entrevista com Ziraldo.** Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADE ESPECIAIS (Org.). **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos.** Cascavel: Editora da UNIOESTE, 2006. 48 p. Disponível em: <http://www.unioeste.br/pee/arquivos/pessoa_com_deficiencia_aspectos_teoricos_e_praticos.pdf>. Acesso em 27/09/2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Instituto Educacional Nazareth. Porto Alegre, 2001

REVISTA APAE CIÊNCIA: Revista científica. Federação Nacional Das APAEs/ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora UFMS, v. 2, n. 1, 2005.

REVISTA DA FENACERCI. Lisboa, Portugal: Fenacerci, maio 1998.

REVISTA EDUCAÇÃO: Educação inclusiva. Porto Alegre: PUCRS, v. 21, n. 49, mar. 2003. Quadrimestral.

_____. Educação e diversidade. Porto Alegre: PUCRS, v. 29, n. 1(61), jan. 2007. Quadrimestral.

REVISTA EM ABERTO: órgão de divulgação do Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/INEP, v. 13, n. 60, out. 1993. Trimestral. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{7ce7b6cf-3d1b-46c1-b76a-7a1f41392d97}_ano_13_nº_60_out.-dez._1993.pdf>. Acessado em 07/10/2007.

REVISTA INCLUSÃO: revista da educação especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 1, n. 1, out. 2005. CIBEC/MEC

REVISTA INTEGRAÇÃO. Brasília: Ministério da Educação/secretaria de Educação Especial, v. 13, n. 23, 2001. Trimestral

_____. _____. v. 12, 2000. Trimestral.

REVISTA MENSAGEM DA APAE. Brasília: Federação Nacional Das APAEs, v. 18, n. 61, abr. 1991. Trimestral.

_____. _____. v. 19, n. 64, jan. 1992. Trimestral.

_____. _____. v. 20, n. 69, abr. 1993. Trimestral.

_____. _____. v. 20, n. 70, jul. 1993. Trimestral.

_____. _____. v. 20, n. 72, jan. 1994. Trimestral.

_____. _____. v. 20, n. 75, out. 1994. Trimestral.

_____. _____. v. 21, n. 78, jul. 1995. Trimestral.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Fundação Vitor Civita, v. 14, n. 123, jun. 1999. Mensal.

_____. _____. v. 22, n. 206, out. 2007. Mensal.

REVISTA PROJETO - REVISTA DE EDUCAÇÃO: Inclusão. Porto Alegre: Projeto, v. 5, n. 7, out. 2003.

SASSAKI, Romeu K.. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. São Paulo: WVA, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1987. 96 p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

SILVA, Alessandra Santos. Desvelando o sentido da deficiência mental: uma leitura psicanalítica. **Mental**, Barbacena, v. 2, n. 4, p.133-141, jun. 2005. Disponível em: < <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/mental/v3n4/v3n4a09.pdf> > Acesso em: 13/09/2007

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

SCHEIN, Adriane Souza da Silva. **Estranho fora da trama do discurso: um estudo sobre sentidos da alfabetização em uma APAE**. 2006. 105 f. Dissertação (Mestre) - Curso de Mestrado em Educação, Ulbra, Canoas, 2006.

STAKE, R. E.. **Investigación con estudio de casos**. Madrid, Espanha: Morata, 1998. 159 p.

STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño (Org.). **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 271 p.

STRECK, Danilo R.. **Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, Rio Grande do Sul: Celadec: 2005. 167 p.

TRILLA, Jaume (Org.). **El legado pedagógico del siglo 20 para la escuela del siglo 21**. Barcelona, España: Graó, 2001. 360 p. (Serie Historia de la educación).

UNESCO. **ARQUIVO ABERTO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: material de apoio para gerentes e administradores**. Paris, França: Unesco. 176 p. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=64311 > Acesso em: 13/09/2007.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 191 p.

VIVARTA, Veet (Coordenação). **Mídia e deficiência**. Brasília: ANDI/ Fundação Banco Do Brasil, 2003. 184 p. (Série Diversidade).

APÊNDICE A – Ofício para Presidente da APAE/Porto Alegre

Senhor Presidente

É com muito prazer, que cumprimento Vossa Senhoria, pelo excelente trabalho que vem realizando frente à Diretoria da APAE de Porto Alegre. Neste momento aproveito a oportunidade para solicitar a Vossa Senhoria um espaço para realizar o trabalho de pesquisa, importante para a conclusão do Curso de Pós Graduação Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A linha de pesquisa do curso é sobre o Desenvolvimento da Pessoa, Saúde e Educação. Nesta linha de pesquisa se pretende estudar o desenvolvimento humano como um processo para toda a vida, problematizando suas implicações para a educação e a saúde nas dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Pretende, igualmente, estudar processos e dificuldades de aprendizagem, bem como processos relacionados a pessoas portadoras de necessidades especiais.

O título do meu trabalho é: APAE Educadora: Inclusiva transformadora, na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre. Contando com Vossa colaboração, me coloco à disposição para prestar maiores esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa.

Sendo o que tínhamos no momento, agradeço a atenção.

Porto Alegre, 03 de agosto de 2007

Neusa Salaberry – Mestranda em Educação PUCRS/2007

Ilmº SENHOR:
PRESIDENTE DA APAE DE PORTO ALEGRE

APÊNDICE B – Questionário Institucional

Dados Institucionais da APAE/Porto Alegre

A- Dados de Identificação:

01. Nome da Mantenedora _____			
Bairro: _____	Cidade: _____	UF: _____	
CEP: _____	Telefone _____	Fax _____	
e-mail: _____			
CNPJ: _____			
Data de Fundação: _____			
Nome do Presidente: _____			
Profissão: _____	Grau _____	de _____	Formação _____
É familiar de Pessoa com Deficiência? _____			
Quantos familiares de Pessoas com Deficiência fazem parte da diretoria? _____			
Instrução dos familiares das Pessoas com Deficiência na diretoria: _____			
Quantas pessoas da Comunidade fazem parte da Diretoria? _____			
Quantos voluntários participam da Instituição? _____			
Participa Conselhos de Direitos? _____ Quais? _____			
Busca parcerias na Comunidade? _____ Quais? _____			

02. Nome da Unidade (01) _____			
Endereço: _____	Bairro: _____		
CEP _____	Fone _____	Fax _____	
Data de Fundação: _____			
Nº de alunos: _____	Nº professores: _____	nº funcionários: _____	
email _____			
Nome Diretor (a) da Escola: _____			
Formação Acadêmica _____			
Tempo de atuação na unidade: _____			
03. Nome da Unidade (02) _____			
Endereço: _____	Bairro: _____		
CEP _____	Fone _____	Fax _____	
Data de Fundação: _____			
Nº de alunos: _____	Nº professores: _____	nº funcionários: _____	
email _____			
Nome Diretor(a) da Escola: _____			
Formação Acadêmica _____			
Tempo de atuação na unidade: _____			
04. Nome da Unidade (03) _____			
Endereço: _____	Bairro: _____		
CEP _____	Fone _____	Fax _____	
Data de Fundação: _____			
Nº de alunos: _____	Nº professores: _____	nº funcionários: _____	
email _____			
Nome Diretor(a) da Escola: _____			
Formação Acadêmica _____			
Tempo de atuação na unidade: _____			

B- DO PATRIMÔNIO: (responder sim ou não)

	Mantenedora	Unidade (i)	Unidade (2)	Unidade (3)
Sede própria				
Tem acessibilidade				
Tem área Lazer				
Tem área Educ.Física				
Tem terreno para ampliação				

C- DA SUSTENTABILIDADE: (preencher conforme o caso)

ORIGEM	TIPO
ESFERA FEDERAL	
ESFERA ESTADUAL	
ESFERA MUNICIPAL	
OUTROS	

D- DOS PROFISSIONAIS: (quantidade)

	Nível Fundamental	Nível Médio	Nível Superior	Total
Mantenedora				
Escolas				
Total				

1. SITUAÇÃO FUNCIONAL:

	Nível Fundamental	Nível Médio	Nível Superior	Total
Cedido				
Contratado APAE				
Total				

2. APOIO ESPECIALIZADO:TÉCNICO E/OU PEDAGÓGICO: (QUANT.)

	Graduação	Pós Graduação	Total
Diretores			
Coord. Pedagógico			
Assist. Social			
Psicólogo			
Psicopedagogo			
Neurologista			
Psiquiatra			
Fonoaudiólogo			
Terapeuta Ocupacional			
Fisioterapeuta			
Dentista			
Outros			
Total			

3. PROFESSORES REGENTES: (quantidade)

	Nível Médio	Nível superior	Total
Educ. Infan./Fundamental			
Educação Física			

Artes			
Informática			
Formação Profissional Prog. Pedag.Específico			
Total			

4. SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO:(quantidade)

	Fundamental	Médio	Superior	Total
Secretaria				
Contadoria				
Aux. Administ.				
Cozinha				
Aux.Serv.Gerais				
Outros				
Total				

E-USUÁRIOS: (quantidade)

	Unidade (1)	Unidade (2)	Unidade (3)	Total
Educação Infantil: a) educação Precoce b) Educação Pré Escolar				
Ens. Fundamental Escolarização Inicial				
Ensino Fundamental a) Prog. Pedag. Espec. b) EJA c) Form. Profissional				
Serviço Apoio Especializado				
Serviço Apoio à Inclusão.				
Total				

1. UNIDADE (1) (quantidade)

	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 18 anos	+ de 18 anos	Total
A -Educação Infantil							
a) Educação Precoce							
b) Pré - Escolar							
B - Fundamental							
a) Escolariz. Inicial							
b) Pedagóg. Específico							
c) EJA							
d) Form. Profissional							
C- Serviço Apoio Especializado							
D – Serviço Apoio Inclusão							
E- Total							

2. UNIDADE (2) (quantidade)

	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 18 anos	+ de 18 anos	Total
A - Educação Infantil							
a) Educação Precoce							
b) Pré - Escolar							
B - Fundamental							
a) Escolariz. Inicial							
b) Pedagóg. Específico							
c) EJA							
d) Form. Profissional							
C- Serviço Apoio Especializado							
D – Serviço Apoio Inclusão							
E- Total							

3. UNIDADE (3) (quantidade)

	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 18 anos	+ de 18 anos	Total
A- Educação Infantil							
a) Educação Precoce							
b) Pré - Escolar							
B - Fundamental							
a) Escolariz. Inicial							
b) Pedagóg. Específico							
c) EJA							
d) Form. Profissional							
C- Serviço Apoio Especializado							
D – Serviço Apoio Inclusão							
E- Total							

F. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: (preencher sim ou não):

1. DOCUMENTOS	UNIDADE (1)	UNIDADE (2)	UNIDADE (3)	OBS.
Escola Regularizada CEED: Educação Infantil				
Escola Regularizada CEED: Ensino Fundamental				
Tem Regimento Escolar				
Tem Projeto Político Pedagógico				
Algum documento em processo? Qual?				

G. ORGANIZAÇÃO DOS ALUNOS: (preencher sim ou não)

a) Tem Auto-Defensor nas unidades escolares?

b) Tem Auto-Defensor na Diretoria da APAE?

c) Tem Grêmio Estudantil?

d) Para que servem essas organizações dos alunos para a APAE? _____

H. ORGANIZAÇÃO DOS FAMILIARES: (preencher sim ou não)

	UNIDADE (1)	UNIDADE (2)	UNIDADE (3)
Conselho de Pais			
Clube de mães			
Conselho escolar			
Outros			

APÊNDICE C – Entrevista diretoria e profissionais**ENTREVISTA (diretoria e profissionais da APAE)**

Nome da Instituição:

Endereço:

Nome do entrevistado:

Grau de Formação

Ano Formação:

Função que exerce:

Tempo de atuação:

Data da Entrevista:

Tempo da entrevista:

- 1) Qual a percepção que tem da Pessoa com Deficiência Mental?
- 2) Qual a percepção que tem da APAE em relação a sua atuação, e na sociedade?
- 3) Na função que exerce na instituição, qual o seu papel?
 - a) Poderia ser diferente?
 - b) De que forma?
- 4) O que facilita a sua atuação na APAE?
- 5) O que dificulta a sua atuação na APAE?
- 6) Qual o papel da escola na APAE?
- 7) Qual a sua concepção de Escola Inclusiva?
- 8) Qual o entendimento do familiar em relação Pessoa com Deficiência Mental?
- 9) Qual o entendimento da Sociedade em relação a Pessoa com Deficiência Mental?
- 10) Qual o futuro dos alunos da APAE?

APÊNDICE D – Entrevista pais e alunos

ENTREVISTA (familiares e alunos)

Nome da Instituição:

Endereço:

Nome do Entrevistado:

Função na Escola:

Data da Entrevista:

Tempo da Entrevista:

- 1) Qual a percepção que tem da Pessoa com Deficiência Mental?
- 2) Qual a percepção que tem da APAE, em relação a sua atuação na instituição e na sociedade?
- 3) Como familiar e ou aluno o que faz na APAE
 - a) Poderia ser diferente?
 - b) De que forma?
- 4) Qual o papel da escola na APAE?
- 5) Que outros assuntos poderiam ser tratados na escola da APAE?
- 5) Qual a sua concepção de Escola Inclusiva?
- 6) Qual o entendimento do familiar em relação Pessoa com Deficiência Mental?
- 9) Qual o entendimento da Sociedade em relação a Pessoa com Deficiência Mental?
- 10) Qual o futuro dos alunos da APAE?

APÊNDICE E – Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(I)

A pesquisa, intitulada **A APAE EDUCADORA: NA PRÁTICA DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA APAE DE PORTO ALEGRE** que tem por objetivo categorizar as concepções sobre a Pessoa com Deficiência Mental, por todos os segmentos da unidade (Diretoria da APAE, profissionais da escola, alunos, familiares) e analisar as ações pedagógicas da APAE EDUCADORA, é **um estudo de caso** e será desenvolvido através de observações análise documental e entrevistas semi-estruturadas, que serão transcritas e analisadas na pesquisa.

A mestranda **Neusa Teresinha Machado Salaberry** (33312066) orientada pelo **prof. Dr. Claus Dieter Stobäus**, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS (fone 33203635), são os responsáveis por esta pesquisa e asseguram que os alunos entrevistados não serão identificados, bem como não serão identificadas pessoas e instituições eventualmente citadas nas entrevistas, mantendo-se o anonimato dos dados colhidos.

Eu, _____, responsável pelo (a) aluno (a) _____ da escola onde a pesquisa será realiza, declaro que recebi informações de forma clara e detalhada a respeito dos objetivos e da forma como participarei desta investigação, sem ser coagido a responder eventuais questões por mim consideradas de menor importância ou constrangedoras. Também estou informado de que a qualquer momento posso esclarecer as dúvidas que tiver em relação à entrevista, assim como usar da liberdade de deixar de participar do estudo, sem que isso traga qualquer dificuldade para mim. A minha assinatura neste Termo de Consentimento autoriza os pesquisadores a utilizar e divulgar os dados obtidos, sempre preservando a minha privacidade, bem como a de pessoas ou instituições eventualmente por mim citadas. Declaro que recebi uma cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Informado e que o mesmo foi suficientemente esclarecido pelos pesquisadores.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2007

Mestranda Neusa T.M.Salaberry _____

Entrevistado e/ou Responsável _____